

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA PÚBLICA
NÍVEL DE MESTRADO**

THAIS CARRARO

**DO VELHO AO NOVO CANGAÇO: CENAS PÚBLICAS DO CRIME
ORGANIZADO (2015-2024)**

**CAMPO MOURÃO – PR
2025**

THAIS CARRARO

**DO VELHO AO NOVO CANGAÇO: CENAS PÚBLICAS DO CRIME
ORGANIZADO (2015-2024)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Saberes e Linguagens

Área de Concentração: História Pública

Orientador(a): Dr. Fábio André Hahn

**CAMPO MOURÃO – PR
2025**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Carraro, Thais

Do Velho ao Novo Cangaço: cenas públicas do crime organizado (2015-2024) / Thais Carraro. -- Campo Mourão-PR, 2025.

153 f.: il.

Orientador: Fábio André Hahn.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Pública) -- Universidade Estadual do Paraná, 2025.

1. Novo Cangaço. 2. História Pública. 3. Crime Organizado. I - Hahn, Fábio André (orient). II - Título.

THAIS CARRARO

**DO VELHO AO NOVO CANGAÇO: CENAS PÚBLICAS DO CRIME
ORGANIZADO (2015-2024)**

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



FABIO ANDRE HAHN
Data: 20/06/2025 08:24:12-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. Fábio André Hahn (orientador) – Programa de Pós-Graduação em História Pública (Universidade Estadual do Paraná – Unespar)

Documento assinado digitalmente



RAFAEL GOMES SENTONE
Data: 16/06/2025 13:50:36-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. Rafael Gomes Sentone (Academia Policial Militar do Guatupê – APMG)

Documento assinado digitalmente



CLAUDIA MARIA DO SOCORRO CRUZ FERNANDES
Data: 13/06/2025 13:44:29-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dra. Claudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala (Universidade Federal do Amapá – UNIFAP)

Documento assinado digitalmente



CELSO VILA NOVA DE SOUZA JUNIOR
Data: 16/06/2025 16:48:35-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. Celso Vila Nova de Souza Júnior (Universidade de Brasília – UnB)

Data de Aprovação

20/03/2025

Campo Mourão – PR

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho *in memoriam* do 3º Sargento Ricieri Chagas, policial militar do 16º Batalhão da Polícia Militar de Guarapuava-PR, cuja memória nomeia o Batalhão.

Aos familiares, amigos e companheiros de farda, deixo minha gratidão e respeito.

Também dedico a todas as pessoas que, com coragem e determinação, atuam na segurança pública em todos os Estados da Federação.

Por fim, aos familiares daqueles que perderam seus entes queridos em confronto, ofereço minha solidariedade e reconhecimento.

Este trabalho é um tributo à vida, ao sacrifício e à esperança.

“E que nunca envergonhemos a nossa fé, as nossas famílias ou os nossos camaradas”

Oração das Forças Especiais

RESUMO

CARRARO, Thais. **Do velho ao Novo Cangaço: cenas públicas do crime organizado (2015-2024)**. 153f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História Pública – PPGHP – Mestrado. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2025.

A presente investigação propõe-se a analisar uma modalidade emergente e complexa de assaltos a instituições financeiras e empresas de transporte de valores no Brasil, que, a partir de 2015, consolidou-se no léxico popular, policial e jornalístico como "Novo Cangaço". Percebido como uma afronta à soberania estatal, tal fenômeno é caracterizado pela atuação de grupos criminosos que empregam veículos blindados, artefatos explosivos e armamentos de alto poder bélico e de uso restrito, efetuam a tomada de reféns e o ataque coordenado a pontos estratégicos do espaço público. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é estabelecer um processo reflexivo acerca do fenômeno histórico do "antigo cangaço" em contraponto ao "Novo Cangaço" da criminalidade contemporânea. Esta análise não se desenvolverá sob uma ótica meramente comparativa, mas sim através de uma análise dos textos jornalísticos produzidos sobre o assunto, com o intuito de evidenciar, em cada recorte noticioso ou *frame* imagético, a reconfiguração do espaço público como palco para a perpetração delituosa. Adicionalmente, pretende-se estabelecer um campo de discussão em torno dos elementos que conferem "novidade" a esta modalidade criminosa, explorando as aproximações e os distanciamentos em relação ao cangaço histórico. Serão igualmente abordadas as distinções conceituais entre os termos como "Novo Cangaço", "Cangaço Noturno" e "Domínio de Cidades", frequentemente empregados para designar ações similares. Por fim, propõe-se uma reflexão sobre a intersecção entre a História Pública e a Segurança Pública, buscando delinear um caminho para uma história construída com o público. Tal abordagem visa identificar as principais ameaças à segurança pública e, conseqüentemente, subsidiar a formulação de estratégias de enfrentamento mais eficazes.

Palavras-chave: Novo Cangaço. Crime organizado. História Pública.

ABSTRACT

CARRARO, Thais. **From the Old to the New Cangaço: public scenes of organized crime (2015-2024)**. 153f. Dissertation. Postgraduate Program in Public History – PPGHP – Master's Degree. State University of Paraná, Campo Mourão Campus. Campo Mourão, 2025.

This research aims to analyze an emerging and complex modality of robberies targeting financial institutions and armored transport companies in Brazil, which, since 2015, has become consolidated in popular, police, and journalistic lexicons as the “New Cangaço.” Perceived as a challenge to state sovereignty, this phenomenon is characterized by the actions of criminal groups employing armored vehicles, explosive devices, and high-powered and restricted firearms, taking hostages and carrying out coordinated attacks on strategic points of public space. In this context, the objective of this study is to establish a reflective process concerning the historical phenomenon of the “old cangaço” in contrast to the “New Cangaço” of contemporary criminality. This analysis will not be conducted through a merely comparative lens but rather through a careful examination of journalistic texts produced on the subject, aiming to highlight, in each news excerpt or visual frame, the reconfiguration of public space as a stage for criminal acts. Additionally, the research seeks to develop a field of discussion around the elements that confer “newness” to this criminal modality, exploring its connections and divergences in relation to historical cangaço. Conceptual distinctions between the terms “New Cangaço,” “Night Cangaço,” and “City Domination,” often used to describe similar actions, will also be addressed. Finally, the study proposes a reflection on the intersection between Public History and Public Security, seeking to outline a path for a history constructed with and for the public. This approach aims to identify the main threats to public security and, consequently, to support the formulation of more effective response strategies.

Keywords: New Cangaço. Organized crime. Public History.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA – Amigos dos Amigos

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

BAEP – Batalhão de Ações Especiais de Polícia

BPM – Batalhão de Polícia Militar

BPCHOQUE – Batalhão de Polícia Militar de Choque

BPFRON – Batalhão de Polícia Militar de Fronteira

BPRONE – Batalhão de Polícia Rondas Ostensivas de Natureza Especial

CPP – Código de Processo Penal

CF – Constituição Federal

CFP – Curso de Formação de Praças

CV – Comando Vermelho

COPOM – Centro de Operações Policiais Militares

GOI – Grupo de Operações de Inteligência

POP – Procedimento Operacional Padrão

PCC – Primeiro Comando da Capital

PF – Polícia Federal

PRF – Polícia Rodoviária Federal

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RP – Residência Pedagógica

PIBID – Programa de Iniciação à Docência

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Região de atividade dos cangaceiros. Acervo da Biblioteca Nacional	23
Figura 2 – Cabeças decapitadas, armas e objetos dos cangaceiros. Lampião, Maria Bonita e mais nove cangaceiros pertencentes ao bando	29
Figura 3 – Seis pessoas reféns sendo utilizadas pelos assaltantes para bloquear a via	48
Figura 4 – Dez veículos utilizados no assalto foram encontrados em área rural de Criciúma-SC	49
Figura 5 – Assaltantes amarram reféns em cima de capôs de veículo e circulam pelas ruas da cidade de Araçatuba-SP	50
Figura 6 – Imagem de um dos 93 explosivos utilizados no assalto em Araçatuba-SP	52
Figura 7 – Armas, munições, carregadores, coletes balísticos e miguelitos apreendidos em Operação contra Novo Cangaço em Varginha-MG, em outubro de 2021	53
Figura 8 – Imagem da câmera de monitoramento mostra o momento em que os assaltantes confrontam as equipes policiais em Três Barras-PR	55
Figura 9 – Imagem de pessoas utilizadas pelos criminosos como “escudo-humano” quando transitavam pelas ruas de Guarapuava-PR no momento do assalto	56
Figura 10 – Imagem que mostra o fogo ateadado em um caminhão posicionado na entrada do 16º Batalhão da Polícia Militar de Guarapuava-PR pelos assaltantes	57
Figura 11 – Imagem da rodovia que dá acesso à cidade de Guarapuava-PR bloqueada por incêndio e provocada pelos criminosos que pretendiam assaltar a empresa de valores	57
Figura 12 – Imagem dos veículos abandonados pelos assaltantes em região rural de Guarapuava-PR após confronto com a PM	58
Figura 13 – Imagem do armamento abandonado pelos assaltantes em árvore em Guarapuava-PR	59
Figura 14 – Imagem dos assaltantes se posicionando em frente à sede da Polícia Militar de Confresa e coordenando os ataques	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela de artigos científicos	31
Tabela 2 – Tabela de trabalhos de conclusão de curso	32
Tabela 3 – Tabela de livros	33
Tabela 4 – Tabela evolutiva dos crimes contra o patrimônio e suas especificações	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Casos de assaltos analisados em SC, SP, MG, PR e MT	62
Quadro 2 – Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024	64

SUMÁRIO

MEMORIAL – UM PONTO DE PARTIDA	12
INTRODUÇÃO – O QUE É O “NOVO CANGAÇO”?	14
CAPÍTULO 1: RAÍZES HISTÓRICAS DO CANGAÇO	20
1.1 O que foi o “Velho Cangaço”?	22
1.2 O anacronismo do “Novo Cangaço”	29
1.3 História Pública e Segurança Pública: possibilidades de uma história feita com o público	37
CAPÍTULO 2: DO NOVO CANGAÇO AO DOMÍNIO DE CIDADES	44
2.1 A imprensa e a divulgação: um tópico em emergência	45
2.2 Cenas públicas do crime organizado	47
2.3 Legislação vigente em crimes contra o patrimônio	63
CAPÍTULO 3: DESAFIOS PARA AS FORÇAS DE SEGURANÇA	71
3.1 Novo Cangaço ou Domínio de Cidades? Discussão a luz da Legislação Penal	72
3.1.1 O policial que viu o crime evoluir	74
3.1.2 O cerco e o medo: A Micro-História do "Novo Cangaço" em Nova Cantu-PR (2019)	76
3.1.3 <i>Modus Operandi</i> do Domínio de Cidades: Caso de Araçatuba-SP (2020)	78
3.2 Operações integradas: possibilidades de enfrentamento	80
3.2.1 Da ROTAM ao BPFron: A trajetória de um Policial Militar na linha de frente	81
3.2.2 Força, amizade e dever: O cerco ao Batalhão e a luta contra o "Domínio de Cidades" em Guarapuava (2022)	83
3.3 A última missão: O adeus de Ricieri	85
REFLEXÕES FINAIS	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	94
ANEXO	98

MEMORIAL – UM PONTO DE PARTIDA

“Quando não podemos mais mudar a situação, nós nos desafiamos a mudar nós mesmos”

Viktor Frankl

A História é mesmo uma área fascinante do conhecimento. Desde o meu ingresso no curso de licenciatura em História da Universidade Estadual do Paraná, no ano de 2018, até hoje, me encanta mergulhar no passado, conduzida por perguntas, por desejos, esperanças e inquietudes do nosso presente, principalmente no que se refere à mudança dos conceitos antigos até as atuais categorias do conhecimento.

Vou expressar neste texto um pouco da minha trajetória, um pouco do que desejo eternizar com as palavras e um pouco do que minha mente conseguiu armazenar, pois, com o passar do tempo, a nossa mente acaba se encarregando de esquecer coisas para que novas memórias possam ser armazenadas.

Já nos primeiros anos da graduação, pude ter o privilégio de fazer parte do PIBID, que é o Programa de Iniciação à Docência. Isso equivale a ter toda a minha formação em História dentro de uma sala de aula, com professores de História, acompanhando e desenvolvendo atividades na prática. Isso também equivale a dizer que tive uma ótima formação, com excelentes profissionais que me incentivaram muito e que sempre estiveram dispostos a dar todo o suporte necessário. Já no ano de 2020, vivíamos uma pandemia e as aulas se tornaram remotas. Eu cursava o terceiro ano em História e, concomitantemente a isso, participava do Programa Residência Pedagógica (RP) e estava na expectativa de realizar o estágio obrigatório nas escolas da rede estadual.

O que não esperávamos era que a pandemia fosse se estender por tanto tempo. As aulas presenciais se tornaram remotas, online, EAD. Diante disso, a frase do neuropsiquiatra Viktor Frankl fez sentido, visto que não podíamos mudar a situação que estava diante de nossas vidas, o que nos desafiou a aprender sobre tecnologias e o ensino online, pela internet, cada um em sua casa, isolados. Tive quase dois anos da minha formação via Google Meet, o programa mais usado nas aulas remotas, além de realizar o meu estágio obrigatório de forma remota. Foram dias difíceis porque o novo incomoda no início até a adaptação. Talvez seja esse um dos motivos que me fizeram mudar de profissão. Ainda em 2020, realizei o concurso público para o cargo de soldado da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Finalizei a minha graduação durante a pandemia. Minha colação de grau foi em 8 de março de 2022, Dia da Mulher, de forma remota, sem festas, apenas comemorações particulares. Também realizei o sonho de passar no processo seletivo do Programa de Mestrado em História Pública (PPGHP). Meus olhos se encheram de alegria e superação com o resultado, pois era algo que eu queria muito, mas não imaginava que algum dia poderia dar certo. Ainda em 2022, iniciei o primeiro semestre de disciplinas do PPGHP, as quais contribuíram muito para o aperfeiçoamento da minha pesquisa, que seria sobre turismo histórico. Até que, em meados de julho, fui convocada para assinar a posse do concurso que realizei em 2020 e, em agosto, dar início ao primeiro curso de formação de praças no 11º Batalhão de Polícia Militar de Campo Mourão-PR.

No dia da assinatura da posse do concurso no Comando Regional de Polícia Militar (CRPM) de Maringá, tive a sensação de dever cumprido, mas que eu tinha um desafio pela frente: conciliar o mestrado com o curso de formação da polícia. Um sonho: conseguir uma vaga no mestrado; e um acaso que deu certo: o concurso. Digo "acaso" quando desconsidero todo o processo, os estudos e as dificuldades encontradas nesse caminho, nessa trajetória que não foi fácil, mas também costumo dizer que foi acaso porque nunca me imaginei policial militar. Não foi um sonho de criança, mas uma oportunidade que surgiu em meio à pandemia, quando eu estava desmotivada com o que estava acontecendo no mundo todo e sem perspectivas para continuar dando aulas remotas. A partir daí, aceitei a oportunidade de passar pelas etapas criteriosas que o concurso da polícia realiza em nosso Estado como um desafio: se não desse certo, não era para ser. Dizem que você pode escolher ser policial por três motivos: por herança familiar, pela questão econômica ou por vocação. Por hoje, não tenho dúvidas de que os caminhos que me levaram a essa profissão tenha sido por vocação.

Iniciei o Curso de Formação de Praças (CFP) em minha ingenuidade, por não saber nada sobre o militarismo. Não tenho nenhum familiar policial para me passar os “bizus”, que são informações sobre o meio policial, nem mesmo um contato com alguém do ramo. Achei que conseguiria conciliar o curso de formação com o mestrado. Tudo começou no dia 1º de agosto de 2022, quando um policial me incluiu em um grupo de WhatsApp para uma reunião com o então coordenador da “Escola” da Polícia Militar, que seria a formação que teríamos para, enfim, atuarmos como policiais de fato. Na reunião, o policial informou a todos os integrantes que nossas vidas mudariam para sempre, quer queiramos ou não, pois naquele momento todos que estavam ali, de forma remota, já fazíamos parte da Corporação que, futuramente, exigiria muito de nós.

No dia seguinte, nos apresentamos no 11º Batalhão de Polícia Militar com roupa de gala (roupa social) e uma mochila com todos os itens necessários que usaríamos durante nossa formação. Fomos recepcionados com sirenes, luzes e giroflex de diversas viaturas que se posicionaram em um formato que parecia mesmo coisa de filme. Recordo-me que o dia estava nublado e, quando cheguei ao batalhão com minha mochila preta e o coque meio desajeitado, vi os outros 54, do mesmo jeito que eu e com cara de assustados. Ninguém sabia o que ia acontecer a partir dali. Começou naquela entrada triunfante, depois marchas incessantes, dores nos pés, fome, sono devido a noites sem dormir, e o novo novamente se apresentava. Esse novo foi desafiador. Na primeira semana do Curso de Formação de Praças (CFP), dividíamos uma barraca de lona do corpo de bombeiros, onde colocamos nossos itens e, de vez em quando, conseguíamos cochilar lá dentro e acordar em forma para alguma instrução de madrugada ou alguma missão. E o que falamos sempre no meio militar é que: “Missão dada, é missão cumprida”. Vi-me diante de uma situação em que não conseguiria conciliar o mestrado. Mas iria abandonar um sonho? Não. Mas também não iria deixar de lado o acaso que foi ter a oportunidade de ser policial.

Acordar às 05:00 horas da manhã e ir dormir às 00:00 horas durante quase um ano inteiro faz com que seu organismo se reorganize conforme as necessidades. A transição do mundo civil para o militar é árdua. Perder alguns finais de semana que passaria com a família para estar no Batalhão se torna algo normal, e você aprende que agora possui uma família que escolheu e que ninguém o obrigou a estar ali. Ninguém era obrigado a permanecer, e a qualquer momento poderíamos “pedir para sair”, e foi o que 6 dentre os 54 fizeram. Durante um ano, muita coisa aconteceu. Tivemos perdas inestimáveis durante o curso, pelo falecimento de uma avó, de uma tia, de uma mãe, de um pai. Era uma tristeza que todos sentiam.

Quando você compartilha suas superações, vitórias e derrotas por muito tempo com algumas pessoas, elas passam a te conhecer sem que você precise dizer uma palavra, e é disso que precisamos quando estamos trabalhando na radiopatrulha. O treinamento militar me mostrou que todos somos capazes de desempenhar qualquer tarefa, mesmo que não tenhamos a prática. É a partir da constância, do zelo e do capricho em querer dar o seu melhor, dentro de suas possibilidades, que resultados extraordinários se apresentarão.

Esse tempo me fez valorizar coisas que antes eram triviais, como ter uma boa noite de sono depois de um dia intenso de trabalho; ter a possibilidade de tomar um banho quente e descansar; ter um alimento que o sustente e voltar para sua casa com vida e reencontrar lá as pessoas que você ama, poder abraçá-las e dizer o quanto são importantes. A sensação de estar com muito sono, a ponto de suas pálpebras irem se fechando, mas você está sob uma tensão

que o impede de dormir, pois está em uma instrução de armamento de madrugada; e se você fechar os olhos, uma turma inteira será penalizada porque só você está com uma granada na mão e, se dormir, ela pode cair. É uma grande responsabilidade. Passei a reconhecer a importância disso no trabalho policial quando estava trabalhando em uma madrugada de domingo em que a cidade estava calma e no batalhão eu precisava ficar acordada de guarda, quase caindo de sono, mas não podia dormir. Da mesma forma, as rondas de radiopatrulha ocorrem todas as noites, em que a maioria da população está dormindo e a polícia, acordada em todos os cantos da cidade, no frio, no calor, na chuva.

A equipe de formação de Praças da Polícia Militar do Paraná do 11º Batalhão de Campo Mourão-PR, na figura do Subtenente J. Silva, do Sargento Castro e da Cabo Biondaro, me tornou uma pessoa melhor, uma pessoa capaz de superar qualquer obstáculo com determinação, alguém capaz de acreditar em um potencial adormecido. Acordaram a guerreira que estava em mim – parafraseando a Cabo Biondaro, que, em meio a uma instrução em que eu estava perdida, me deu o amparo e a certeza de que todos sairiam sabendo no final do curso e que ninguém ficaria para trás – parafraseando o Subtenente J. Silva. E, nas palavras do Sargento Castro, que o grande arquiteto do universo nos abençoaria em toda a nossa caminhada.

Mas por que toda essa história? Porque foi, em resumo, um pouco da minha trajetória pelos caminhos da História até o ingresso no PPGHP e as consequências disso. Em agosto de 2022, tive uma conversa com o meu orientador, Fábio André Hahn, o qual sugeriu que eu realizasse as duas disciplinas que faltavam no ano seguinte, quando eu já tivesse terminado o CFP. Senti um alívio porque achei que poderia perder a vaga no PPGHP. Além disso, meu orientador sugeriu que eu pesquisasse algo voltado à Segurança Pública, já que, a partir de então, seria o meu ramo de estudos e trabalho, algo sobre o qual tenho mais proximidade para falar, não ao acaso. Saí muito feliz da orientação e imensamente agradecida pela compreensão e apoio gigantesco durante todo esse tempo. Obrigada por tudo, Prof. Fábio, só conseguiria realizar essa pesquisa tendo o senhor como orientador.

Agora, a pesquisa que iniciamos trata de um crime atual contra o patrimônio: os assaltos a instituições financeiras, o que hoje comumente se denomina como “Novo Cangaço” ou “Domínio de Cidades”. Com isso, buscamos uma relação prática entre a História Pública e a Segurança Pública. Este será um trabalho feito em conjunto, um trabalho em que estarei como organizadora de ideias, porque será algo compartilhado. “Quem seria Júlio César sem a Sexta Legião? E quem sou eu sem meus irmãos?” Boa leitura!

"Para mim ele está viajando. Como ele já foi em várias missões e ficou meses fora. Se você me perguntar quando que isso vai passar? Não sei, não posso te dizer."

Carla Fernanda – Esposa de Policial Militar morto em confronto, em uma situação de Domínio de Cidades em Guarapuava-PR, em abril de 2022.

INTRODUÇÃO – O QUE É O “NOVO CANGAÇO?”

A presente pesquisa apresenta um estudo de análise acerca de assaltos ocorridos para o que hoje se denomina como “Novo Cangaço”, “Cangaço Noturno” e “Domínio de Cidades” contra instituições financeiras, sejam elas públicas ou privadas, tendo como marco regulador a invasão a cidade de Guarapuava-PR, localizada há aproximadamente 250 km da capital Curitiba, no qual um grupo de 30 criminosos organizados com armamentos e equipamentos especializados fizeram da empreitada, cenas de terror, atearam fogo no batalhão de polícia militar, em caminhões para interditar rodovias de acesso à cidade, fizeram escudos humanos das pessoas que transitavam pelas ruas, causando um impacto psicológico geral à população que participou diretamente como personagens, ou como coadjuvante em suas residências onde acompanhavam nos grupos de WhatsApp o que estava acontecendo na noite do dia 17 de abril de 2022. Trazemos também casos de ataques do Novo Cangaço em cidades de outros estados com intuito de elucidar a ação das quadrilhas e seus impactos na sociedade.

Dentro da linha de pesquisa Saberes e Linguagens esse trabalho objetiva analisar como a expressão “Novo Cangaço” foi atribuída a modalidade criminosa atual de assalto a instituições financeiras, a qual parte de uma realidade em que um crime atual denominado popularmente como “Novo Cangaço” em suas particularidades tem atravessado o tempo, em que ações de séculos passados ecoam em nossos dias aos moldes contemporâneos, visto que é um termo adotado para registrar as ações criminosas dos grupos que atacavam cidades interioranas no Nordeste, um exemplo bastante utilizado é o de Lampião e seu bando que atacavam e saqueavam cidades. Bem como a evolução de “Novo Cangaço” para a expressão “Domínio de Cidades” que logo evoluiu pelo meio empregado e pela quantidade financeira aplicada nos crimes desse tipo.

Diante disso, os saberes constituídos historicamente são expressos em linguagens específicas no cenário público, o chamado Novo Cangaço da atualidade traz em suas vestes o fortalecimento do crime e suposto domínio da criminalidade, diferente do cangaço de Lampião onde ao passo que discutia questões sociais como a revolta ao coronelismo e as injustiças sociais do Nordeste, também deixava pegadas de destruição e morte. Nesse sentido esse trabalho propõe novas maneiras de pensar a história diante de acontecimentos reais, os quais demandam de resposta rápida do poder público, face as perdas e consequências do domínio do Cangaço atual.

A partir da perspectiva da História Pública cujo foco nesse trabalho é pensar com o público, a partir da autoridade compartilhada, termo cunhado pelo historiador estadunidense Michael Frisch, buscamos analisar e discutir questões pertinentes à esfera pública e de interesse social, o fenômeno do “Novo Cangaço” perpassa o tempo e conhecimentos históricos, não é um tema atual, não surgiu de uma hora para outra e nem se manifesta igualmente em nossos dias como em décadas passadas. Percebemos a apropriação de um termo que de forma pública é utilizado pela mídia e até mesmo na esfera da segurança pública para designar uma nova modalidade criminosa, com suas particularidades e nuances, a princípio um crime tipicamente brasileiro, o qual analisaremos se isso se efetiva pelo *modus operandi* das quadrilhas envolvidas. Além disso, traremos o espaço público para debate, visto que, toda a prática criminosa do Novo Cangaço envolve o espaço público e agora a esfera pública percebida enquanto arsenal da prática da violência.

Partindo do exposto, propomos pensar as questões acima elencadas a partir de três níveis de análise conforme propõe Costa (2012) nível dos discursos, marcos regulatórios e esfera cotidiana. No nível discursivo trataremos da maneira como a mídia emprega as narrativas a partir das notícias sobre ataques de Novo Cangaço. Nos marcos regulatórios a discussão será a partir das leis e regulamentos que legislam sobre esse crime e quais as medidas tomadas no sentido de inibir as práticas criminosas. Por último, no âmbito da esfera cotidiana, trataremos das relações da população diante dos ataques, conversando com pessoas que involuntariamente participaram do confronto em cidades sitiadas, com policias militares do Paraná que trabalharam em dias de vulto, com familiares de vítimas, com policiais militares de equipes especializadas os quais atuam diretamente nesses casos, além de trazer para discussão as práticas atuais de enfrentamento ao Novo Cangaço a exemplo das simulações realizadas em várias cidades do Estado do Paraná, bem como o regimento interno, POP-Procedimento Operacional Padrão de atuação policial em casos de Novo Cangaço e sua contribuição para a segurança pública.

Este trabalho possui como justificativa social uma possível resposta para o aumento da criminalidade no Brasil sob a ótica do Novo Cangaço, crime atual com nomenclatura antiga. Entender a modalidade de assalto a bancos que vem crescendo com o emprego maciço da violência, a transformação do espaço público em cenário de guerra, visto que de certo modo a população civil se torna parte integrante da empreitada, tornando-se refém e correndo risco da própria vida.

As organizações criminosas que praticam o Novo Cangaço possuem como foco principal cidades pequenas do interior, e fortemente armados, muitos chegam de madrugada e

iniciam seus assaltos. Como isso vêm ocorrendo? Vidas estão sendo ceifadas a qual custo? Como a Segurança Pública do país se posiciona diante de tanta violência? Há amparo jurídico que criminaliza tanto terror? O que as forças de segurança que trabalham para inibir práticas criminosas desse tipo tem a nos dizer? O que as vítimas do Novo Cangaço nos apresentam? Como é possível construir em conjunto estratégias de combate? Muitas são as perguntas em torno desse tema, e o que se propõe nesse trabalho é o de justamente responder alguns desses questionamentos, os quais serão de grande valia para construirmos uma compreensão do Novo Cangaço e uma possível resposta a insegurança pública e social.

Além das questões sociais que envolvem o tema, também foi pertinente a realização de uma revisão historiográfica, enquanto amparo para o debate e possíveis contribuições para o campo. Algumas das principais obras que tratam do tema que serão utilizados como embasamento teórico para essa pesquisa são os seguintes: “Guerra Federal: retratos do combate a crimes violentos no Brasil” de Renato Júnior e Laurejan Ferraço (2019), livro ficcional mas que traz o cerne dos crimes violentos no Brasil para perto do leitor, como uma realidade vivenciada; “Manual de rastreamento de combate e enfrentamento a crimes ultraviolentos como domínio de cidades e novo cangaço” de Raimundo Pires da Silva e Francinaldo Machado Bó (2024), é um livro de estratégias para o combate aos crimes violentos; “Cangaço: a milícia do coronelismo” de Júlio Chiavenato (2021), retrata o cangaço e seu papel sociológico na história do Brasil; “Novo Cangaço: análise criminal” de Leonardo Santana Santos (2021) o qual traz uma discussão analítica da criminalidade a partir no Novo Cangaço e Cangaço Noturno; “Mamba Negra: o combate ao Novo Cangaço” de Eduardo Bettini (2020), o qual retrata uma missão real de combate ao Novo Cangaço por parte da Polícia Federal e por meio de sua própria atuação enquanto policial federal do Estado; “Alpha, Bravo, Brasil: crimes violentos contra o patrimônio” de organização de Lucélio Ferreira Martins Faria França (2020), o qual traz uma coleção de trabalhos sobre a legislação acerca dos crimes violentos contra o patrimônio, o modo como as instituições de segurança pública combatem tais crimes e os procedimentos policiais necessários para o combate eficaz deles; “COT-Charlie, Oscar, Tango: por dentro do grupo de operações especiais da Polícia Federal” de Eduardo Maia Bettini e Fabiano Tomazi (2018), o qual retrata um pouco do cotidiano das atividades dos policiais que compõem o Grupo de Operações Especiais da Polícia Federal.

Partindo da temática em História Pública, a segurança é algo primordial quando pensamos em público, na medida em que ambas possuem um nome comum, ambas são públicas. Falar sobre segurança pública hoje e mais especificamente sobre o Novo Cangaço é falar de público e nesse caso de uma História Pública, a qual parte do entendimento de que a prática

criminosa em questão envolve públicos variados, sendo eles os grupos de quadrilhas criminosas, os grupos de policiais combatentes, os grupos de jornalistas, os grupos de estudiosos sobre o tema e o grupo das vítimas do novo cangaço, este último pode ser o transeunte que passou pela rua no momento do ataque, ou o funcionário refém de uma agência bancária alvo. Além disso, o espaço público nesse caso é utilizado para causar pânico nos públicos e espaço de fuga para os criminosos.

Essa pesquisa será feita pelo público e também com o público, visto que, parte das fontes serão de notícias já feitas por um público específico, algumas partindo de fontes orais e outras de trabalhos já realizados em detrimento da temática, que em virtude de demandar uma resposta rápida do poder público para o público/vítimas, contribuirá para a segurança pública. O que se pretende com esse trabalho é assim como Schitino (2016) nos sugere, ser possível pensar em uma ideia de História Pública onde a história científica não encarna a posição de juiz do passado bem como não toma para si a tarefa de desenvolver a consciência histórica levando conhecimento ao público leigo, o que se pretende é uma troca de ideias com o público, a partir de uma temática que vem sendo discutida pelos públicos.

A produção em história pública é uma dimensão que, muitas das vezes, instiga os profissionais historiadores a se desvencilhar dos muros acadêmicos, para que a partir daí consigam produzir conhecimentos com os mais diversificados públicos, proporcionando ao pesquisador a ampliação do que chamamos de democratização do processo de produção de conhecimento histórico, envolvendo saberes e experiências diversas.

Falando em História Pública, pode ser que esse trabalho extrapole os muros da universidade, ou pode ser que não. Comumente a História Pública discute essa nova perspectiva partindo de uma divulgação histórica, de comunicar para públicos variados, não apenas para os nossos pares. Mas no final das contas, quem poderá se interessar por esse trabalho? Para quem escrevemos? Se tivermos uma resposta pronta, poderíamos dizer que para todos os públicos que quiserem saber alguma coisa de segurança pública que tanto se discute no meio político, em questões sociais, ou até mesmo de interesse particular. Este também será um texto para os nossos pares, para os amigos da universidade, para os parceiros das forças de segurança, objetivando aumentar o grau de discussões em termos práticos no ramo da segurança pública em nosso país, o qual ainda é um assunto bastante delicado.

Com o intuito de elucidar as dimensões de abordagem que a história pública contempla, Santhiago (2016), nos propõe quatro principais possibilidades que se entrecruzam, que dialogam entre si e se complementam, nas palavras do autor “a história pública é uma área ou

campo de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais possíveis de entrecruzamento” Santhiago (2016), sendo elas:

- História feita para o público, a qual tem relação com a ampliação de audiências, de divulgação histórica;
- A história feita com público, que seria uma história colaborativa, participativa, onde poderíamos citar a questão da autoridade compartilhada ou autoria compartilhada;
- A história feita pelo público – que trata das formas não institucionais de história e também dos diálogos com a memória;
- A História e público – que discutiria questões historiográficas do campo.

Pretendemos realizar uma pesquisa de campo e interdisciplinar, onde iniciaremos com as análises midiáticas tanto para apresentar o tema, quanto para entender como ele vem se apresentando no espaço público, depois disso, trabalharemos por meio de conversas, onde o público irá participar e contribuir com o trabalho. No primeiro capítulo trataremos em nível discursivo o que se denomina como Novo Cangaço e como esse termo vem sendo empregado na mídia, além de trazer uma discussão ao público sobre questões voltadas a segurança pública e aos crimes contra o patrimônio. Discutiremos também a possibilidade de uma história feita com o público. No diálogo com a perspectiva de Santhiago (2016), essa pesquisa transita pelos curiosos caminhos da história pública com o público, onde pretendemos ouvir e colocar no papel as narrativas e experiências dos públicos.

No segundo capítulo apresentaremos algumas das estratégias utilizadas pelo crime organizado em assaltos às instituições financeiras que decorrem de furtos/roubos a bancos, os quais vem crescendo nos últimos anos de norte a sul do país, trazendo para discussão alguns dos casos mais marcantes em nosso país, sobretudo os que ocorreram em regiões interioranas. Um tópico importante que trabalharemos nesse capítulo será o marco regulador, que apresentará as legislações pertinentes a essa modalidade de crime.

No terceiro capítulo abordaremos a cidade enquanto espaço público e arsenal da prática da violência. Vejamos que muitos dos crimes brasileiros ocorrem no espaço público, desde os mais comuns, como furto simples/roubo/ameaça/dano/injúria/tráfico/dentre outros até os que são considerados de maior gravidade como tráfico internacional/furto qualificado/homicídio/latrocínio que envolve uma combinação de roubo, subtração de bens mediante grave ameaça ou violência em que a vítima acaba sendo morta/dentre outros. É a partir das relações cotidianas que o crime se manifesta no espaço público, e é nesse ponto, no nível das relações sociais que o público se apresenta para compartilhar sobre suas percepções e contribuições, momento em que haverá entrevistas com moradores de cidades sitiadas por assaltos a

bancos, policiais que atuaram em dias de vulto, alguns que participaram diretamente de confrontos, além de pessoas que indiretamente fizeram parte ou desejam participar compartilhando seus conhecimentos.

Este trabalho irá apresentar um debate sobre assaltos a instituições financeiras que causam uma extrema sensação de insegurança pública e social em qualquer parte do país, visto que é um crime bastante rentável em termos monetários e que atrai criminosos experientes e ousados, ao passo que é um crime passível de êxito, há chances de não lograrem êxito, já que as táticas utilizadas pelos criminosos vem sendo constantemente estudadas pelas agências de inteligência, além dos setores da segurança pública estarem passando por constantes treinamentos e modificações em suas práticas operacionais, e por fim podemos citar que os órgãos e agências bancárias também estão se aperfeiçoando, não apenas em cidades de maior porte, mas sem cidades interioranas, onde a questão da segurança antes era precária, tornando um foco alvo dos grupos criminosos do Novo Cangaço.

Não é uma dicotomia entre o bem e o mal, o bom e o ruim, o pior e o melhor, o fato de as forças de segurança pública do Brasil estarem mais atentas, não desconsidera o fato de organizações criminosas ou mesmo grupos que se reúnem para cometerem assaltos não desenvolverem tamanho nível de organização e planejamento para tal empreitada, alguns contam com um amplo sistema de planejamento, estratégia e comando, investimentos de milhões e até mesmo corrupção de pessoas, algumas do próprio sistema. Falaremos aqui não apenas do crime patrimonial mencionado, mas de um tipo de crime que envolve criminosos aptos e experientes em outros tipos de crimes, sendo que para a manutenção de uma prática criminosa como o tráfico de drogas e de armamentos, outras práticas são desenvolvidas em uma espécie de espiral do crime.

CAPÍTULO 1

RAÍZES HISTÓRICAS DO CANGAÇO

*"Eu me chamo Lampião,
mas é só de brincadeira,
acabe com essa besteira,
deixe de vadiação.
quem alumia é o tiro
que eu dou na escuridão,
mato andorinha voando,
quanto mais um gavião,
mato sargento e tenente,
coronel e capitão,
cabra frouxo de sua marca
mato até de bofetão."*

Nertan Macêdo, Cancioneiro de Lampião, 1959

Durante a primeira metade do século XX o Brasil passava por um período em que artistas buscavam representar as especificidades regionais, bem como os problemas e as dificuldades encontradas em cada região do país, focalizando sobretudo no nordeste, retratando temas como a seca, os movimentos sociais messiânicos, bem como o problema do banditismo e o cangaço propriamente dito, estabelecendo vínculos por meio do que ficou conhecido como romances regionalistas, os quais foram representados em livros, poemas, as famosas poesias de cordel, peças teatrais, novelas e demais meios, os quais tinham como objetivo a valorização do nordeste, colocando a região no cenário artístico do Brasil. O trecho acima descreve uma figura conhecida quando falamos em cangaço, o Lampião. Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como o rei do cangaço, seu apelido Lampião veio por conta da rapidez com que ele atirava, quando o tiroteio era de noite, parecia que seu rifle emitia uma luz contínua. Lampião foi um cangaceiro nordestino bastante influente no século XX por seus feitos, representado até hoje no cinema nacional.

As raízes do cangaço são antigas e profundas, porém não vamos nos ater a definir um marco temporal em seu surgimento, pois é algo contraditório, como bem exemplifica Meneses (2012), sendo passível de muitas discussões, inclusive já realizadas. O termo Cangaço também possui origem diversa, para Queiroz (1986) o termo traz uma relação com “canga” ou “cangalha”, que significava os objetos e artefatos que os cangaceiros levavam em suas viagens. Já para Pericás (2010), o cangaço significava o bando de homens armados do Nordeste por volta do século XIX. Para Clemente (2007) o cangaço desse período se referia ao bandido que vive debaixo da canga, que seria o complexo de armas sobrepondo-lhe o corpo e para

referir-se a um modo específico de ação independente, em que o cangaceiro estaria subordinado apenas ao seu bando.

Vamos partir do cangaço que passou a ter grande influência no nordeste do Brasil por volta do final do século XIX e início do século XX, sendo uma possibilidade de análise dentre tantas outras. Os cangaceiros ora definidos como heróis, ora como vilões, foram personagens que atuaram em cenas reais e tiveram grande influência na sociedade de seu tempo. Muito do que temos escrito hoje sobre o cangaço, remete ao banditismo como um fenômeno já presente no país desde o período colonial, porém, como afirma Queiroz (1986), foi apenas na região do Nordeste que os homens considerados bandidos foram definidos como cangaceiros que andavam em bandos, ou seja em grupo.

A definição de bandido em seu termo propriamente dito pode ser atribuída ao que Hobsbawm (2000) descreve em sua obra “Bandidos” de 1969.

Nas montanhas e florestas, bandos de homens fora do alcance da lei e autoridade (tradicionalmente as mulheres são raras), violentos e armados, impõem a sua vontade através da extorsão, roubo e outros procedimentos às suas vítimas. Dessa forma ao reivindicarem poder, lei e controle de recursos, o banditismo também desafia simultaneamente os aspectos econômicos, sociais e políticos. (HOBSBAWM, 2000, p.19).

Conforme Hobsbawm (2000), o banditismo do período do cangaço está muito associado ao banditismo social, que seria um fenômeno universal de resistência camponesa, como se o crime valesse pelo bem coletivo, visto que os camponeses do período tinham um modo de vida similar, com costumes e modos de viver nas comunidades, o bandido que roubava ou saqueava cidades era do próprio meio, do campo, conhecia bem a realidade para poder agir e posteriormente “ajudava” os seus pares com os feitos de seu crime.

As atuações dos cangaceiros ficaram conhecidas como ações de bandidos sociais, a própria constituição da imagem pública de Lampião retrata seu aspecto violento, enquanto vingador, sua principal característica seria a prática do terror como se o medo que provocava nos lugares que passava fosse parte integrante de seus intentos. Além disso, o fenômeno do cangaço também é associado ao poder, conforme nos mostra Chiavenato (2021) em sua obra “Cangaço: a milícia do coronelismo”, o autor traz uma nova concepção a respeito do assunto, tratando aspectos do cangaço totalmente ligado aos interesses daqueles que detinham o poder, ou seja, dos próprios coronéis que usavam os cangaceiros em seu próprio favor.

Chiavenato entende que na realidade o cangaço não foi um movimento popular dos camponeses contra o sistema, mas sim um movimento em que os cangaceiros foram

estimulados e mantidos por grupos de latifundiários, de grandes proprietários de terras, para conseguirem se manter no sistema, para assegurar o domínio no campo e para continuar controlando a população de modo geral.

O QUE FOI O “VELHO CANGAÇO”?

[...] não causa estranheza que, com a aridez castigando os campos do futuro e com o chão do presente desmoronando, a busca pelos terrenos férteis do passado seja uma das soluções mais atraentes buscadas pelas pessoas para semear seus sonhos e esperanças.

Fernando Nicolazzi

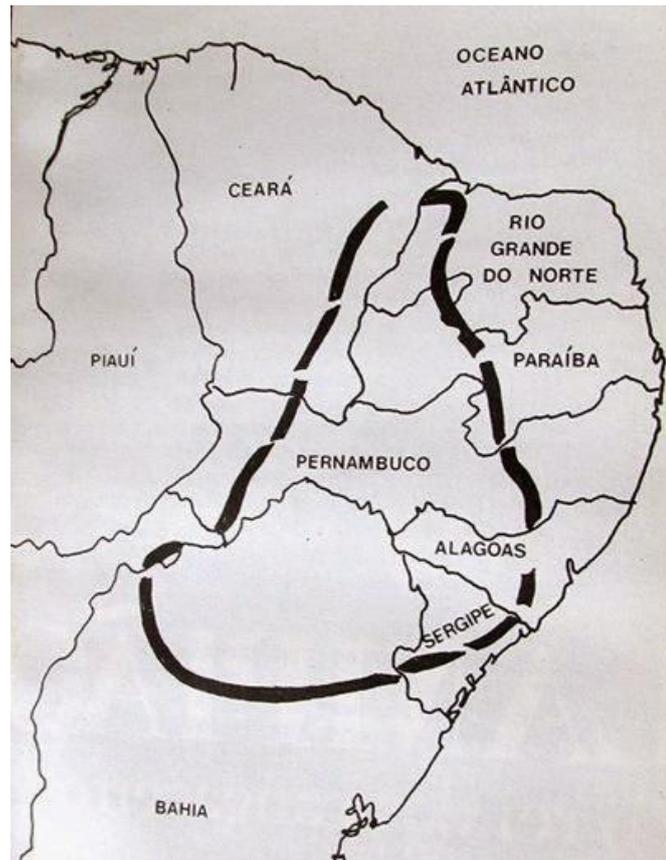
O cangaço é entendido hoje como um movimento, um fenômeno político e social que ocorreu na região Nordeste do Brasil e foi caracterizado pela união de grupos de pessoas, conhecidas como cangaceiros que andavam pela região do Nordeste comentendo assaltos, furtos e diversos outros tipos de crime da época como saques, sequestros, extorsões e assassinatos de diversas pessoas que resistiam a empreitada proposta pelo grupo.

Os cangaceiros normalmente chegavam nas grandes fazendas e causavam terror, eram compostos por pessoas em sua maioria marginalizadas, fugitivos, desertores, pessoas que viviam no campo como agricultores empobrecidos que encontravam no cangaço uma forma de resistir às condições adversas em que viviam, marcada pela seca, pela pobreza e pela exploração de grandes latifundiários e proprietários de terras.

Não podemos deixar de citar a geografia do cangaço, manifestada nesse caso na região do sertão nordestino do Brasil, sendo um espaço geográfico percebido como impenetrável e também um lugar imaginário que se construiu no decorrer dos séculos em função dos olhares que lá habitaram, visto como um território cujas limitações geográficas se modificaram com o passar do tempo, antes local inabitado pela seca, hoje, espaço de economia rica.

Sabemos que o cangaço se manifestou no sertão nordestino, mas como podemos definir o sertão? Alguns dicionários o definem como “terra longínqua”, que durante muito tempo seus limites territoriais foram se modificando, o sertão foi primeiramente definido como um espaço do interior, de forma negativa como sendo de zona árida, seca, pouco povoada, assolada pela miséria, exposta à violência, pelo banditismo e injustiça social.

Figura 1. Região de atividade dos cangaceiros



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Podemos notar no mapa acima, os pontos tracejados das regiões do Nordeste onde o cangaço esteve mais presente, sendo parte do Estado da Bahia, quase toda a região do Sergipe, Alagoas e Pernambuco, pequena proporção da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Vale ressaltar que os pontos definidos foram realizados conforme os dados fornecidos pelos registros policiais de operações realizadas para combater as ações dos cangaceiros, disponível para consulta no acervo de imagens da Biblioteca Nacional.

Definida a geografia das ações do cangaço, vamos entender como esse espaço se constituía, segundo Gilberto Freyre, em sua obra “Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil”, o autor entendia que apesar da predominância da cana de açúcar e dos modos difíceis de se viver no sertão por conta dos tempos de estiagem, o lugar, conforme as palavras do próprio autor era “uma mancha de água, um avanço de mar, um rio, um riacho”.

Segundo Clemente (2013), já o sociólogo cearense Djacir Meneses publicou “O outro Nordeste: um estudo sobre o Nordeste seco, latifundiário, pastoril, coberto pelas caatingas”, onde afirma que o título dessa obra foi sugerido por Gilberto Freyre, o qual teria dado a se-

guinte justificativa: “o título que sugeri é justamente porque o seu Nordeste é o outro, Nordeste ao lado do meu e talvez menos conhecido, embora seja o mais falado: Nordeste das secas, dos grandes misticismos e da escravidão.

Podemos perceber que o Nordeste é um espaço amplo e de disputas, diríamos singular dentre todas as regiões do nosso país, e dentre os fenômenos históricos, vamos falar do cangaço, o qual se manifestou diante dos espaços geográficos mencionados e fizeram/fazem parte de um imaginário popular bastante amplo, visto que existiram aqueles que apoiavam as ações do cangaço e os que desprezavam.

Conforme os estudos realizados por Ribeiro (2021) em seu trabalho de mestrado em História, é possível perceber três principais matrizes historiográficas que tratam de forma interpretativa o tema do cangaço, nas figuras de três autores: Gustavo Barroso, Rui Facó e Frederico Pernambucano de Mello. Cada um com suas próprias interpretações, intenções de escrita e lugar social. Os três autores exemplificam como o cangaço pode ser interpretado, cabendo ressaltar que por tais definições serem caracterizadas como matrizes historiográficas, exerceram influência nas escritas posteriores e de modo geral, na maneira com que as pessoas pensavam o cangaço e como o interpretavam no imaginário social.

Ainda segundo Ribeiro (2021), pensar o cangaço a partir de tais interpretações é essencial para entender como os demais autores que interpretaram o fenômeno tomaram como base ou ponto de referência, além disso a possibilidade de ter essas matrizes interpretativas se dá pelo tempo em que as mesmas se mantiveram em vigência, com um início, um meio e um fim. Além disso, tais autores se colocaram como de vanguardas porque interpretaram o cangaço sob uma perspectiva que passou a inaugurar correntes interpretativas, tendo essas mesmas correntes, características e limites próprios em sua temporalidade.

A primeira definida por Gustavo Barroso (1888-1959), entende o fenômeno do cangaço a partir da publicação de seu livro “Heroes e Bandidos” (1917) onde entende a figura do cangaceiro como anormal, mas valente que sobreviveu a um solo infértil, possuía educação precária e não tinha a atenção devida do Governo Federal. Barroso tinha como objetivo apresentar as causas do cangaço, bem como os principais cangaceiros e influentes do período. O autor escreve mais duas obras que tratam do tema, em 1912 “Terra do Sol” e em 1931 “Almas de Lama e Aço”. O autor pensa a eclosão e permanência do cangaço a partir de três aspectos, sendo eles: o meio, a raça e a formação social.

Barroso entende que o cangaço surgiu a partir de uma relação antiga de aliança que existia na região do Nordeste de coronéis com sertanejos locais, principalmente relacionadas com a questão da terra e de conflitos pela posse dela, conflitos entre famílias que se utiliza-

vam desse recurso da luta para conseguir adeptos para lutar por eles na busca de novas terras e na defesa das que já eram suas.

O clima também seria uma influência segundo Barroso, visto que a seca impossibilitava o plantio e as atividades agrícolas, o que abria brecha para o banditismo. Além do isolamento e da desocupação, o autor ressalta a falta de assistência do Estado, que deixava o povo à mercê, sem o auxílio a saúde, a educação, a comida, dentre outras condições básicas, sendo que o único momento efetivo de atividade por parte do Estado seria para reprimir ou repelir as ações causadas pelo banditismo em forma de repressão.

O autor ainda relata que a ação policial em regiões assoladas pelo banditismo não deveria causar indignação, que é algo comum em outros países e não exclusivo do Brasil, mas nesse caso em específico, a mobilização das forças policiais ou chamadas forças volantes (tropas que combatiam o cangaço) para combater o infortúnio em terras deixadas de lado pelo Estado, o mesmo não fez cumprir o que deveria ter feito para prevenir tais ações, oferecendo as mínimas condições de sobrevivência para a população, o que pode ser percebido é uma falta da presença do Estado como causa do banditismo e a repressão subsequente.

Barroso trata a prática do cangaço e da violência propriamente dita como resultante da ignorância, que a estrutura do mandonismo representava ainda uma consequência da bruteza e da falta de visão dos “chefões da terra” e grandes latifundiários no momento que o banditismo ressurgiu, nos dias atuais, em outro tipo de selva, a urbana, pode-se ver bem a ingenuidade em evitar males sociais, conservando a estrutura que os gerou. Repetem-se agora os mesmos atos de selvageria, não se pensando mais na educação e sim na repressão pura e simples.

Já para Facó (1963), autor marxista, entende a sociedade brasileira como atrasada por conta das relações socioeconômicas internas ao latifúndio no Brasil e demonstra que a luta contra esse monopólio, por meio da luta armada e da insubordinação, deveria ter se iniciado há muito tempo com os cangaceiros e “fanáticos”, no período que seguiria a transição política do Brasil imperial para o republicano. O mesmo autor entende que o banditismo expresso no cangaço seria uma manifestação contra a opressão do capitalismo.

A obra “Cangaceiros e Fanáticos” de Rui Facó, escrita em 1963 tem um cunho político, o mesmo entendi que o banditismo seria algo advindo do meio social e que os cangaceiros que praticam atos criminosos seriam os da classe de excluídos, entendia os “fanáticos” a partir do momento em que assumiam uma posição heterodoxa, com raízes postas no catolicismo. Assim o cangaço e o fanatismo possuíam íntima relação, além da carga política, também são apresentados como as únicas soluções possíveis, até porque as autoridades locais eram controladas e exercidas por quem detinha o controle dos meios de produção e controle das riquezas.

Além disso o autor também parte do ponto em que os sertanejos visualizavam no Cangaço uma forma de vingar sua atual condição social.

Rui Facó descreve que predominam muitos efeitos de causas profundas na situação do cangaço, dentre as causas seriam: a ausência de justiça, o analfabetismo, a precariedade de comunicações e transporte, baixos salários, juntando a desigualdade social, o desenvolvimento do capitalismo, da concentração da propriedade da terra, que acabava dando poder econômico ilimitado a uma insignificante minoria de latifúndios, enquanto a maior parte da população não tinha nada, através de uma perspectiva do Nordeste com suas mazelas economicamente atravessada pelo latifúndio, pela concentração criminosa de terra com reflexos diretos na população pela desigualdade social.

Para Frederico Pernambucano de Mello primeiramente com seu artigo “Aspectos do Banditismo rural nordestino” de 1974, defende duas teses principais, uma que diz respeito à categorização dos cangaceiros sistematizados pela forma de ingresso nesta modalidade de banditismo, e a outra que se refere ao que o autor chama de escudo ético, que seria basicamente a dualidade e sentimentos contraditórios de admiração e repulsa pelos cangaceiros. Podemos notar isso até nossos dias, principalmente quando se fala do fenômeno do cangaço no Nordeste.

A principal obra de Mello foi publicada em 1985 com o título “Guerreiros do Sol: o Banditismo no Nordeste do Brasil”, nessa obra o autor aborda o cangaço não apenas do ponto de vista social, ou mesmo almejando descobrir as causas ou motivações iniciais do ingresso a vida no cangaço, o autor vai além quando pensa nas possibilidades do cangaço no semiárido e no massapê, no Nordeste canavieiro. A opção metodológica de trabalhar o que ainda não foi dito abriu caminhos antes desconhecidos na historiografia especializada. O que parecia óbvio, tornou-se terreno fértil para pesquisas únicas que vislumbravam o cangaço apenas como um banditismo.

O que esse autor traz de novo, é uma abordagem do que não era falado, além do aspecto social e cultural, coisas a princípio triviais como as vestimentas dos cangaceiros, a opção dos cangaceiros por perfumes importados e pelos bornais cheios de significados, bordados à mão, como um dos componentes que explicam a especificidade do cangaço em relação ao banditismo rural comum no sertão nordestino desde a colonização, é o que tipifica o cangaço desse período como diferenciado e único. Todo esse estudo da singularidade desse movimento chamou a atenção de outros pesquisadores em torno da alegoria e simbologia.

As percepções desse autor não se iniciam com a descrição do cangaço como os outros dois, mas sim em uma tentativa de demonstrar a formação social e principalmente cultural do

povo sertanejo. Segundo Ribeiro (2021) essa tentativa de caracterização deste grupo de indivíduos educados pela no sertão e pelo afastamento das regiões costeiras que mantém contato frequente apenas com o Nordeste canavieiro, nos auxilia na compreensão da base sólida de pertencimento emancipador da população nordestina com o espaço, diferente da relação de uma pessoa que não é de lá.

Frederico Pernambucano também aponta outros condicionantes na formação social e cultural desta parcela do Nordeste brasileiro, o que ecoaria nos movimentos e fenômenos posteriores, pensando sobretudo nas condicionantes, como o embate com os indígenas e com os animais “bravios”. É possível compreender os combates com os nativos indígenas que impuseram uma resistência longa, o qual influenciaria diretamente no modo de vida sertanejo, “sempre à espreita e receoso de ataques indígenas a de animais selvagens”. Ferreira discorre a respeito dos valores sertanejos descritos por Mello:

A moral sertaneja faz parte do conjunto de valores que caracterizam os viventes do sertão Nordestino [...] é uma noção muito bem estabelecida, e Frederico Pernambucano se utiliza dela como introdução para pensar a violência intrínseca a esse modelo conhecido do sertão nordestino, mesmo sem elementos do cangaço. Muitos atores do cangaço, inclusive, adentram no meio para a vingança da honra pessoal [...] um olhar atento verificará, novamente, que o autor não busca, apenas, retratar o cangaço quando fala de violência no sertão, mas pensar nas várias formas de violência possíveis a partir dos indivíduos já conhecidos, objetivando assim desvelar o mito em que apenas o cangaceiro seria o detentor de ações cruentas, tornando o restante da população receptores passivos e sem atitudes merecedoras de atenção, generalizando-os. (FERREIRA, 2021, p.10)

Além do exposto, é possível trazer mais um diferencial da perspectiva de Frederico Pernambucano, o autor realiza um estudo para identificar as diferenças entre o Valentão, o Cabra, o Capanga, o Jagunço e o Pistoleiro, termos comuns dentro do fenômeno do Cangaço. De modo bastante resumido, o autor traz algumas definições: Valentão – “se utilizava da valentia como instrumento de sagração pessoal, seu espaço de honraria, com atitudes que os levam para embates pelo seu bel prazer”. Cabra – “realiza ações pagas com dinheiro, e não como trovas populares, apesar de servir tanto a favores ofensivos quanto defensivos”. Capanga – “não teria outras ocupações fora de sua atividade principal. Era uma “profissão” com o ônus de permanecer o tempo todo com o patrão sob os olhos, e essa proximidade constante também teria um benefício: a grande proximidade com aquele”. Jagunço – “o Jagunço é o que mais se aproxima do cangaceiro, mas não chega a isso por um único motivo: também deve ser obediente a um ou mais patrões”. Pistoleiro – “O pistoleiro mata para obter um ganho, seja em dinheiro, terras, gados, joias ou outros valores”.

O cangaço também foi definido a partir de três modalidades: o cangaço-meio de vida, o cangaço de vingança e o cangaço-refúgio. A primeira modalidade foi a definida como profissional do cangaço, que teve Lampião e Antônio Silvino os seus principais representantes. Já a segunda modalidade se encontra no finalismo da ação guerreira de seu representante, voltada para o objetivo único de vingança. Por último, a terceira modalidade o cangaço figura como última instância de salvação para homens perseguidos, esta representava um refúgio, um esconderijo pelas caatingas em busca de fuga.

É importante destacar que as três modalidades se entrelaçavam, uns entravam para o cangaço como um estilo de vida e profissão, usando da vingança como meio propulsor, além de entender como uma espécie de refúgio em meio ao caos. O fato é que na visão de Frederico Pernambucano, para além do discernimento do movimento, uma ideia geral de como foi possível um fenômeno como o cangaço nascer em solo nordestino, o autor entende o cangaço historicamente enquanto um “fruto causal”, de uma sociedade que produziu o cangaço desde tempos coloniais.

A contribuição para a temática vai além do âmbito histórico e sociológico, mas alcança também o perfil estético do fenômeno, é possível perceber que o autor exalta a singularidade quanto a qualquer outro fenômeno brasileiro e mesmo internacional. O cangaço é assunto tipicamente brasileiro. Hoje é possível notar uma gama de trabalhos científicos que retratam o viés estético do movimento de cangaceiros. O cangaço para além do perfil histórico e temporal, pode ser analisado a partir de diversas óticas, é o que analisaremos a partir de agora, sob um novo viés, o do Novo Cangaço.

Por fim, o que temos para ser analisado desse tempo do antigo cangaço além de cartas e textos produzidos durante o período, são as imagens. A imagem fotográfica permanece como um fragmento de uma realidade passada dotada de sentidos, percepções e significados conforme as perguntas que poderão ser feitas. Uma imagem que causa muita comoção, já no fim do ciclo do cangaço é o do fim trágico de Lampião e seu bando em uma disposição de cabeças decapitadas pela polícia que estava há anos buscando esses indivíduos. As cabeças foram exibidas ao público na escadaria da prefeitura da cidade de Piranhas em Alagoas.

Na imagem, de autoria desconhecida, a cabeça de Lampião é colocada em destaque no dia 28 de julho de 1938, juntamente com a cabeça de Maria Bonita e dos mais nove principais membros do grupo do cangaceiro, mortos na emboscada no Sítio dos Angicos (área de Caatinga) juntamente com os pertences do bando, como podem ser visualizadas na imagem abaixo.

Figura 2. Cabeças decapitadas, armas e objetos dos cangaceiros. Lampião, Maria Bonita e mais nove cangaceiros pertencentes ao bando



Fonte: Autor anônimo, 28 de julho de 1938. Folha de São Paulo.

O ANACRONISMO DO NOVO CANGAÇO

O termo "Novo Cangaço" tem sido comumente utilizado para descrever certas práticas criminosas e comportamentos de grupos organizados para o cometimento de crimes contra o patrimônio, o mais usual é o de assalto a agências bancárias, iniciado principalmente no nordeste brasileiro, mas que hoje já pode ser percebido em todos os Estados brasileiros, práticas que se assemelham, em certa medida, ao que era observado durante o período do cangaço no início do século XX, o qual chamaremos nesse texto de velho cangaço. Porém, definir esses grupos de "Novo Cangaço" nos dias de hoje, não tendo a compreensão do velho cangaço, pode ser considerado anacrônico.

Podemos então questionar: "O que é foi o Velho Cangaço? ou "O que é o Novo Cangaço?". Uma alternativa como resposta para as duas questões é que tanto o velho cangaço quanto o novo cangaço é uma invenção discursiva que ainda está sob vias de reconstrução. Dito isso, não se está, obviamente, negando o cangaço como um fenômeno social acontecido no Nordeste brasileiro em meados do século XX, como foi previamente exposto, mas que, para além do fator histórico, esse movimento em si também foi construído por meio do dis-

curso, esses mesmos discursos colocaram o cangaço em um lugar e o usaram como meio para forjar uma identidade da região do Nordeste. Quando se fala em “Novo Cangaço” é porque algo existiu de antemão, na maior parte das vezes atrelado ao cangaço nordestino.

O cangaço foi tomando forma, corporificando-se discursivamente, fazendo-se presente na medida das significações sociais que, por décadas, foram-lhes dadas. As narrativas sobre ele estão perpassadas por valores sociais. O romancista com o seu discurso, ao representar os cangaceiros e os seus atos, acabaram reproduzindo os valores populares que estavam atrelados à construção social do cangaço e absorveram os sentidos que o discurso popular construiu sobre os bandoleiros. Os valores acabaram sendo ressignificados, recodificados e hierarquizados através da escrita literária. (DUTRA, 2022, p. 76).

A importância da literatura no cangaço ou do cangaço para a literatura como fenômeno histórico, social e cultural, tem uma grande importância no Brasil, justamente no que se refere a preservação da memória desse período na história do nosso país, no processo de documentação, nos relatos de sobreviventes, na representação regional do Nordeste e suas especificidades sociais, culturais, climáticas, etc, bem como uma possibilidade de compreensão da complexidade que foi o cangaço.

Em uma pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no catálogo de teses e dissertações pelo título de “Cangaço” foi possível obter 142 resultados para essa pesquisa, sendo 97 (dissertações) mestrado e 28 (teses) doutorado e apenas 17 trabalhos enquadrados pela área de História.

Já pelo título “Novo Cangaço”, encontramos referências de trabalhos que tratam do cangaço antigo pelo viés, sobretudo, cinematográfico. Sendo os trabalhos de Vieira (2006) tese em Multimeios, Santos (2009) tese em Linguística, Andrade (2011) tese em Literatura e Dutra (2022) tese em Letras, sendo que este último trabalha especificamente a respeito da imagem pública de uma figura do cangaço antigo. Apenas dois trabalhos tratam do cangaço atual, como podemos notar nos trabalhos de Costa (2016) e Borges (2019) ambas dissertações são em Segurança Pública. É importante ressaltar que nenhuma das teses a seguir são da área de História e que apenas os dois últimos trabalhos fazem referência ao “Novo Cangaço”.

Por haver poucos trabalhos identificados pelo banco de dados da CAPES, realizamos uma busca pelo Google Acadêmico, onde foi possível mapear e localizar alguns artigos científicos e trabalhos de conclusão de curso que tratam direta ou indiretamente do “Novo Cangaço”, ou que possuem em seu título o termo em questão. Sendo identificados por ordem decrescente dos publicados mais recentemente para os mais antigos, contabilizando 22 artigos científicos, 11 trabalhos de conclusão de curso. Conforme tabelas a seguir:

TABELA DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

ANO	TÍTULO	REVISTA
2024	Condutas delituosas popularmente denominadas como Novo Cangaço (neo-cangaço), com ênfase no Projeto de Lei nº 5365/20	Conteúdo Jurídico
2023	O papel estratégico dos batalhões de área da polícia militar do Paraná e suas agências locais de inteligência no combate aos crimes violentos contra o patrimônio	Revista Científica multidisciplinar
2023	Domínio de cidades, guerra assimétrica e a privatização da segurança	SCIELO
2023	Quadrilhas articuladas de terceira geração. Estudo de caso: criminosos que utilizam explosivos, drones, armas de assalto em área urbana para prática de crimes contra o patrimônio	Revista RIBSP
2023	Criminalidade organizada: antigos padrões, novos agentes e tecnologias	Revista Ponto Urbe – USP
2023	O Novo Cangaço sob a perspectiva do banditismo social	Revista Antígona
2023	o "Novo Cangaço": enquadramento típico e desdobramento do fato criminoso à luz do ordenamento jurídico	Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação
2022	Usando policiamento liderado por inteligência para combater assaltos a bancos no Rio Grande do Norte, Brasil	Revista brasileira de ciências policiais
2022	Não existe “Novo Cangaço”	Revista Brasileira de Inteligência - ABIN
2022	Evolução histórica dos crimes violentos contra o patrimônio	Brazilian Journal of Development
2022	Crimes contra o patrimônio e o Novo Cangaço	Jus.com.br
2022	Novo cangaço: o avanço do crime organizado e os impactos sociais da estruturação da criminalidade violenta	Libertas Direito
2022	O Novo Cangaço? Análise da legitimidade da ação policial na cidade de Varginha-MG	Revista de Trabalhos Acadêmicos
2022	Sucesso ou fracasso? Uma análise dos discursos relacionados à operação policial que resultou em 26 mortes em Varginha	Revista SBAP
2021	Domínio de cidades ou Novo Cangaço: Qual a diferença?	Velhogeneral.com.br
2021	Usando um modelo de classificação para a adequada implantação do patrulhamento policial para o enfrentamento à assaltos a bancos no nordeste do Brasil	Revista brasileira de ciências policiais

2021	O “Novo Cangaço”: Como a Segurança Pública deve entender o fenômeno?	Revista Justificando
2020	Violência e performance no chamado “novo cangaço”: Cidades sitiadas, uso de explosivos e ataques a polícias em assaltos contra bancos no Brasil	Revista Dilemas
2020	A atuação dos órgãos de inteligência nas operações em ambiente interações no combate às ações criminosas com uso de explosivos	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
2018	A inteligência policial militar estratégica no combate ao Novo Cangaço	MBA Secretaria de Segurança Pública
2018	Do Novo Cangaço ao Domínio de Cidades	Ciências Policiais e Segurança Pública
2018	O Novo Cangaço no Maranhão	Revista Franco-Brasileira de Geografia
2017	Enfrentamento de grupos armados no interior do Estado do Rio Grande do Norte: estudo sobre viabilidade e possibilidade de destacar efetivo especializado	Artigo SUSP
2017	Ataques as bases de transporte de valores: um crime comum no Brasil?	Fenapef

TABELA DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANO	TÍTULO	FONTE
2023	A atuação do “Novo Cangaço”	Escola Superior de Guerra – ESG
2023	Os limites conceituais entre domínio de cidades, organizações criminosas e associação criminosa: uma análise a partir do “modus operandi”	Universidade Federal de Santa Catarina
2023	Atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e mecanismos de prevenção e combate ao crime organizado no Brasil	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
2023	Criminalidade contemporânea: o caso do Novo Cangaço e a proposta de um novo tipo penal	Universidade Pontifícia
2023	O Novo Cangaço: análise do novo fenômeno criminal que aterroriza a sociedade e gera novos desafios para a segurança pública	Universidade Federal do Pampa
2022	Cálculo da pena no concurso de pessoas: um estudo sobre a dosimetria	Universidade Fe-

	em casos de autoria mediata no Novo Cangaço	deral de Uberlândia
2020	Fatores de incidência da regionalização dos assaltos bancários no estado da Paraíba	Universidade Estadual da Paraíba
2018	A utilização de explosivos na prática de delitos em Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco
2018	Novo Cangaço – explosões de caixas eletrônicos	Universidade de Uberaba
2017	A Necessidade de Institucionalização de Planos de Contingência na Polícia Militar do Rio Grande do Norte contra Ataques às Instituições Financeiras	XI Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO 2017
2016	“Novo Cangaço”, os crimes contra estabelecimentos bancários: em busca do perfil dos criminosos	Universidade Estadual da Paraíba

TABELA DE LIVROS

ANO	TÍTULO	AUTOR
2024	Manual de Rastreamento de Combate e Enfrentamento a Crimes Ultra-violentos como Domínio de Cidades e Novo Cangaço	Raimundo Pires da Silva e Francinaldo Machado Bó
2021	Novo Cangaço: análise criminal	Leonardo Santana Santos
2020	Alpha, Bravo, Brasil: Crimes Violentos Contra o Patrimônio	Org. Lucélio Ferreira
2020	Mamba Negra: O Combate ao Novo Cangaço	Eduardo Bettini
2019	Guerra Federal: Retratos do combate a crimes violentos no Brasil	Renato Júnior e Laurejan Ferraço
2018	COT: Charlie, Oscar, Tango: por dentro do grupo de operações da Polícia Federal	Eduardo Bettini e Fabiano Tomazi

Embora o "Novo Cangaço" seja um fenômeno relativamente recente e muitas vezes coberto pela imprensa e pela mídia, ainda não existem muitos livros voltados exclusivamente

a esse tema, para além da midiaticização ou mesmo obras de ficção, muito presente no cinema. Na tabela acima foi possível identificar 4 obras que tratam de crimes contra o patrimônio, de modo a exemplificar tal modalidade criminosa, trazendo exemplos reais e fictícios, esse último é exemplo na obra “Guerra Federal” de Renato Júnior e Laurejan Ferraço, inspirado nas vivências de um agente da Polícia Federal, o livro perpassa histórias ficcionais mas cheias de realidade, por fim nos apresentando o arcabouço desse trabalho que é o de entender o “Novo Cangaço” e no nascimento de uma nova modalidade criminosa: O domínio de cidades.

No recente trabalho de Raimundo Pires da Silva e Francinaldo Machado Bó, intitulado: “Manual de Rastreamento de Combate e Enfrentamento a Crimes Ultraviolentos como Domínio de Cidades e Novo Cangaço”, é destacado a importância de localizar, monitorar e neutralizar os grupos envolvidos em casos de crimes contra o patrimônio nas modalidades de “Novo Cangaço” e “Domínio de Cidades”, o que os autores pretendem é o de apresentar um manual enfatizando a importância do rastreamento de combate como forma de enfrentamento desse tipo de criminalidade.

Na obra “Novo Cangaço: análise criminal” o autor Leonardo dos Santos Santana nos apresenta um pouco dessa nova realidade criminosa vivenciada pelo Brasil. No livro intitulado “Alpha, Bravo, Brasil: Crimes Violentos Contra o Patrimônio” organizada por Lucélio Ferreira Martins Faria França apresenta uma gama de trabalhos voltados a essa temática por diversos pesquisadores do grupo Alpha Bravo Brasil, os quais se debruçaram em torno da temática e possíveis alternativas de prevenção e repressão a esses crimes. A obra de Eduardo Bettini intitulada “Mamba Negra: O Combate ao Novo Cangaço” é um relato de um combatente do “Novo Cangaço”, onde é possível entender um pouco como as forças policiais tem agido desde o início dos primeiros assaltos. O livro de 2018 intitulado “COT: Charlie, Oscar, Tango: por dentro do grupo de operações da Polícia Federal” também de Eduardo Bettini, juntamente com Fabiano Tomazi, faz uma verdadeira imersão no entendimento da complexidade do trabalho de um policial, este que se confronta e é confrontado diante de grupos fortemente armados do Novo Cangaço.

Pelo contexto histórico, o cangaço do qual partiremos essa explicação foi um fenômeno social específico que ocorreu principalmente nas primeiras décadas do século XX, tendo Lampião como um dos principais personagens. Tais grupos tinham motivações e características sociais bastante específicas do próprio tempo, não sendo as mesmas que motivam os grupos criminosos modernos.

A sociedade brasileira passou por muitas mudanças significativas do velho cangaço até a atualidade, muitas práticas criminosas foram sendo desenvolvidas, principalmente com o

auxílio tecnológico. Além disso, o desenvolvimento econômico, político e social alterou os padrões de criminalidade e suas motivações. Enquanto o velho cangaço estava ligado a um contexto de pobreza, injustiça social e marginalização, os grupos criminosos modernos podem ter motivações diferentes, como podemos perceber com o tráfico de drogas e o individual lucro financeiro e o fortalecimento das atividades criminosas das mais diversas.

Outro ponto que merece atenção se refere as táticas e estratégias. Nesse aspecto é possível perceber algumas semelhanças superficiais entre as ações dos cangaceiros históricos e os grupos criminosos da atualidade, principalmente no uso de armas de fogo e ações violentas, porém, as táticas e estratégias empregadas diferem muito. Os cangaceiros dependiam muito da mobilidade e do conhecimento do terreno, enquanto os grupos criminosos modernos muitas vezes têm acesso a tecnologias com facilidade, o uso de recursos diferentes, como drones e equipamentos de alta performance são utilizados para as ações, basta que o GPS conheça o terreno para que as ações sejam concretizadas.

Hoje o termo "Novo Cangaço" é usado para destacar certas semelhanças entre os grupos criminosos atuais e os cangaceiros históricos, sendo muito utilizado entre o meio jurídico e policial e explorado nas mídias sociais enquanto fenômeno criminoso. Esse termo também pode ser considerado anacrônico porque não reflete de fato as diferenças significativas entre os dois períodos históricos e as realidades sociais envolvidas, por esse mesmo motivo, o termo "Novo Cangaço" já se encontra em modificação no meio policial conforme nova POP nº 200.4 – Procedimento Operacional Padrão da Polícia Militar em casos de crimes contra o patrimônio, ou seja, em breve a nova nomenclatura para crimes de "Novo Cangaço" será de "Crimes contra o patrimônio", adiante falaremos mais sobre isso.

Há algumas justificativas desse termo "Novo Cangaço" ter sido comumente utilizado, segundo França (2020) o "Novo Cangaço" encontra pelo interior do Brasil condições semelhantes àquelas de outrora do Nordeste, conforme as necessidades e adaptabilidade do próprio tempo, antes o cangaço tinha como meio de transporte cavalo, a pé, carro de boi, charrete, carroça; o armamento utilizado era o fuzil de repetição, espingardas e armas cortantes; os alvos principais eram as pequenas e grandes fazendas, comércios, banco; sendo que os grupos possuíam planejamento incipiente. Hoje o meio de transporte utilizado são camionetes potentes, carros blindados, barcos, aviões; o armamento em sua maioria se utiliza de fuzis-automático leve, fuzil .50, explosivos com acionamento remoto, drones; os alvos são bancos, correspondentes bancários, terminais de autoatendimento, bases de empresas de transporte de valores e seus carros-fortes; o planejamento é complexo e bem elaborado.

Vamos exemplificar a maneira com que o “Novo Cangaço” é adotado pela mídia para noticiar as ações desses grupos em ataques a agências bancárias, confrontos com as forças de segurança e até mesmo em situações de investigação e mortes dos integrantes, o fato é que o termo é bastante utilizado. O que o historiador José D’Assunção Barros definiria como anacronismo na História se formos analisar pelo viés histórico e dos conceitos, principalmente quando se trata do termo “cangaço”, haja vista que a forma adequada quando se analisa um objeto ou um fato que se encontra em outra época é trazer para o texto a vivacidade da época analisada, o que a torna única, rerepresentá-la para uma sociedade diferente da analisada, deixando de lado os julgamentos comuns do meio em que o pesquisador parte.

Pode-se dizer que o historiador está como que suspenso entre duas épocas. Ele alternadamente sobe a uma e desce à outra, com a rapidez da escrita. Estas duas épocas – a sua própria, de historiador, e a do processo histórico examinado, nomeadamente a das fontes e do objeto em estudo – têm cada qual sua linguagem, seu conjunto de feixes discursivos. Aqui chegamos ao nosso ponto. Podem as duas ser a mesma linguagem na aparência mais imediata, se considerarmos que o idioma do historiador é o mesmo idioma das fontes escritas, e que as palavras empregadas pelo historiador e pelas fontes sejam as mesmas. Mas, sim, são duas linguagens. Essa é a questão a ser abordada. (BARROS, 2017, p.157).

Uma das especificidades da História se encontra no fato de que ela parte de um tempo, de uma época, e que precisa necessariamente chegar ao seu objeto de estudo que é o passado, um outro tempo, com outros valores, que já passou e só deixou marcas, vestígios de vivências. Nesse caso, trataremos do cangaço enquanto fenômeno que passou, deixou marcas, mas que hoje é recordado em outras vestes, sob a ótica do “Novo”, mas se não fosse o “Novo” seria o mesmo “Velho”?

As fontes que o historiador se utiliza possuem uma linguagem específica e quando usadas de forma generalizada em qualquer tempo sob suas próprias interpretações podem ser passíveis de erros, podem ter algumas falhas, visto que palavras e conceitos se modificam com o passar do tempo, como cada um possui uma história, o próprio termo “cangaço” possui diversas interpretações, desde o período em que o termo foi utilizado para se referir a “canga” e até os próprios cangaceiros, com o passar do tempo, os conceitos podem sofrer mudanças de sentidos e uma palavra que antes tinha certa conotação, hoje pode não significar nada.

Portanto, o que se pretende nesse trabalho é analisar, interpretar e problematizar o termo “Novo Cangaço” a partir das ações de grupos criminosos em crimes contra o patrimônio, em seu sentido prático, bem como a maneira com que essas ações são apresentadas pela mídia no sentido de trazer novamente o “Cangaço” como forma de explicação para o que é entendido como o “Novo Cangaço”, sendo amplamente adotado sem muitas explicações, desconside-

rando todo o processo pelo qual o velho cangaço se constituiu nas especificidades de seu próprio tempo.

História pública e segurança pública: possibilidades de uma história feita com o público

“Portanto, a palavra-chave aqui é possibilidade. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada.”

Alessandro Portelli

A História Pública ganha cada vez mais espaço nas produções científicas preocupadas com a proposição de fazer história, cujo objetivo principal é o de pensar os públicos e produzir História com acessibilidade, não fazer história pelo simples prazer individual. Vamos pensar como em uma empresa. Uma cafeteria. Que ao desenvolver um novo sabor de capuccino, fosse necessária uma pesquisa de campo para entender a real necessidade da criação desse novo produto e mesmo se haveria uma demanda, visto que, de nada adianta a criação de algo inovador, ou bom, economicamente falando na visão de quem desenvolveu, se isso não for servir para o público, se ninguém for degustar ou apreciar esse novo sabor. Em tese, as pessoas compram aquilo que para elas podem ser agradáveis ou úteis para alguma coisa. Produzir História Pública é pensar, sobretudo, nas audiências, nos públicos que irão degustar de um trabalho de fácil compreensão, é ir além do que já foi feito apenas para os bancos de textos acadêmicos, é pensar com cuidado metodológico e criatividade.

A História Pública também é compartilhamento, como na árvore pública de Thomas Cauvin (2016), onde dos galhos mais próximos ao tronco e dos galhos mais distantes, possam florescer as exposições nas mídias sociais, nos podcasts, nos jogos de conteúdo histórico, nos espaços televisivos, na literatura ficcional de História, nas memórias, em um diálogo do presente com o passado. Percebemos que esse compartilhamento se intensificou a partir do engajamento da era digital onde as diversas plataformas digitais possibilitaram maiores “usuários” das redes e consequentemente de conteúdo histórico.

As mídias sociais passaram a ter uma grande influência na maneira em como as pessoas interagem entre si, no modo que as pessoas se conectam com a história e no modo como os

historiadores tem produzido seus trabalhos hoje. Com a pandemia do vírus da Covid19, as aulas passaram a ser remotas, desde a rede básica à universidade, houve um número maior de eventos e fóruns online, de criação de blogs, um maior uso dos dispositivos móveis, como celulares e tablets, um maior uso das redes sociais e outras variedades de plataformas digitais, onde em qualquer lugar, um indivíduo com acesso a internet já podia contribuir com entendimentos sobre o passado em qualquer parte do Brasil e do mundo.

Produzir história, fazer parte dela e consumir conteúdos históricos já faz parte do nosso cotidiano, estamos inseridos em uma sociedade que sociabiliza muito mais os conteúdos históricos hoje do que nos anos 60 por exemplo, quando a História Pública nos termos que usamos hoje, propriamente falando, ainda não existia. A sua sistematização enquanto uma maneira de fazer história pensando no público, na participação do público, nas audiências fora da academia e na divulgação passou a ser pensada posteriormente.

[...] a História Pública se baseia em três ênfases particulares: a comunicação da história a audiências não acadêmicas, a participação pública e a aplicação da metodologia histórica a situações do presente. Esses critérios se relacionam com uma definição mais ampla da profissão da história a partir da década de 1960. Concomitantemente ao advento da internet e ao crescente acesso popular ao conhecimento, surgiram novas perguntas sobre o historiador e sobre o seu papel na sociedade. (CAUVIN, 2016, p.9).

Assim como Cauvin (2016) nos apresenta, a História Pública passa por um processo onde os historiadores se questionam a respeito do papel deles na sociedade midiática e em como tornar o conhecimento histórico mais amplo e mais acessível ao maior número de pessoas possíveis. Isso se deve ao fato de todos quererem e poderem falar de História, emitindo opiniões sobre o passado e distorcendo um conhecimento sólido sobre acontecimentos de um passado já pesquisado, porém, sob os moldes acadêmicos, ficando muitas vezes restrito aos pesquisadores e pessoas preocupadas em entender sobre um passado complexo.

E é diante desse contexto que surgiu a preocupação de Carvalho; Teixeira (2019) na obra “História Pública e divulgação de história”, a partir da percepção de que os historiadores precisam desenvolver uma melhor comunicação com o grande público, que é muitas vezes, o público atrelado às mídias digitais. Pensar em maneiras de disponibilizar, dialogar e compartilhar o conhecimento de forma mais ampla, é pensar na democratização do conhecimento histórico. Os autores Carvalho; Teixeira (2019) nos apresentam uma possibilidade de repensar a conexão da história com o público:

Não necessariamente mais estudos e mais projetos de divulgação científica e de História Pública significam uma sociedade com “maior” e “melhor” consciência histórica. Porém, a presença do historiador profissional no meio pú-

blico nunca se fez tão sentida – e, talvez, necessária. Não nos parece equívocado supor que os historiadores devem se ocupar mais com a divulgação do conhecimento que eles próprios produzem, conhecimento este sobre a sociedade que vivem, fruto de pesquisas muitas vezes financiadas por agências públicas e que tratam de questões que interessam o público. (CARVALHO; TEIXEIRA, 2019, p.20)

Compreendido a necessidade de uma História Pública, podemos pensar nos espaços sociais de discussão dos problemas atrelados a sociedade brasileira, em grandes temas como a saúde, a educação, o desenvolvimento econômico e a segurança pública, todos são colocados em debate pelo grande público. A segurança pública é um dos pilares que mantém o Estado e o funcionalismo público, sendo uma questão que provoca intensos debates, não apenas porque é considerado um problema fundamental e principal desafio ao Estado de Direito no Brasil, mas também porque hoje a segurança pública adquiriu uma maior visibilidade e se tornou presente em debates por especialistas e também do público em geral.

O ESPAÇO PÚBLICO EM DEBATE

A História Pública e a Segurança Pública possuem um adjetivo em comum que é o “Público”, segundo o dicionário online, o conceito diz respeito, a “[...] adjetivo. Que se refere ao povo em geral: interesse público. Relativo ao governo de um país: negócios públicos. Que não é particular; que é de todos: praça pública”. Basicamente uma definição literal para algo de acesso comum a todos. Entendemos essa relação da História Pública com a Segurança Pública como uma possibilidade de compreensão de assuntos atrelados a Segurança Pública, mas que possui raízes históricas e padrões de entendimento subjacentes aos problemas contemporâneos de segurança e de divulgação histórica.

Entendemos o público para discutir a História Pública a partir da visão proposta por Jurgen Habermas, o qual trata do aparecimento do termo “público” desde o desenvolvimento da burguesia na Inglaterra, na França e na Alemanha desde o século XVII, sendo que a esfera pública, segundo o autor, surgiu a partir do alargamento de um público crítico e racional em uma espécie de “arena de discussão” sobre as instituições políticas, as ampliações das redes de sociabilidade, bem como enquanto um espaço de liberdade mais ampliado. Essa ampliação das redes de sociabilidade de que trata Habermas se deu com a publicização. Segundo o autor:

[...] do mesmo modo que só se pode falar de “correio” quando a oportunidade regular de transporte de cartas é acessível ao público em geral, só se pode dizer que há uma imprensa em sentido estrito quando a informação regular é pública, isto é, quando é acessível ao público em geral. Ora isso só aconteceu no fim do século XVII. (HABERMAS, 1929, p. 117).

Dessa forma, Habermas descreve a esfera pública ou espaço público como o espaço de discussão. Isso se intensificou com o advento da imprensa. Além disso, a soberania do povo, passou a ser compreendida como um processo prático de argumentação, que advém da interceptação e sobreposição de discursos, em um espaço onde os cidadãos podem deliberar, falar sobre questões políticas e sociais, com o objetivo de alcançar um consenso racional do grupo e de opiniões que são discutidas em conjunto.

Diante disso, o autor Habermas (1929) entende o espaço público, a partir do desenvolvimento de uma Nação, de um Estado capaz de gerenciar outras instituições burocráticas do período analisado, com necessidades financeiras crescentes, daí o surgimento do sistema de impostos, pois segundo Habermas o Estado moderno é essencialmente um Estado fiscal e a administração das finanças é o cerne da administração pública em geral.

A redução da esfera pública representativa, que ocorre com a mediatização das autoridades estamentais por meio da autoridade de senhor feudal, cede espaço para outra esfera, que está vinculada à definição de esfera pública no sentido moderno: a esfera do poder público. Este se objetiva na administração pública contínua e no exército permanente. À permanência dos contatos na circulação de mercadorias e na circulação de notícias (bolsa de valores, imprensa) corresponde agora uma atividade estatal continuada. (HABERMAS, 1929, p.120-121).

Em suma, Habermas reconhece o papel democrático que a mídia exerce no cenário público, no espaço público em si, bem como discute o papel crucial que a mídia pode desempenhar na formação da opinião pública, na prestação de contas das instituições políticas para com o público e na mobilização das pessoas em discussões de interesse público. Mas para que isso aconteça, o autor busca enfatizar a importância de garantir que a mídia funcione conforme os princípios da esfera pública ideal, a partir do debate racional e participativo.

SEGURANÇA PÚBLICA COM O PÚBLICO

[...] para mim a história pública é menos sobre “quem” ou “o que”, e muito mais sobre “como”. Nem tanto um substantivo, principalmente um verbo. A história pública tem importância real e urgente, dada a crescente popularidade das representações do passado nos dias de hoje. Em um contexto de segmentação acadêmica e profissionalização restrita, os historiadores públicos podem fornecer uma mediação necessária, inspiradora e revigorante entre o passado e seus públicos.

Jill Liddington

Assim como a historiadora Jill Liddington propõe refletirmos sobre a História Pública, pensamos mais no aspecto de como fazer, do que uma definição concreta, ou seja, vamos pensar nas questões voltadas a segurança pública que remetem a um termo do passado, para explicar uma realidade contemporânea dotada de significados. Essa mediação da qual fala a autora, é parte integrante de um trabalho feito com o público. Não é simplesmente transferir uma gama de materiais jornalísticos a disposição de uma discussão científica, mas elucidar a utilização de um termo do passado para explicar uma realidade presente, bem como transferir para a discussão do presente uma expectativa de futuro.

No livro “Introdução à História Pública” organizado por Juniele Rabêlo e Marta Rovai, há um texto escrito por Ana Maria Mauad e Fernando Dumas, os quais trabalham a questão das fontes na pesquisa histórica e dos novos métodos e possibilidades narrativas, apresentando uma espécie de contrato entre o historiador e o entrevistado ou do pesquisador com suas fontes. A maneira com que essa situação se resolve, na produção da fonte histórica, está associada a um contrato social que define, por um lado, o espaço da universidade como legitimador da experiência histórica, e por outro, a legitimidade da experiência social do conhecimento histórico. Assim, só a confiança na legitimidade dessas instâncias possibilitará a produção de um conhecimento intersubjetivo. Mauad; Dumas (2011). Sendo alguns elementos fundamentais de serem destacados:

Escuta: este aspecto lida com a competência do entrevistador na situação da entrevista e a forma como ele opera com a noção de autoridade compartilhada (FRISCH, 1990).

Argumentos e memórias: neste ponto compreendemos que todo o processo de rememoração envolve necessariamente a construção de argumentos que definem sentido à história contada.

Narrativas: este aspecto envolve os dois anteriores, pois é nele que se define a relação entre a escrita da história, ou a narrativa historiográfica, de competência do entrevistador/historiador, e a construção da memória social através da narrativa biográfica, de competência do entrevistado. (MAUAD, 2011; DUMAS, 2011, p. 85).

Vamos partir de tais elementos na busca de uma história feita com o público e pelo viés da autoridade compartilhada Frisch (1990), onde não somos os únicos autores-historiadores, ou os únicos intérpretes, nas palavras de Michal Frisch, o processo de interpretação e de construção de significados é, por definição compartilhado. Do historiador para o público, do público para o historiador.

Até onde entendo, nós simplesmente não temos a autoridade para sair distribuindo por aí [...] somos convocados nem tanto para “compartilhar autoridade”, mas para respeitar e atender a esta qualidade intrínseca. Em uma entre-

vista de história oral, em uma discussão de grupo ou em um programa público, mesmo no modo como os indivíduos se aproximam, se envolvem ou recebem uma exposição em um museu, há um encontro entre ideias e estruturas interpretativas, um diálogo entre expertise e experiência. Em uma boa medida, cada participante é em parte coautor da entrevista ou da discussão, e até coautor da exposição recebida, em vez do significado projetado. Podemos imaginar o compartilhamento da autoridade mais fácil e amplamente se reconhecermos autoria como sendo, nesses termos, dialógica por definição [...]. (FRISCH, 2016, p. 62-63).

Diante do exposto, a história por essa perspectiva deve ser construída pelo processo colaborativo dos historiadores com o público. O autor reconhece que a história não é um monopólio do conhecimento, que o que enriquece um debate é a variedade de perspectivas e dos diferentes públicos, ou seja, os públicos que se apresentam em um texto sob óticas distintas, cada qual partindo de um lugar com experiências diferentes. Os públicos possuem relevância social e papel significativo na construção do conhecimento histórico, tanto na coleta de informações e até mesmo na interpretação. Entendemos o diálogo como primordial, é a partir dele que ideias são firmadas em conjunto e até mesmo revisadas.

No nosso caso, para esse debate da segurança pública, pretendemos um diálogo com públicos da área de segurança, como com policiais (militar, civil, penal e federal), pessoas ligadas à área do Direito, pesquisadores da área, vítimas de roubo, funcionários de agências bancárias e transportadora de valores, reféns e com pessoas que participaram direta e indiretamente de assaltos. Acreditamos que um diálogo com esses públicos possa tornar esse trabalho mais colaborativo e mais proveitoso. Utilizaremos da perspectiva da história oral como o próprio Frisch (2016) acrescenta em um artigo utilizando a metáfora da cozinha. “Seria produtivo imaginar o espaço da prática da história oral e da história pública por meio dessa metáfora?”. Frisch responde que sim, é possível olhar para as coisas nos armários e cristaleiras da história oral e fazer bagunça com os significados que encontramos nelas e assim selecionando o que pode ser usado para cozinhar em conjunto e para qualquer pessoa que estivesse sentada aguardando na sala de jantar.

É a partir da autoridade compartilhada e do fazer com o público apresentado por Ricardo Santhiago (2016) que esse trabalho se sustenta. A história feita com o público é por si uma história colaborativa, na qual a ideia de “autoridade compartilhada” é central. Nas palavras do próprio autor Santhiago (2016)

[...] quero mencionar que penso a história pública como uma área de estudo e ação com quatro engajamentos fundamentais, passíveis de entrecruzamento: a história feita para o público (que prioriza a ampliação de audiências); a história feita com o público [...] a história feita pelo público (que incorpora formas não institucionais de história e memória); e história e público (que abarcaria a

reflexividade e a autorreflexividade do campo). Essa tipologia ajuda a elucidar que predominâncias e exclusividades são coisas bem diferentes. (SANTHIAGO, 2016, p. 28).

A História Pública a partir dos quatro engajamentos citado por Santhiago, contribui para pensarmos o tipo de história que está sendo feita e sob quais critérios. Definido a escolha pelo viés da autoridade compartilhada, não se pretende aqui a apresentação de “falas”, “descrições” ou mesmo de “trechos” de uma história simplificada e despreziosa, muito pelo contrário, trata-se de uma pesquisa científica com a participação de outros autores, que sem esses autores essa pesquisa ficaria incompleta e não se sustentaria.

Pensar o tema da segurança pública com o público, não é nada mais que, metaforicamente falando, colocar o dedo em uma ferida exposta, pois sabemos que é um tema delicado, complexo e que provoca inúmeras discussões, tanto no próprio campo de atuação entre agentes de segurança por questões internas do próprio sistema, como da população em geral, que por não entender o trabalho policial, muitas vezes se sente desprotegida ou mesmo insegura diante da violência percebida no espaço público, da quantidade de roubos e furtos que ocorrem todos os dias em nosso país.

Quando falamos em espaço público, podemos pensar em um espaço em que pessoas se reúnem de forma amigável, um lugar comum a todos, isso pode remeter a bosques, praças, ruas, museus, espaços de lazer, bibliotecas, enfim, lugares de uma cidade geridos por uma prefeitura, que gerencia a manutenção desses espaços de lazer, enquanto direito constitucional. Sabemos também que a questão da segurança pública é direito de todos e dever do Estado. O que acontece muitas vezes é a ação criminosa no espaço público trazer a população uma sensação geral de insegurança.

Os denominados crimes contra o patrimônio estão dispostos no Código de Processo Penal nos Art. 155 - Furto e no Art.157 – Roubo, sob as disposições legais que garantem o cumprimento das penas previstas para cada tipo de crime. Porém, no âmbito jurídico os casos de assaltos a instituições financeiras e toda a estrutura elaborada pelos criminosos em ações do “Novo Cangaço” ainda não foram discutidas com tanto afinco no sentido de modificar uma legislação, o que ocorre são “remendos” constitucionais no CPP em crimes de roubo ou furto, sem um tratamento especificado.

CAPÍTULO 2

DO NOVO CANGAÇO AO DOMÍNIO DE CIDADES

Terror é o alimento de grupos que praticam crimes violentos na modalidade do domínio de cidades. A ousadia dos bandidos parece não conhecer limites ao subjugarem as forças de segurança pública em suas ações delitivas espetaculares. Mesmo se utilizar modernas técnicas preventivas de investigação, a polícia chegará inevitavelmente a situações de confronto. O principal, nestes casos, é saber como se portar no sentido de prender os infratores e, mais importante, evitar mortes de cidadãos e policiais.

Ricardo Matias Rodrigues

Nesse capítulo vamos trabalhar a emergência do “Novo Cangaço” e toda a performance de atuação dessa modalidade criminosa, destacando o papel da imprensa na divulgação dos assaltos ocorridos em vários Estados brasileiros nos últimos anos, com destaque para a atuação no Estado do Paraná. Além disso, será apresentado em formato de imagens para exemplificar o *modus operandi* de cada grupo criminoso a depender do local de atuação, em suas proximidades e distanciamentos em cada caso analisado, sendo eles o de Criciúma-SC (2020), Araçatuba-SP (2021), Varginha-MG (2021), Três Barras-PR (2021), Guarapuava-PR (2022) e Confresa-MT (2023).

No contexto atual, os grupos do chamado “Novo cangaço” são vistos como uma ameaça à segurança pública no Brasil, devido à sofisticação de suas operações e ao alto poder de fogo que possuem. Vamos entender no decorrer da discussão que para além dos famosos assaltos a bancos e a transportadora de valores, esses grupos também são responsáveis por sequestros, homicídios, ao tráfico de armas e drogas, trazendo uma sensação de instabilidade nas cidades afetadas.

Também é possível perceber que as autoridades brasileiras, tanto no âmbito político quanto no da própria Segurança Pública, têm enfrentado grandes desafios nesse sentido, para combater esse tipo de criminalidade que vêm crescendo de forma rápida, sendo necessário e urgente um trabalho mais integrado entre as polícias brasileiras, de inteligência e outras instituições para dismantelar esses grupos e restaurar a segurança nas áreas afetadas. O “Novo Cangaço” representa, assim, um dos problemas graves enfrentados pelo Brasil contemporâneo no campo da segurança pública. O que pretendemos nesse capítulo, será o que apresentar casos concretos de assaltos a bancos e a transportadora de valores que ficaram conhecidos como

ações do “Novo Cangaço” por meio da mídia. O primeiro caso que analisaremos será o que ocorreu na cidade de Criciúma no Estado de Santa Catarina no ano de 2020.

A IMPRENSA E A DIVULGAÇÃO: UM TÓPICO EM EMERGÊNCIA

Nesse ponto, trabalharemos a maneira em como é feita a cobertura midiática sobre o "Novo Cangaço", o que a mídia tem buscado destacar ou elucidar no que se refere aos aspectos criminais desses grupos, bem como as consequências sociais e econômicas de suas ações. Também analisaremos o modo que o termo “Novo Cangaço” aparece nas notícias, as quais podemos afirmar que têm sido frequentes, demonstrando que as atuações dos grupos são recorrentes, em uma tentativa de apresentar ao público o *modus operandi* dos grupos e possíveis soluções para o problema de assaltos e roubos a instituições financeiras que afetam diversas regiões do Brasil.

No ano de 2015, o que ficou denominado como "Novo Cangaço" já era um problema significativo no Brasil há décadas, não sendo possível precisar qual teria sido a primeira explosão a caixa eletrônico ou o início de tudo, mas o que podemos afirmar é que os assaltos violentos a bancos e cidades pequenas já existiam, mas em uma proporção menor do que vemos hoje. Durante o passar dos anos, membros de quadrilhas foram cada vez mais se especializando e modificando suas formas de atuação, com maior tecnologia e investimento, bem como o apoio de grupos mais organizados e com poder aquisitivo maior para bancar/financiar as atuações dos grupos, que foram crescendo de forma gradativa, em atuações cada vez mais sofisticadas e caras.

Os criminosos do "Novo Cangaço" costumam gastar uma quantia significativa em cada assalto a banco, o que pode ultrapassar a quantia de milhões. O valor normalmente é destinado à aquisição de armamentos de alto poder bélico, explosivos, veículos blindados, aluguéis de imóveis para planejamento e refúgio antes do evento, enfim, toda a logística para a execução dos crimes e posterior fuga. Percebemos com isso, a complexidade e o risco envolvidos nesses assaltos que demandam um investimento substancial para garantir o sucesso da empreitada. Não é um simples assalto. É um assalto que envolve muito dinheiro, organização e planejamento, por vezes de grupos criminosos bem consolidados no Brasil, como é o caso do Primeiro Comando da Capital (PCC).

O PCC foi fundado em 1993 no sistema prisional de São Paulo e inicialmente nasceu com o objetivo de proteger os direitos dos presos e combater a opressão carcerária, está envolvido com o tráfico de drogas, armas, assaltos, e organização de rebeliões. Controla diver-

sas atividades criminosas dentro e fora dos presídios. O mesmo possui uma hierarquia rígida e disciplina interna, bem como atua em nível nacional e internacional, com uma rede bem organizada de membros.

Outra organização que existe em nosso país e que cabe ressaltar são as chamadas Milícias, as quais surgiram no Rio de Janeiro nos anos 1990, compostas inicialmente por policiais militares. Originalmente, diziam combater o tráfico de drogas. Hoje estão envolvidas em crimes de extorsões, cobrança de taxas de proteção, controle de serviços ilegais (TV a cabo, gás, transporte), e recentemente, também no tráfico de drogas. Atuam em áreas urbanas específicas, exercendo controle territorial rígido e se utilizam da influência no aparato de segurança pública para manter suas atividades.

Já as Facções Criminosas abrangem um amplo espectro de organizações criminosas que variam por região e objetivo. Podem focar no tráfico de drogas, roubos, sequestros, entre outros, são variadas e abrangentes, dependendo da facção. Sua estrutura é bastante diversificada, podendo ser tanto estruturada quanto descentralizada. Exemplos incluem Comando Vermelho (CV) e Amigos dos Amigos (ADA).

Nos casos de “Novo Cangaço” já foi possível identificar membros de todos esses grupos citados acima, a diferença, muitas vezes, está na quantidade de membros, de investimento, de armamento e tipo de organização prévia. O fato é que, diante da proporção que esse tipo de crime tomou no Brasil, qualquer ação de roubo a banco ou transportadora de valores é denominado como ação do “Novo Cangaço”, mas nem sempre essa pode ser a denominação mais correta.

Conforme informações da Agência do Senado, recentemente, foi aprovado um projeto de lei que tipifica o crime de Domínio de Cidades PL. 5.365/2020, sendo o alvo do texto os grupos armados que se organizam para praticar atos criminosos de grandes proporções, geralmente violentos e com objetivos variados, como grandes roubos, roubos a agências bancárias e transportadora de valores, libertação de presos, provocação de terror generalizado, entre outros. O projeto adiciona os dois crimes ao Código Penal (Decreto-Lei 2.848, de 1940), além de modificar a Lei de Crimes Hediondos (Lei 8.072, de 1990), para incluir o Domínio de Cidades, sendo este um tipo de delito especializado, praticado em centros urbanos de médias e grandes cidades, costuma envolver o bloqueio de rodovias e a obstrução das forças de segurança pública, com o uso de armas para impedir ou retardar a atuação do poder público.

Diante disso, qual seria então a diferença entre “Novo Cangaço” e “Domínio de Cidades”? No caso do crime de “Domínio de Cidades”, esse tipo de ação costuma envolver grupos maiores e mais sofisticados em termos de planejamento e recursos, porém com estruturas

mais flexíveis e vínculos menos estáveis, enquanto o “Novo Cangaço” está associado a crimes de roubo a agência bancária ou a transportadora de valores no interior do Brasil, em cidades com até 50 mil habitantes. Utilizamos a denominação feita pelo agente da Polícia Federal, Ricardo Matias Rodrigues em seu artigo “Domínio de cidades: o uso da estratégia criminosa para a realização de assaltos a empresas de segurança privada especializadas em transporte e guarda de valores”, onde ele define a modalidade:

[...] pode-se considerar domínio de cidades como uma nova modalidade de conflito não convencional, tipicamente brasileiro e advindo da evolução de crimes violentos contra o patrimônio, na qual grupos articulados compostos por diversos criminosos, divididos em tarefas específicas, subjugam a ação do poder público por meio do planejamento e execução de roubos majorados para subtrair o máximo possível de valores em espécie e/ou objetos valiosos ou o resgate de detentos de estabelecimentos prisionais, utilizando ponto de apoio para concentração dos criminosos, artefatos explosivos, armas portáteis de cano longo e calibre restrito, veículos potentes e blindados, rotas de fuga predeterminadas, miguelitos, bloqueio de estradas, vias e rodovias com automóveis em chamas, além da colaboração de olheiros. (RODRIGUES, 2020, p.15).

Por conta das semelhanças entre as duas modalidades, isso acabou gerando uma ampla divulgação do termo “Novo Cangaço” até mesmo para os casos em que já se configuraria um “Domínio de Cidades”, a exemplo da ação ocorrida em Guarapuava-PR no ano de 2022. Percebemos isso em uma pesquisa rápida pelo *Google*, onde nos deparamos com notícias do assalto à base da empresa de valores em Guarapuava na madrugada do dia 18 de abril de 2022 como sendo: “Mais um ataque do chamado Novo Cangaço, agora no interior do Paraná”, “Cidade de Guarapuava (PR) é aterrorizada com assalto do tipo Novo Cangaço”, “Guarapuava se recupera do trauma do Novo Cangaço”, “Novo Cangaço em Guarapuava”, “Novo Cangaço ataca no interior do Paraná”. Enfim, várias são as notícias sobre o mesmo tema, um assalto de grande proporção em uma cidade do interior do Paraná que não deu certo, utilização de armas longas, veículos blindados, tiros, sequestro e muito medo da população guarapuavana, que nunca antes haviam presenciado tal situação.

CENAS PÚBLICAS DO CRIME ORGANIZADO

Nesse momento vamos apresentar casos concretos de assaltos em formato de *frames*, com uma breve descrição onde apresentaremos o tipo de ação criminosa, o modus operante do

grupo, seu desenrolar, se o grupo obteve êxito ou não na ação, os armamentos e veículos utilizados, se os órgãos de Segurança Pública já previam a ação do grupo, se houveram mortos, se houve confronto com a polícia local e as ações tomadas pós-assalto.

CASO DE CRICIÚMA-SC

Figura 3. Seis pessoas sendo utilizadas como reféns pelos assaltantes para bloquear a via pública em Criciúma-SC



Fonte: G1.Globo.com.

O assalto a agência do Banco do Brasil na cidade de Criciúma-SC ocorreu na madrugada do dia 1º de dezembro de 2020, aproximadamente 30 assaltantes chegaram com 10 veículos na cidade, encapuzados e armados com equipamentos de alto poderio bélico, fizeram pessoas reféns, subtraíram um caminhão e atearam fogo no mesmo próximo ao Batalhão da Polícia Militar para inibir ou dificultar a ação da PM, balearam um policial militar, cercaram o Banco do Brasil com reféns, realizaram explosões, deixando aproximadamente 30kg de suprimentos explosivos para trás, os assaltantes obteram êxito no assalto, conseguindo levar o valor estipulado de R\$ 125.432.729, sendo que nenhum valor foi recuperado, nenhum civil se feriu na ação. Os veículos utilizados na ação foram encontrados em uma área rural de Criciúma.

Figura 4. Dez veículos utilizados no assalto foram encontrados em área rural de Criciúma-SC



Fonte: G1.Globo.com.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Criciúma possui 217.311 habitantes, segundo estimativa a cidade faz parte do quinto maior município do estado. Na ação, os assaltantes deslocaram da cidade com os piscas-alerta ligados, mostrando os armamentos utilizados e deixando para trás cédulas em meio ao asfalto, que momentos após a fuga, foram recolhidas por moradores. Conforme informações da PM de Criciúma, quatro pessoas foram detidas com R\$ 810 mil que subtraíram do local e R\$ 300 mil foram apreendidos pela polícia. Após as investigações que até o momento ainda estão em curso, é possível afirmar que segundo os promotores de Justiça que integram a força-tarefa, as provas tidas até o momento reforçam que o assalto foi premeditado e teve a participação de integrantes de facção criminosa. Muitos integrantes já tiveram suas prisões decretadas e outras pessoas ainda estão sendo investigadas por participação direta e indireta no crime. Segundo o Delegado de Polícia da Divisão de Roubos e Antissequestros da Diretoria Estadual de Investigações Criminais (DEIC), se manifestou a respeito da ação das forças de segurança:

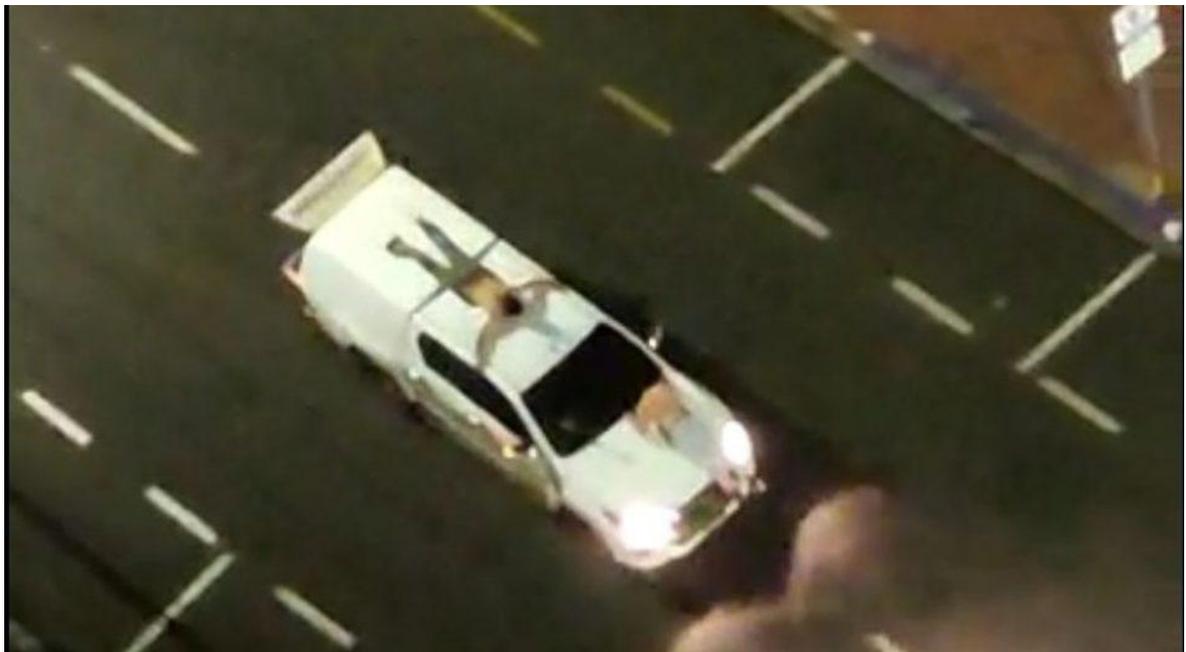
[...] Desde os primeiros momentos, os criminosos já fizeram o uso, inclusive de cordão humano, o que por si só, só este cenário, já traria uma situação muito maior de complexidade e de necessidade de não haver confronto entre as forças policiais e os autores. O policial tem a capacitação, o trei-

namento e a preocupação que, se aquele disparo com fuzil for dado, vai atravessar aquela parede e pode atingir uma pessoa lá atrás. E os criminosos não tem essa responsabilidade, como fizeram atirando a esmo, isso por si só já traz uma desproporção em relação à violência [...] (CRUZ, 2022, p.2).

Com base nessas informações, é possível ter uma noção das ações que foram possíveis de serem feitas pela polícia local com base no cenário apresentado. Além de que, conforme foi destacado pelo Comandante do Batalhão de Criciúma, a estratégia foi a de seguir o protocolo e não partir para o confronto direto, pois o intuito sempre é o de salvar vidas e não ceifá-las.

CASO DE ARAÇATUBA-SP

Figura 5. Assaltantes amarram reféns em cima de capôs de veículo e circulam pelas ruas da cidade de Araçatuba-SP



Fonte: Gazeta do povo.

O assalto a agências bancárias em Araçatuba ocorreu na noite do dia 30 de agosto de 2021, onde um grupo armado, que contava com cerca de 25 homens, atacou simultaneamente várias instituições financeiras na cidade: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Itaú e Bradesco, além de também atacarem às sedes do Batalhão de Ações Especiais da Polí-

cia (BAEP) e do Comando de Policiamento do Interior (CPI-10), se utilizando de táticas de guerra para intimidar a polícia e a população. Os criminosos chegaram em carros blindados e motos, sendo que rapidamente tomaram o controle das agências. Além disso, veículos foram incendiados na região central e nas rodovias de acesso à cidade para impedir o deslocamento da equipe policial. O ataque foi altamente planejado, com os assaltantes utilizando explosivos para arrombar cofres e caixas eletrônicos. Durante a ação, houve intenso tiroteio, e a população que estava nas proximidades ficou em situação de grande risco.

Os criminosos atacaram simultaneamente as quatro instituições, utilizando explosivos e armamento de alto poder de destruição, o que resultou em um dos assaltos mais impactantes da história recente do Brasil. O ataque também envolveu a tentativa de controle de ruas e a utilização de reféns, como mostrado em imagem acima, o que aumentou ainda mais a tensão durante a operação. Diferente da ação em Criciúma-SC, nesse assalto, houve confronto direto dos assaltantes com a Polícia Militar, fato que resultou na morte de três pessoas. Isso incluiu dois criminosos que foram mortos em confronto com a polícia e um vigilante que estava na região que foi feito refém e posteriormente atingido por disparos. Além disso, cinco pessoas ficaram feridas, inclusive uma delas teve o pé amputado por explosivo.

Nesse assalto foram utilizados fuzis e metralhadoras, muitas pessoas foram feitas reféns, os assaltantes armaram explosivos com sensores que ativavam a explosão por vários pontos da cidade, o que acabou dificultando ainda mais a ação das forças de segurança, além de utilizarem drones que detectavam a movimentação da polícia. As informações repassadas pelo Comando da Polícia Militar de Araçatuba para a população era de que deveriam se manter em suas residências e que não saíssem para as ruas até que a situação fosse controlada. E isso permaneceu por dois dias após o ataque, o centro da cidade permaneceu isolado até que todos os explosivos fossem desarmados.

A investigação apontaram que dez carros e um drone foram usados pela quadrilha na ação. O grupo conseguiu fugir com uma quantia em dinheiro de R\$ 3.827.262. Unidades territoriais da Polícia Militar de Araçatuba, equipes de Bauru, São José do Rio Preto e Presidente Prudente, além do Águia e da Polícia Civil, participaram das buscas para localizar outros membros do assalto, alguns comprovados que faziam parte do PCC.

Figura 6. Imagem de um dos 93 explosivos utilizados no assalto em Araçatuba-SP



FONTE: Band.com.br.

CASO DE VARGINHA-MG

Na data do dia 31 de outubro de 2021, a Polícia Rodoviária Federal, juntamente com o grupo de Operações Especiais da Polícia Militar (BOPE) participavam de uma operação denominada “Novo Cangaço” contra os grupos conhecidos por assaltos a bancos por toda a região do Brasil, criminosos membros do PCC e outros indivíduos estavam sendo investigados há algum tempo, por meio da inteligência das polícias, foi realizado um levantamento a partir de denúncias anônimas, monitoramento de áreas rurais em que havia uma grande movimentação de veículos, denúncias de pessoas armadas e indivíduos suspeitos nos locais onde as polícias atuaram na data da operação.

De acordo com as investigações da polícia, o grupo denominado de “Novo Cangaço” tinha a intenção de realizar um roubo de R\$ 65 milhões em um centro de distribuição de valores do Banco do Brasil. Para isso, planejavam empregar a tática conhecida como "domínio de cidades", que frequentemente se utiliza das áreas rurais como estratégia de fuga. Nesses casos, os criminosos, armados com fuzis e explosivos, assumem o controle das forças de segurança, saqueiam instituições financeiras e fazem os residentes reféns, resultando em uma intensificação da violência, porém, nesse caso de Varginha-MG, não obtiveram êxito.

No dia da ação, a PRF e a PM foram até as chácaras com a intenção de averiguar o local par prender os criminosos, no entanto, quando os policiais chegaram foram surpreendidos por disparos de arma de fogo, sendo que a partir de tal situação, revidaram a injusta agressão, resultando na morte de 26 criminosos. Cabe ressaltar que nenhum policial se feriu na ação. No total foram apreendidas 26 armas (fuzis, .50, granadas), 2 adaptadores, 5.059 munições, 116 carregadores, capacetes à prova de balas, explosivos, 12 coletes balísticos, rádios comunicadores, galões de gasolina e diesel, além de miguelitos usados para furar pneus. Além disso, foram encontrados 12 veículos roubados e furtados, incluindo uma carreta com um compartimento fechado de difícil acesso, que conforme investigações, seria um possível automóvel utilizado na fuga dos assaltantes.

Figura 7. Armas, munições, carregadores, coletes balísticos e miguelitos apreendidos em Operação contra Novo Cangaço em Varginha-MG, em outubro de 2021



Fonte: G1. Globo.

Segundo o presidente da Associação para o Fomento e Desenvolvimento da Segurança, o Tenente-Coronel Lucélio Ferreira Martins Faria França em reportagem para o Site de notícias UOL, comentou que a Operação Deflagrada em Varginha-MG, a qual resultou na morte de 26b criminosos foi uma situação de guerra, nas palavras do próprio Ten.Cel “Criminosos com disposição e coragem para atirar contra a polícia. Quem pensa diferente é porque não conhece a realidade do enfrentamento à criminalidade na prática.”

De forma contrária a essa afirmação, investigações da Polícia Federal afirmaram que a ação da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Militar de Minas Gerais nessa Operação foi

um fracasso, pela quantidade de pessoas mortas e pela forma que procederam. Houve uma intervenção da Polícia Federal a qual afirma que não participou da Operação e pediu o indiciamento de 23 policiais da Polícia Rodoviária Federal e de 16 policiais militares, alegando que os que participaram da ação podem responder por tortura, fraude processual e homicídio. No entanto, para cada instituição que participou da ação, há processos que tramitam de forma separada, no caso da PM de Minas Gerais será a Autoridade Judiciária Militar o órgão responsável pelo parecer nesse âmbito. De qualquer modo, até o ano desta pesquisa, as investigações ainda estavam em andamento.

CASO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ-PR

No dia 04 de novembro de 2021, a cidade de Três Barras do Paraná foi alvo de uma tentativa de assalto a duas agências bancárias, uma Cooperativa de Crédito (Sicredi) e o Banco do Brasil, localizada há aproximadamente 90km de Cascavel-PR, com a estimativa de 11.135 habitantes, segundo o IBGE (2022), a cidade foi mais uma das atacadas pelo grupo criminoso denominado como “Novo Cangaço” nas notícias veiculadas pelo site UOL, G1, SBT News, Gazeta do Povo, Jornal do Oeste, dentre outros.

Já havia informações anteriores através da Agência de Inteligência que indicavam que o grupo criminoso chegaria à cidade durante a madrugada e que iria bloquear as rodovias que dão acesso a Três Barras. Por causa dessas informações, de antemão, as equipes policiais e grupos especializados já estavam na região pois sabiam dos planos do grupo e puderam reagir durante a ação que começou por volta das 3 horas da madrugada. Os assaltantes não conseguiram realizar o roubo que planejavam, bem como 6 assaltantes ao se depararem com as equipes policiais, reagiram a abordagem atirando contra os policiais, que após o confronto, os seis acabaram mortos, muitos carregavam explosivos consigo e nos veículos utilizados.

Conforme as informações obtidas pelo 6º Batalhão de Polícia Militar de Cascavel, os indivíduos chegaram em dois grupos para cometer o assalto, com armas, posteriormente apreendidas, em um total de sete (três fuzis, sendo dois 556 e um AK 47, duas armas de calibre .12 e duas pistolas), coletes balísticos, muitos carregadores muniçados e um carregador caracol com capacidade para 100 munições, além dos veículos que estavam com diversos galões de gasolina.

Essa operação da Polícia Militar foi uma ação em conjunto com o Centro de Inteligência da Corporação, das Agências Regionais de Inteligência do 3º e 5º Comandos Regionais da PM e das Agências Locais de Inteligência do 8º, 6º, 21º Batalhões da PM, da 9ª Companhia

Independente de Polícia Militar (9ª CIPM) e do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFRON). As equipes do Comando e Operações Especiais (COE), do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), o Pelotão de Choque do 6º BPM, BPFRON e ROTAM do 21º BPM atuaram diretamente na abordagem.

É importante ressaltar que os criminosos que atuaram na tentativa de assalto em Três Barras já vinham sendo monitorados, por já terem cometido outros assaltos a bancos também na região do Paraná, em Campo Bonito, São Carlos do Ivaí e Mariluz. Após essas situações, foi iniciado um trabalho em conjunto com vários setores da Polícia Militar e houve um monitoramento detalhado. Segundo a Agência Estadual de Notícias, o então comandante geral da Polícia Militar do Paraná, Coronel Hudson Leôncio Teixeira, destacou a ação dos policiais militares, que graças à atitude da inteligência, a qual agiu de forma pontual e cirúrgica, e também ao profissionalismo de todos os policiais envolvidos na operação, foi possível evitar maiores danos ao patrimônio público, privado e preservar os cidadãos de Três Barras do Paraná.

Figura 8. Imagem da câmera de monitoramento mostra o momento em que os assaltantes confrontam as equipes policiais em Três Barras-PR



Fonte: 6º Batalhão de Polícia Militar.

CASO DE GUARAPUAVA-PR

Na madrugada do dia 17 de abril de 2022, por volta das 22:30 horas, um grupo composto por 30 homens, adentraram a cidade do interior do Paraná com 7 veículos, sendo alguns

blindados, os mesmos atearam fogo em caminhões nas rodovias que davam acesso à cidade, bloqueando as vias para evitar a ação da polícia e utilizando pessoas que passavam no local como reféns em forma de escudo humano. Além disso, os indivíduos usavam balaclava e muito armamento de alto poderio bélico, como metralhadoras de calibre 556mm e fuzis de calibre 662mm. Os indivíduos buscavam assaltar a empresa de transporte de valores Protege.

Figura 9. Imagem de pessoas utilizadas pelos criminosos como “escudo-humano” quando transitavam pelas ruas de Guarapuava-PR no momento do assalto



Fonte: Metrôpoles.

Além do bloqueio das vias, os assaltantes atearam fogo em um caminhão na entrada principal da sede do 16º Batalhão de Polícia Militar de Guarapuava-PR, atiraram na repartição e contra os policiais que estavam de plantão naquele dia. Iniciado o confronto, três policiais militares acabaram sendo atingidos pelos bandidos, sendo que um deles não resistiu e acabou falecendo dias após o ocorrido.

Figura 10. Imagem que mostra o fogo ateado em um caminhão posicionado na entrada do 16º Batalhão da Polícia Militar de Guarapuava-PR pelos assaltantes



Fonte: G1 Globo.

Figura 11. Imagem da rodovia que dá acesso à cidade de Guarapuava-PR bloqueada por incêndio provocada pelos criminosos que pretendiam assaltar a empresa de valores



Fonte: RPC.

As ações do grupo duraram algumas horas e foram planejadas, pois enquanto alguns integrantes do grupo incendiavam os veículos, outros integrantes foram até a sede da transpor-

tadora de valores e renderam os funcionários, nesse local também houve uma troca de tiros com os vigilantes, mas ninguém se feriu. Os criminosos não conseguiram acessar o cofre principal da empresa e com isso abandonaram a ação e iniciaram a fuga pela região rural.

As equipes policiais conseguiram reagir durante a ação, planejando um cerco para capturar os criminosos, que acabaram saindo da cidade em fuga e adentrando as estradas rurais, onde houve uma troca de tiros e os criminosos acabaram abandonando os veículos e armamentos pelo caminho. O Tenente Coronel comandante do 16ºBPM informou a imprensa que os sete veículos que estavam na ação foram alvejados e posteriormente abandonados e que uma farta quantidade de munição foi apreendida.

Toda a ação dos assaltantes tinha como alvo a empresa de transporte de valores Protege e o principal objetivo era o de abrir e roubar o cofre da empresa de sua base operacional, porém, não obtiveram êxito. Em nota o responsável pela empresa atacada ressaltou que nos últimos anos, as tecnologias ampliaram os rígidos padrões de segurança que são adotados pela empresa o que isso contribuiu para impedir esse tipo de ação.

Figura 12. Imagem dos veículos abandonados pelos assaltantes em região rural de Guarapuava-PR após confronto com a PM



Fonte: UOL.

Figura 13. Imagem do armamento abandonado pelos assaltantes em uma árvore em Guarapuava-PR



Fonte: CBN Curitiba.

Nas imagens acima, é possível de verificar uma gama de objetos deixados pelos assaltantes quando estavam fugindo após a tentativa de assalto frustrado, isso abre um leque de possibilidades da Polícia Científica e da Polícia Civil e outros órgãos atuarem por meio das digitais e vestígios deixados pelos assaltantes, bem como a abertura de processos investigatórios no sentido de identificar os envolvidos no crime.

Com o auxílio e do trabalho em conjunto das forças de segurança, em 2023 a Justiça condenou sete pessoas pela participação direta na tentativa de assalto à empresa de valores, sendo que as penas somam 344 anos de prisão. Outra ação judicial tramita contra outras pessoas por participação nessa tentativa de assalto à transportadora. Além disso, durante os inquéritos e investigações, desde o ocorrido, alguns confrontos ocorreram na cidade de São Paulo-SP, por outros motivos, porém, há suspeitas de que os indivíduos que acabaram confrontando com a PM, tinham participações em assaltos a empresas de valores e agências bancárias no Paraná e em outros estados do Brasil.

CASO DE CONFRESA-MT

Na tarde do dia 09 de abril de 2023, por volta das 17:00 horas, na cidade de Confresa-MT, a qual possui aproximadamente 39.970 mil habitantes, foi surpreendida por uma tentativa

de assalto a uma transportadora de valores, a *Brinks*. Os assaltantes chegaram em 15 na cidade com fuzis, coletes a prova de balas e veículos blindados, enquanto alguns fechavam pontos específicos da cidade ateando fogo em veículos locais, outros estacionaram um veículo em frente a 27ª Companhia Independente de Polícia Militar de Confresa, espalharam um componente inflamável em torno do veículo e atearam fogo, a partir daí adentraram o quartel, renderam os policiais e subtraíram alguns armamentos, em seguida, foram até a transportadora de valores onde conseguiram derrubar o muro da empresa, adentraram o local e efetuaram diversos disparos, chegando no alvo principal que seria o cofre da empresa, os assaltantes são surpreendidos pelo sistema de segurança da empresa, o qual foi acionado de imediato a ação e uma grande quantidade de fumaça impossibilitou qualquer ação posterior.

Diante dessa situação, os assaltantes deixaram o local e fugiram para uma região de reserva indígena do MT, após isso, muitas barreiras foram montadas pela PM do Mato Grosso, de Tocantins e Goiás de forma integrada. Em nota, o secretário de Segurança de Mato Grosso, César Augusto, relata que houve confronto dos assaltantes com a polícia e dois veículos usados pelos assaltantes foram destruídos na ocasião, mas o grupo conseguiu fugir em barcos pelo Rio Araguaia e entrou no Tocantins pelo Rio Javaés. Os assaltantes não conseguiram levar qualquer quantia em dinheiro, ninguém foi ferido na ação e não houve tomada de reféns,

A caçada pelos assaltantes se iniciou logo após a fuga, muitas equipes policiais já se encontravam em prontidão na busca dos criminosos. Conforme a PM local, após a fuga, os criminosos invadiram uma propriedade rural do município, onde afundaram as embarcações utilizadas e roubaram veículos. Após os assaltantes desembarcarem na Ilha do Bananal, em Pium-TO, foram surpreendidos pelas equipes policiais, o que resultou na primeira troca de tiros, onde veio a falecer um membro do grupo. Cabe ressaltar que nenhum civil ou membro das forças de segurança se feriu ou foi morto.

Figura 14. Imagem dos assaltantes se posicionando em frente à sede da Polícia Militar de Confresa e coordenando os ataques



Fonte: Hipernotícias.

Após o confronto foi possível localizar muito material, como armamentos de calibre restrito (.50, um fuzil 7.62, 50 carregadores de fuzis), milhares de munições, oito coletes balísticos, três capacetes balísticos, materiais explosivos e detonadores, coturnos, luvas, joelheiras, cotoveleiras, balaclavas, mochilas, um motor de popa e gasolina, enfim, isso demonstra que os indivíduos estavam realmente equipados para a empreitada. Além disso, foi realizada uma operação denominada “Canguçu” envolvendo as equipes policiais de vários Estados como do MT, TO, PA, GO, MG com o intuito de capturar esses assaltantes, nessa operação foram empenhadas muitas equipes táticas, totalizando mais de 300 policiais, aeronaves, cães farejadores, drones com câmeras termais e binóculos com visão noturna.

Depois de intensos 38 dias de trabalho a “Operação Canguçu” se encerrou, com muitos confrontos, com a prisão de 5 suspeitos, com a morte de 18 criminosos e apreensão de armamentos e objetos usados pelo grupo, além de deixarem para a população uma sensação de insegurança generalizada durante suas investidas de fugas, ao invadirem propriedades, ao fazerem pessoas reféns, impedindo as pessoas de circularem livremente. Segundo o Comandante da PM de Tocantins, a população foi orientada a não circular pelos locais onde estaria havendo o bloqueio pelo risco de confrontos, além de pedir para que contribuíssem com as informações a respeito de qualquer anormalidade. O resultado da Operação é o resultado de um trabalho integrado das forças de segurança, das agências de inteligência, da Polícia Fede-

ral, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Civil, da Polícia Militar de cada Estado envolvido, bem como da própria população, do público, que devidamente orientados, puderam repassar informações, auxiliando os policiais na busca pelos assaltantes.

QUADRO DE CASOS ANALISADOS

Quadro 1. Casos de assaltos analisados em SC, SP, MG, PR e MT

CIDADE	ANO	HORÁRIO	TIPOLOGIA	ENVOLVIDOS	CONFRONTO
Criciúma-SC	2020	23:50	Assalto ao Banco do Brasil	30 homens	Sim
Araçatuba-SP	2021	00:00	Assalto ao Banco do Brasil, Banco Safra e Caixa Econômica Federal	25 homens	Sim
Varginha-MG	2021	05:00	Operação Policial – Assalto Frustrado	26 homens	Sim
Três Barras-PR	2021	04:00	Assalto ao Sincredi e Banco do Brasil	08 homens	Sim
Guarapuava-PR	2022	22:30	Assalto a transportadora de valores	30 homens	Sim
Confresa-MT	2023	17:00	Assalto a transportadora de valores	15 homens	Sim

Fonte: autoria.

Partindo da descrição dos seis casos acima de assaltos e tentativas de assaltos, foi possível realizar um levantamento, das proximidades e distanciamentos entre um caso e outro, no sentido de trazer ao público os acontecimentos na busca de melhores alternativas de prevenção e/ou repressão. Começando com o caso de Varginha-MG, situação ocorrida em 31/10/2021, e Três Barras do Paraná-PR ocorrência em 04/11/2021. Foi possível notar os impactos do uso da inteligência policial nessas duas ações, a primeira como uma Operação Integrada das forças de segurança, as quais já estavam monitorando o grupo criminoso anos antes do confronto, e o caso de Três Barras, onde foi possível realizar um trabalho cirúrgico durante

a ação do grupo, os indivíduos envolvidos estavam sendo acompanhados pela polícia, pois já haviam cometido outros assaltos em diferentes Estados do Brasil.

Outro ponto importante que vale a pena ressaltar e que foi colocado na tabela dos casos de assaltos e tentativas, é a situação de confronto ocorrida em todas as situações, mesmo aquelas em que os assaltantes conseguem subtrair quantidade de dinheiro, o confronto ocorre no caso de Criciúma-SC, onde um policial militar é baleado, no caso de Araçatuba-SP onde pessoas ficaram feridas tendo, inclusive, uma delas teve o pé amputado por explosivo, outra foi assassinada enquanto gravava a ação dos assaltantes, outra era um transeunte que passava no momento da ação e foi morto pelos criminosos, além de um assaltante também ter sido morto no momento do confronto; em Varginha-MG a operação resultou em confronto e 26 criminosos foram mortos; em Três Barras-PR 6 criminosos são mortos no confronto; em Guapuva-PR um policial foi morto no confronto; e em Confresa-MT houve confronto posterior ao assalto onde 17 criminosos morreram e nenhum policial se feriu.

LEGISLAÇÃO VIGENTE EM CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Com base nos acontecimentos elencados acima, é possível afirmar a importância de se ter no nosso país leis rigorosas para inibir esse tipo de ação criminosa, que vem crescendo de forma exponencial, a qual coloca em risco a sociedade civil e os agentes de segurança, os quais são expostos a tais situações. Nesse sentido trazemos um panorama geral das estatísticas por unidades da Federação do Brasil no que concerne a porcentagem de crimes contra o patrimônio, de roubo a instituição financeira, de carga e roubo total, entre os anos de 2022 e 2023, conforme os dados do anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024 oferece uma análise detalhada sobre os crimes contra o patrimônio no Brasil, destacando tendências e variações nos índices de criminalidade. É importante notar que, embora alguns indicadores apresentem redução, a criminalidade contra o patrimônio continua sendo uma preocupação significativa, exigindo políticas públicas eficazes e atualizadas para enfrentar os desafios emergentes, como é o caso das situações que envolvem o “Novo Cangaço” e “Domínio de Cidades”.

Quadro 2. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024

Roubo a instituição financeira, de carga e roubo total ⁽¹⁾
Brasil e Unidades da Federação – 2022-2023

Brasil e Unidades da Federação	Roubo a instituição financeira					Roubo de carga				
	Ns. Abs.		Taxas ⁽²⁾		Variação (%)	Ns. Abs.		Taxas ⁽²⁾		Variação (%)
	2022 ⁽⁴⁾	2023	2022	2023		2022 ⁽⁴⁾	2023	2022	2023	
Brasil	211	136	0,4	0,3	-29,3	13.119	11.384	6,5	5,6	-13,2
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alagoas	-	-	-	-	-	26	18	0,8	0,6	-30,8
Amapá	-	1	-	0,7	...	-	1	-	0,1	...
Amazonas	-	-	-	-	-	22	22	0,6	0,6	-
Bahia	4	3	0,1	0,1	-24,2	328	319	2,3	2,3	-2,7
Ceará	7	3	0,5	0,2	-56,3	70	107	0,8	1,2	52,9
Distrito Federal	1	-	0,1	-	...	23	17	0,8	0,6	-26,1
Espírito Santo	26	25	1,7	1,6	-4,9	46	25	1,2	0,7	-45,7
Goias	-	-	-	-	-	86	41	1,2	0,6	-52,3
Maranhão	18	7	1,6	0,6	-61,3	145	97	2,1	1,4	-33,1
Mato Grosso	1	-	0,1	-	...	283	143	7,7	3,9	-49,5
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	11	4	0,4	0,1	-63,6
Minas Gerais	20	11	0,3	0,1	-44,7	336	252	1,6	1,2	-25,0
Pará	4	4	0,2	0,2	2,8	162	156	2,0	1,9	-3,7
Paraíba	13	4	1,5	0,5	-69,3	21	29	0,5	0,7	38,1
Paraná	11	10	0,2	0,2	-8,9	474	364	4,1	3,2	-23,2
Pernambuco	3	-	0,2	-	...	350	389	3,9	4,3	11,1
Piauí	-	-	-	-	-	19	9	0,6	0,3	-52,6
Rio de Janeiro ⁽⁵⁾	73	50	1,7	1,2	-29,9	4.229	3.224	26,3	20,1	-23,8
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	4	5	0,1	0,2	25,0
Rio Grande do Sul	3	3	0,05	0,05	-0,5	122	86	1,1	0,8	-29,5
Rondônia	3	-	0,5	-	...	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	6	-	0,9	-	...
Santa Catarina	5	4	0,1	0,1	-20,7	23	7	0,3	0,1	-69,6
São Paulo ⁽⁶⁾	16	10	0,1	0,1	-36,7	6.331	6.063	14,3	13,7	-4,2
Sergipe	-	-	-	-	-	2	6	0,1	0,3	200,0
Tocantins	3	1	0,6	0,2	-66,8	-	-	-	-	-

Continua

Brasil e Unidades da Federação	Roubo (total)				
	Ns. Abs.		Taxas ⁽²⁾		Variação (%)
	2022 ⁽⁴⁾	2023	2022	2023	
Brasil	976.542	870.320	480,9	428,6	-10,9
Acre	4.661	3.950	561,6	475,9	-15,3
Alagoas	8.280	8.709	264,7	278,4	5,2
Amapá	10.497	7.887	1.430,6	1.074,9	-24,9
Amazonas	36.013	36.972	913,7	938,0	2,7
Bahia	72.546	64.794	513,0	458,2	-10,7
Ceará	45.930	42.607	522,2	484,4	-7,2
Distrito Federal	22.643	18.132	803,7	643,6	-19,9
Espírito Santo	29.026	25.500	757,1	665,2	-12,1
Goias	16.914	12.358	239,7	175,1	-26,9
Maranhão	42.281	39.498	623,9	582,9	-6,6
Mato Grosso	6.123	5.144	167,4	140,6	-16,0
Mato Grosso do Sul	5.012	4.419	181,8	160,3	-11,8
Minas Gerais	24.584	19.817	119,7	96,5	-19,4
Pará	54.834	44.400	675,3	546,8	-19,0
Paraíba	9.814	8.047	246,9	202,5	-18,0
Paraná	25.522	23.584	223,0	206,1	-7,6
Pernambuco	50.240	45.789	554,6	505,5	-8,9
Piauí	20.612	18.286	630,1	559,0	-11,3
Rio de Janeiro ⁽⁵⁾	108.393	91.398	675,1	569,3	-15,7
Rio Grande do Norte	18.598	16.837	563,1	509,8	-9,5
Rio Grande do Sul	36.950	32.401	339,5	297,7	-12,3
Rondônia	18.712	16.167	1.183,4	1.022,5	-13,6
Roraima	2.295	2.301	360,4	361,4	0,3
Santa Catarina	7.966	6.836	104,7	89,8	-14,2
São Paulo ⁽⁶⁾	284.712	265.499	641,1	597,8	-6,7
Sergipe	9.396	6.587	425,2	298,1	-29,9
Tocantins	3.988	2.401	263,9	158,9	-39,8

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto de Segurança Pública/RJ (ISP); Polícia Civil do Estado do Acre; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Civil do Estado de Roraima; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2022; Banco Central do Brasil; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Dependendo do objeto roubado, este pode ser contabilizado em mais de uma categoria de roubo, de modo que o número de registros de roubo total pode apresentar um valor inferior à soma das outras categorias de roubo constantes nesta e nas demais tabelas de roubo desta publicação.

(2) Taxas por 100 instituições financeiras.

(3) Taxas por 100 mil habitantes.

(4) Atualização das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 17, 2023.

(5) O dado de roubo a instituição financeira do estado do Rio de Janeiro inclui "Roubo a banco" e "Roubo de caixa eletrônico".

(6) O dado de roubo a instituição financeira do estado de São Paulo refere-se apenas a roubos a banco.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Conforme a tabela, consideramos relevante exemplificar cada modalidade criminosa que estão intimamente relacionadas ao crime de “Novo Cangaço” e Domínio de Cidades, bem como uma breve descrição de outros dois crimes que consideramos como evolutivos para o atual crime de Domínio de Cidades, que é o assalto a carro forte, normalmente ocorrido em rodovias e via públicas e o crime do “sapatinho”, que consistia em um assalto com tomada de reféns, normalmente os criminosos sequestravam algum membro da família do gerente do banco e exigia que o gerente passasse a senha do cofre e colaborasse com a ação.

Tabela 4. Tabela evolutiva dos crimes contra o patrimônio e suas especificações

TABELA EVOLUTIVA DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO				
Modalidade	1° Assalto a carro forte	2° Crimes do “Sapatinho”	3° “Novo Cangaço”	4° Domínio de Cidades
Método de ataque	Transporte de valores	Discreto e psicológico	Violento e ostensivo	Estratégico e amplo, com múltiplos alvos
Uso de reféns	Não é o foco principal	Sequestro de familiares	Reféns usados para o controle da situação	Reféns usados como “cordão humano”
Arsenal utilizado	Fuzis, granadas, explosivos	Sem armamento ostensivo	Armas de grosso calibre e explosivos	Armas de grande poder bélico, explosivos, drones
Alvo principal	Carros forte e transporte de valores	Cofres via gerente do banco ou funcionários	Bancos	Bancos, transportadora de valores, Batalhão de Polícia, rodovias
Planejamento	Detalhado para a interceptação de veículos	Baseado na rotina das vítimas	Coordenação com divisão de tarefas	Coordenação avançada e divisão de tarefas
Violência física	Alta, confrontos frequentes	Baixa	Alta	Alta
Impacto social	Impacto no transporte de valores e vias, risco de morte	Traumas psicológicos para as vítimas	Desmoralização estatal e prejuízos	Traumas, mortes, desmoralização estatal e prejuízos
Contexto urbano	Áreas urbanas e	Cidades grandes	Cidades pequenas	Cidades de médio

	rodovias		e de médio porte	a grande porte
Confronto armado	Comum, com emboscadas e troca de tiros	Raro	Frequente	Frequente

Fonte: autora.

No Brasil, o Código Penal foi instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e é uma das principais legislações do país no campo do direito penal. Atualmente, o Código Penal Brasileiro é definido como um conjunto de leis que intitulam a respeito de quais condutas são consideradas crimes e quais são as penas correspondentes para esses delitos, no caso de assaltos a bancos podemos citar algumas leis e artigos do Código Penal que trata desse tipo de ação.

1. Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940)

- Artigo 157 - Roubo: Este artigo define o crime de roubo, que consiste em subtrair coisa alheia, mediante violência ou grave ameaça. O roubo pode ser qualificado, o que significa que, se ocorrer em circunstâncias específicas (como uso de arma ou em concurso de pessoas), a pena é aumentada. O foco é proteger a propriedade e a integridade física da vítima.
- Artigo 158 - Roubo com emprego de arma: Este artigo trata do roubo que envolve o uso de arma, aumentando a gravidade do crime. As penas são mais severas para coibir essa prática, uma vez que o uso de arma aumenta o risco para a vítima.

2. Lei nº 7.102/1983

Esta lei estabelece normas para a segurança de instituições financeiras e transportadoras de valores. Seus principais pontos incluem:

- Segurança nas instituições financeiras: Determina que bancos e instituições financeiras devem adotar medidas de segurança para proteger seus bens e clientes, como o uso de vigilância, alarmes e outras tecnologias.
- Responsabilidade das transportadoras de valores: Define as obrigações das transportadoras em relação à segurança dos valores transportados e estabelece que devem ter autorização do Banco Central para operar.

3. Lei nº 12.850/2013

Esta lei trata do crime organizado e estabelece diretrizes para o combate à organização criminosa. Seus principais aspectos incluem:

- Definição de organização criminosa: Define o que é uma organização criminosa e suas características, como a estrutura hierárquica e a divisão de tarefas.
- Penas e medidas: Prevê penas mais severas para crimes cometidos por organizações criminosas, incluindo o financiamento de atividades ilegais, como assaltos a bancos.

No Brasil, não existe uma lei específica para tratar exclusivamente de casos definidos como "Novo Cangaço" ou "Domínio de Cidades", mas as ações desse tipo de crime se enquadram em partes de legislações já existentes. Algumas das principais normas aplicáveis incluem a Lei de Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990) - Embora não trate diretamente do "Novo Cangaço" ou "Domínio de Cidades", alguns crimes associados (como homicídio qualificado) podem ser considerados hediondos, o que implica em penas mais rigorosas e um regime de cumprimento de pena mais severo, bem como em casos de uso de explosivos, comuns em ataques a bancos e transportadora de valores.

No livro "Alpha, Bravo, Brasil: crimes violentos contra o patrimônio" é destacado pelo promotor de justiça do Ministério Público de Minas Gerais, André Silveiras Vasconcelos (2020), que existe uma necessidade de se entender esse fenômeno criminal do que é definido como "Novo Cangaço" e "Domínio de Cidades" partindo de três premissas, sendo a primeira, a evolução da legislação acerca dos crimes violentos contra o patrimônio, a maneira que as instituições de segurança vem lidando no combate a esses crimes e a evolução no entendimento dos operadores de direito penal no que diz respeito as circunstâncias que envolvem esses crimes, bem como encontrar maneiras eficazes de combatê-los partindo de leis específicas.

Partindo dessa premissa, seria necessário a modificação legislativa com a criação de tipos penais específicos para cada caso, pois hoje, os crimes violentos contra o patrimônio que incluem o "Novo cangaço" e "Domínio de cidades" são tipificados como roubos majorados e furtos qualificados por conta do uso de explosivos e pelo emprego massivo da violência, porém, uma coisa é totalmente diferente da outra, sendo que tais penas são insuficientes para a gravidade da ação, "situação em que estamos lidando com um tipo de criminalidade organizada ou mesmo redes de criminosos articulados e altamente especializados" Dourado (2020), como coloca Rogério Dourado, Perito Criminal Federal. Isso deixa evidente que os tipos penais existentes são insuficientes para dar punição adequada pela gravidade dos delitos praticados por esses grupos de criminosos articulados.

Recentemente, na câmara dos deputados, foi apresentado pelo Deputado Alberto Fraga (PL/DF), um Projeto de Lei nº 5.265¹, de 2023, o qual está diretamente relacionado ao que estamos tratando nesse trabalho e que, de alguma forma, contribui significativamente no é chamado de planos de defesa das cidades, o plano de caráter sigiloso, visam integrar e coordenar ações das forças públicas federais, estaduais e municipais, além de promover a colaboração entre o setor público e privado em casos de ocorrências de roubos a bases operacionais e resgates de presos Brasil (2024). O objetivo principal é combater ações criminosas na modalidade de "domínio de cidades", caracterizadas por grupos articulados que executam roubos a instituições financeiras ou resgates de criminosos, utilizando armamentos de uso restrito e violência contra pessoas, incluindo a tomada de reféns.

Esse projeto estabelece regras para a elaboração de planos de defesa contra crimes complexos, como roubos a bases operacionais de processamento, custódia e transporte de numerários, ou equivalentes, e empresas com ativos críticos, além de resgates de presos em estabelecimentos prisionais, o que tem relação íntima com as modalidades criminosas mostradas nesse trabalho. O projeto também altera a Lei nº 11.530², de 24 de outubro de 2007, para estabelecer condições de adesão ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

Cabe ressaltar que a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, trata da regulamentação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). O objetivo principal dessa lei é fortalecer a segurança pública no Brasil por meio da articulação de políticas públicas de segurança e cidadania, buscando integrar as ações de segurança pública com políticas sociais, como educação, saúde e cultura, para reduzir a violência.

O PL foi apresentado na Câmara dos Deputados em 30 de outubro de 2023 e após tramitação, foi aprovado e encaminhado ao Senado Federal em 20 de dezembro de 2024, onde aguarda despacho para continuidade da tramitação legislativa. A proposta também estabelece que, para adesão ao PRONASCI, estados e o Distrito Federal deverão se comprometer com a elaboração desses planos de defesa, conforme regulamentação específica.

Assim como o novo projeto é apresentado, consideramos importante ressaltar tais novidades no que se refere ao âmbito nacional para essas modalidades criminosas pois a criação

¹ BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5.265, de 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2400080>. Acesso em: 11 dez. 2024.

² BRASIL. Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007. Regulamenta o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2007/11530.htm. Acesso em: 11 dez. 2024.

de novas normas regulamentam a ação dos órgãos de segurança e o combate em conjunto, pois a evolução do crime de roubo, ou resgate de presos, na modalidade domínio de cidades não pode ser encarada como resultante de crime comum, como nos apresenta o Policial Federal Hélio Freitas no canal Iconografia da História: “Conversa com Hélio Freitas: Novo Cangaço e Domínio de Cidades”.³

Na verdade, o crime desse tipo é uma evolução do chamado “Novo Cangaço”, de forma muito mais deletéria, ousada e violenta, onde se destaca a atuação de grupos articulados, hierarquizados ou não, em caráter permanente ou temporário, com divisão de tarefas entre seus membros e com o objetivo de executar roubos a bases operacionais de processamento e custódia de numerários, instituições financeiras, ou equivalentes, ou resgate de criminosos, com emprego de armamentos de uso restrito e outros artefatos bélicos, além de eventual uso de reféns como escudos humanos. Ou seja, a violência praticada pelos criminosos é organizada, e executada com metodologia, sendo a complexidade e a surpresa da ação criminosa os maiores desafios a serem superado. (BRASIL, 2024, p.1).

Com base no que foi exposto até aqui e nos exemplos de situações que envolvem confrontos entre agentes de segurança e grupos criminosos, em sua maioria, a resposta policial, geralmente de caráter reativo, costuma ocorrer sem um planejamento adequado, sendo muitas vezes marcada pela persistência e excessiva ênfase no confronto direto. Isso afeta tanto a vida dos agentes públicos quanto dos cidadãos, que, como mencionado, frequentemente acabam sendo usados como "escudos humanos", como ocorreu no caso de Guarapuava. Os criminosos, por sua vez, aproveitam-se de sua estrutura organizada — ou da falta de organização do Estado —, do armamento pesado, da quantidade de pessoas envolvidas e do uso de reféns, aplicando táticas e estratégias criminosas avançadas. Essas condições tornam inviável um confronto armado imediato, especialmente quando realizado de maneira indiscriminada. Retornamos aqui para a necessidade de evitar o confronto e salvar vidas.

Dito isso, é importante entender que o plano de defesa funciona como um mecanismo ou ferramenta capaz de possibilitar ao Estado reverter essa situação e retomar o controle da região afetada. A principal premissa desse plano é evitar conflitos nas áreas urbanas, considerando o elevado risco de mortalidade de civis, policiais e infratores, bem como a possível perda de autoridade estatal quando ocorre tais atos. Ao mesmo tempo, busca-se interromper os planos dos criminosos, forçando-os, por meio de cercos e bloqueios, a abandonar seus veículos e seguir por rotas não previstas. Esse processo acaba, gradualmente, levando-os a descar-

³ Conversa com Hélio Freitas: Novo Cangaço e Domínio de Cidades. *Iconografia da História*. Disponível em: <https://www.youtube.com/@iconografiadahistoria>. Acesso em: 10 dez. 2024.

tar seus equipamentos pesados, como coletes, explosivos, munições, armamentos e até mesmo os bens roubados, deixando vestígios.

Assim como na História, os historiadores trabalham com vestígios de um passado. A história consiste num corpo de fatos verificados. O historiador Edward Carr é enfático quando entende os fatos para os historiadores nos documentos, nas inscrições, e assim por diante, assim como os peixes na tábua do peixeiro. “O historiador deveria reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los, e então servi-los da maneira que o atrair mais. Acton, cujo gosto culinário era austero, queria que fossem servidos simples.” No trabalho policial não é diferente quando lidam com os vestígios, no caso daquilo que é deixado para trás pelos criminosos como coletes a prova de balas, armamentos, roupas, munições, dentre outros objetos em casos de assaltos a bancos e transportadoras, esses vestígios servirão como fontes de investigação, onde muitas nuances são descobertas por trás da rede de integração, de contatos e informações.

Nesse capítulo trouxemos brevemente alguns casos específicos de situações em alguns Estados brasileiros envolvendo assaltos a bancos e empresas de transporte e valores, além de um caso em específico que se tratou de uma operação contra os criminosos, o que acabou prevenindo ações futuras. Tratamos da evolução dos crimes violentos contra o patrimônio no Brasil, com foco na modalidade dita como "Novo Cangaço", evoluindo para o "Domínio de Cidades". Essas ações criminosas envolvem táticas sofisticadas, uso de armamento pesado e estratégias que desafiam a capacidade de resposta das forças de segurança.

Encerramos esse capítulo mostrando que o arcabouço jurídico brasileiro, incluindo o Código Penal e leis específicas ainda não contemplam adequadamente a gravidade dessas modalidades, tratando-as como roubos majorados ou furtos qualificados. Seria o mesmo que estabelecer uma pena igual para um infrator que subtraiu para si algum bem mediante violência e para outro que subtraiu para si grande quantidade de dinheiro, se utilizando de explosivos, circulando livremente com armamentos mais sofisticados que da própria polícia e impedindo a livre circulação do público, atentando contra o quartel da polícia, fechando rodovias e atentando contra a vida da população e dos agentes de segurança.

Para cada dois pesos, temos que pensar em duas medidas, dessa forma, em determinadas situações, não se utiliza a mesma base de avaliação ou julgamento para todos, evidenciando uma possível injustiça, parcialidade ou incoerência sobre tais atos. É urgente pensar em integração policial, em leis mais rigorosas com relação a esse tipo de ação, principalmente no que se refere a punição, buscando trazer novamente o verdadeiro sentido de as pessoas terem o direito à vida e a liberdade de andar pelas vias com segurança, quando falamos em vida,

tratamos também da vida dos agentes de segurança. Ambos os direitos se complementam, pois a livre circulação só pode ser plenamente exercida em um ambiente seguro, mas quando há violência urbana e crises na segurança pública, a circulação pode ser afetada, o que demonstra a necessidade de políticas públicas eficazes para garantir esses direitos simultaneamente.

CAPÍTULO 3

DESAFIOS PARA AS FORÇAS DE SEGURANÇA

Retomaremos nesse capítulo os conceitos de Costa (2012) a respeito dos regimes de coexistência, que pode ser analisada em três níveis distintos: discursivo, marco regulatório e esfera cotidiana. Cada um desses níveis representa diferentes formas de interação entre normas, práticas e discursos na sociedade.

No nível discursivo, coexistem diferentes narrativas sobre a legitimidade, necessidade e eficácia dos regimes políticos, econômicos e sociais. Esse nível envolve discursos ideológicos, acadêmicos, midiáticos e populares, que moldam a percepção coletiva sobre os regimes vigentes e alternativos, nesse sentido podemos verificar nos *frames* apresentados sobre ações de grupos criminosos por meio da disseminação jornalística e no modo em que as pessoas interpretam tais informações.

O marco regulatório refere-se às leis, normas e instituições que formalizam a coexistência de regimes. Em alguns casos, um país pode adotar um regime político híbrido, combinando elementos democráticos e autoritários. No âmbito econômico, coexistem regulações estatais e práticas neoliberais. Já no campo jurídico, podem conviver normas do direito estatal e do direito consuetudinário ou religioso.

No cotidiano, as pessoas experimentam a coexistência de regimes de maneira pragmática. Isso se reflete na forma como obedecem ou contestam normas, nas práticas culturais que mesclam diferentes tradições normativas e nos modos de participação política e econômica. Por exemplo, mesmo em estados democráticos, podem ocorrer práticas autoritárias em determinadas instituições (como empresas ou forças de segurança).

A análise desses três níveis permite entender como diferentes regimes coexistem e influenciam a vida social, às vezes de maneira harmônica, outras vezes gerando conflitos e contradições, no caso que trazemos para a discussão, as maneiras com que enxergamos uma realidade e damos sentido a ela, entre o Cangaço e o Novo Cangaço.

No capítulo anterior fomos instigados a compreender um pouco mais sobre o que vem ocorrendo no Brasil a respeito dos crimes contra instituições financeiras de guarda e transporte de valores, além de entender como esse processo tem acontecido, a maneira com que os criminosos se articulam para realizar determinada ação e como a legislação brasileira e a segurança pública de modo geral tem lidado com essa problemática, eminentemente nacional, sendo o crime de Domínio de Cidades, mesmo que ainda esse crime não tenha uma tipificação na nossa legislação, podemos afirmar que se trata de algo tipicamente brasileiro.

Nesse capítulo vamos discutir o âmbito da esfera cotidiana, em conjunto com outros profissionais, que apresentarão suas experiências e os desafios enfrentados pelas forças de segurança do Brasil para frear os avanços da modalidade criminosa que vêm crescendo nos últimos anos, agora entendida como “Domínio de Cidades” em crimes contra o patrimônio, trazendo o caso específico ocorrido no interior do Estado do Paraná no ano de 2022, na cidade de Guarapuava. Bem como será apresentado uma discussão em torno das operações integradas das forças de segurança e as possibilidades de enfrentamento, como nos casos das simulações, onde os profissionais de segurança atuam em espécie de treinamento em um possível domínio de cidades para crimes contra o patrimônio, além disso, alertamos os leitores que o texto apresentará diálogos públicos sensíveis sobre o tema.

Novo Cangaço ou Domínio de Cidades? Discussão a luz da Legislação Penal

Contexto da entrevista: A entrevista foi conduzida com o advogado Fernando Oliveira de Paula, especialista nas referidas áreas, com o objetivo de discutir aspectos jurídicos relacionados a crimes contra o patrimônio, especificamente o fenômeno popularmente denominado "Novo Cangaço" e o Domínio de Cidades.

Na entrevista com o advogado Fernando Oliveira de Paula sobre o "Novo Cangaço" e o "Domínio de Cidades", podemos perceber a intrigante intersecção entre a memória histórica, a narrativa midiática e a realidade jurídico-penal contemporânea. Em primeiro lugar, o próprio termo "Novo Cangaço" evoca uma ressonância histórica profunda. O cangaço clássico, um fenômeno do final do século XIX e início do século XX no sertão nordestino, representava uma forma de banditismo social, muitas vezes associada à resistência contra as oligarquias locais ou à sobrevivência em um contexto de extrema pobreza e ausência do Estado.

A adoção do prefixo "novo" por "matérias jornalísticas" para descrever os assaltos violentos a instituições financeiras, como bancos e transportadoras de valores, no século XXI,

sugere uma tentativa da mídia de categorizar um fenômeno criminal moderno, emprestando-lhe uma dramaticidade e uma linhagem histórica que, no entanto, merecem ser examinadas criticamente.

Do ponto de vista histórico-jurídico, a entrevista revela uma lacuna significativa: não há uma "tipificação específica" para o "Novo Cangaço" no ordenamento jurídico brasileiro. Em vez disso, a legislação penal opera com base em dispositivos já existentes, como o roubo qualificado (art. 157, § 2º, do Código Penal), a formação de organização criminosa (Lei 12.850/2013), sequestro e cárcere privado (art. 148 do CP), dano ao patrimônio (art. 163 do CP), crimes contra a paz pública (art. 286 do CP), extorsão (art. 158 do CP), disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei 10.826/2003) e tentativa de homicídio (art. 121 c/c art. 14, II, do CP).

Essa abordagem legal de "adaptação" de leis preexistentes a novas manifestações criminosas é um padrão recorrente na história do direito, onde a legislação, por sua natureza, muitas vezes reage a fenômenos sociais em vez de antecipá-los com denominações específicas. A experiência do advogado, ao atuar em um caso onde o termo "Novo Cangaço" foi empregado pelo Ministério Público sem previsão legal, sublinha essa desconexão entre a terminologia popular e a base jurídica efetiva.

A mudança na natureza do alvo – de comunidades rurais ou propriedades de coronéis no cangaço histórico, para bancos privados e públicos como Itaú e Caixa Econômica Federal no "Novo Cangaço" – é um forte indicador de como a criminalidade organizada evoluiu. O "Domínio de Cidades", por exemplo, reflete uma sofisticação tática e um nível de organização que aproveita a infraestrutura urbana e a logística moderna para perpetrar crimes de grande vulto patrimonial. A questão da competência jurisdicional, que varia entre estadual e federal dependendo da instituição financeira envolvida, também destaca a complexidade institucional que o Estado enfrenta ao lidar com essas novas formas de criminalidade.

Historicamente, a eficácia do Estado na repressão ao crime tem sido um desafio constante. A entrevista aponta para falhas contemporâneas, como a dificuldade em "identificar e apreender bens oriundos de atividades criminosas", com a lavagem de dinheiro e a ocultação patrimonial sendo estratégias comuns. Essa problemática da recuperação de ativos criminais e da descapitalização de organizações é uma luta antiga, que atravessa diferentes períodos históricos do combate ao crime organizado.

As propostas do advogado Oliveira de Paula, como "penas mais severas" e "redução de benefícios processuais para crimes violentos cometidos por organizações criminosas", além do "confisco de bens adquiridos com recursos de origem criminosa", refletem uma linha de pensamento punitivista que, embora debatida, tem sido uma resposta frequente ao longo da

história diante de manifestações de criminalidade que ameaçam a ordem pública e o patrimônio.

Em suma, a entrevista não apenas descreve o fenômeno criminal contemporâneo, mas também oferece um prisma através do qual podemos observar a interação dinâmica entre a sociedade, a mídia e o sistema legal. O "Novo Cangaço" é menos uma continuidade direta do banditismo histórico e mais um epíteto midiático que busca contextualizar, por meio de uma referência conhecida, uma complexa e violenta forma de crime organizado patrimonial, desafiando o Estado a adaptar suas ferramentas legais e de persecução penal a uma realidade em constante mutação.

O policial que viu o crime evoluir

Contexto da entrevista: Sala da ROTAM do 11º BPM – Campo Mourão-PR, entre documentos antigos, histórias, memórias e reflexões.

Ao analisar a entrevista com o Subtenente José Aparecido Silva, podemos perceber um panorama rico da história recente da segurança pública no Paraná e, por extensão, no Brasil. Percebemos nesta narrativa não apenas o relato de uma carreira dedicada, mas também um testemunho valioso sobre a metamorfose da criminalidade organizada e a consequente evolução das estratégias e estruturas policiais ao longo de mais de três décadas.

A trajetória do Subtenente J. Silva, que se incorporou à Polícia Militar do Paraná (PMPR) em 1995, oferece uma janela para a mudança do foco da criminalidade e da resposta estatal. Inicialmente, o crime predominante na área rural era o roubo de tratores, defensivos agrícolas e gado, levando à criação do Grupo de Operações Especiais (GOE) em 1996. Esta especialização inicial para o ambiente rural sublinha a predominância do crime patrimonial ligado à economia agrária da época. A resistência por parte dos grupos da capital em relação à autonomia e padronização dos grupos do interior, como o GOE e, posteriormente, a "RONE genérica", ilustra uma tensão histórica entre o centro e a periferia, e a dificuldade de padronização doutrinária e de equipamentos em uma instituição capilarizada como a Polícia Militar. A mudança de nomenclatura para ROTAM em nível estadual, a partir de 2004, e sua permanência por 20 anos, denota um processo de institucionalização e consolidação de uma doutrina tático-móvel.

Um ponto crucial da entrevista é a discussão sobre a terminologia empregada para descrever as novas modalidades criminosas. O Subtenente J. Silva faz uma distinção funda-

mental e historicamente relevante ao criticar o termo "Novo Cangaço", que, segundo ele, foi cunhado pela própria polícia e valoriza os criminosos, evocando a figura de Lampião, por muitos visto como herói, mas que na realidade "tocava horror nas cidades onde ele passava". Para ele, o termo correto é "Domínio de Cidades e crimes violentos contra o patrimônio". Esta perspectiva é vital para a historiografia do crime, pois revela como a própria instituição policial, por vezes, inadvertidamente, contribui para a mitificação de fenômenos criminais. A insistência em alterar o Procedimento Operacional Padrão (POP) para remover o termo "Novo Cangaço" reflete uma consciência sobre o impacto da linguagem na percepção pública e na autoimagem dos infratores.

A evolução dos crimes, conforme narrado, é um espelho das mudanças sociais e tecnológicas. Do roubo rural para os assaltos a rodovias e ônibus (combatidos pelo Grupo Águia em 2005), passando pelos roubos a carros-fortes (como o de 1999, que envolveu um caminhão com fundo falso e armas como a .30, um indicativo da sofisticação da criminalidade já naquele período), até os crimes de "sapatinho" (sequestro de familiares de gerentes de banco) e, finalmente, a explosão de caixas eletrônicos e o "Domínio de Cidades". A migração de "famílias" criminosas – como os irmãos Oliveira, que passaram do sequestro para assaltos a bancos e empresas de valores, ou os que migraram do assalto a ônibus para roubos a carros-fortes e depois arrombamentos bancários e "Domínio de Cidade" – é um padrão histórico de adaptação e especialização das redes criminosas, capitalizando a experiência adquirida em outras modalidades.

A entrevista também expõe as fragilidades e desafios crônicos enfrentados pelas forças de segurança. A menção de "agentes do estado envolvidos" em diversas situações de roubo é um lembrete sombrio da corrupção e da infiltração em diferentes esferas do poder público, um problema que perpassa a história do combate ao crime organizado. A "comunicação muito frágil" na década de 90, com frequências analógicas facilmente copiadas, contrasta com a digitalização atual, evidenciando a corrida tecnológica entre o crime e a polícia.

As experiências pessoais do Subtenente J. Silva, como sua participação na Força Nacional em Rondônia (Operação Defesa da Vida, onde reduziu homicídios e foi destaque) e no Mato Grosso do Sul (Operação TEKOHÁ, trabalhando com comunidades indígenas, que ele considera sua experiência mais gratificante profissionalmente), e nas Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro, fornecem uma dimensão humana e geográfica à sua análise. O relato da negociação com o comando do tráfico na Gardênia Azul para que policiais desarmados pudessem entrar na comunidade para necessidades básicas, e o trágico incidente no Complexo da Maré onde um jovem policial foi morto por engano, revelam a complexidade e os limites da atuação

estatal em territórios controlados pelo crime, e a necessidade de estratégias diferenciadas. Sua formação em Cursos de Operações Especiais (COESP) e Controle de Distúrbios Cíveis (CDC) sublinha a busca constante por qualificação e especialização dentro da PMPR.

Por fim, a análise do Subtenente J. Silva sobre a geografia de Campo Mourão-PR, que "não permite muitas vezes que essas quadrilhas façam roubos nestas modalidades", e a tática policial de priorizar a coleta de informações e a comunicação entre destacamentos em vez do confronto direto, demonstra uma inteligência operacional enraizada no conhecimento do terreno e na experiência acumulada. A lembrança do simulado em Campo Mourão, que se tornou referência e foi usado em propaganda política, atesta a excelência do planejamento e da preparação das forças locais.

Em síntese, a entrevista do Subtenente J. Silva é um documento histórico vivo, que traça a evolução de um campo de batalha em constante mutação – o combate ao crime organizado. Ela não só detalha as transformações nas táticas criminosas e policiais, mas também questiona a própria narrativa empregada para defini-las, oferecendo uma perspectiva valiosa sobre as dificuldades, as conquistas e os aprendizados contínuos da segurança pública brasileira.

O cerco e o medo: A Micro-História do "Novo Cangaço" em Nova Cantu-PR (2019)

Contexto da entrevista: Em uma manhã de 2024, por volta das 08:00 horas deslocava com meu parceiro de trabalho daquele dia para Janiópolis-PR, quando durante o percurso, me lembrei de que ele havia topado em me ajudar com seu depoimento em uma situação em que ele estava trabalhando em Nova Cantu-PR no ano de 2019, quando houve um assalto a uma agência bancária da cidade. Diante disso, combinamos de que mais tarde falaríamos sobre esse dia.

Ao analisar o depoimento do policial militar Paulo Sergio Teixeira sobre o assalto à agência do Sicredi em Nova Cantu, Paraná, em 2019, somos imediatamente transportados para um momento de tensão que, embora específico, reflete padrões mais amplos da criminalidade organizada no Brasil e as vulnerabilidades do aparato estatal. Esta narrativa é um valioso recorte micro-histórico que ilumina as características operacionais do que se convencionou chamar de "Novo Cangaço" e o impacto humano desses eventos.

O contexto inicial do plantão do Soldado Teixeira, sozinho em Nova Cantu, uma cidade menor, já prenuncia as fragilidades logísticas das forças de segurança no interior. A saída

da equipe de apoio de Roncador-PR e a posterior ausência de arma longa no destacamento, por falta de cofre, deixam o palco preparado para a desproporcionalidade do confronto que se seguiria. A ameaça anterior de um motociclista e a preocupação do policial com o indivíduo ao ouvir o barulho na porta do destacamento demonstram a realidade multifacetada e por vezes imprevisível do trabalho policial em pequenas localidades, onde o cotidiano e as ameaças maiores se confundem.

A narrativa do assalto em si é um manual vivo das táticas de "Domínio de Cidades" empregadas por essas organizações criminosas. O ataque ocorreu na madrugada, por volta das 03:00 horas, um horário estratégico para minimizar a reação. A presença de "olheiro" ou "olheiros" observando os movimentos do policial, inclusive o recolhimento da moto, indica um planejamento meticuloso e uma prévia inteligência sobre o alvo e a rotina da força policial local.

A violência empregada é um traço marcante. O relato das rajadas de metralhadora na frente do destacamento, descritas como um "aviso", e as explosões que faziam o "destacamento tremer", evidenciam o poderio bélico e a intenção de intimidar as forças de segurança e a população. A profusão de tiros – "tiro de metralhadora, tiro de fuzil, tiro de pistola" – e o fato de que "em cada ponto da cidade tinha alguém armado" reforçam a imagem de um grupo numeroso, com 13 ou 14 homens e aproximadamente 4 veículos, demonstrando uma coordenação tática para controlar o perímetro urbano.

O controle da cidade e a supressão da reação são centrais nas táticas observadas. O assalto não se limitou ao banco, mas buscou neutralizar qualquer resposta. O fato de os criminosos tentarem arrombar a porta do destacamento e darem uma "bicuda na porta", após serem avistados por um guarda que cuidava do comércio local, mostra a audácia e o objetivo de anular a capacidade de resposta imediata da polícia. O comando policial, ciente da disparidade de forças, orientou o policial Teixeira a se abrigar, ficar de colete e se proteger com a pistola, mas sem confrontar, o que demonstra uma política de preservação de vidas em face de um poderio avassalador.

O depoimento também ilustra a vulnerabilidade da população. A abordagem de um ônibus da empresa Unitá e a ordem para que recuasse, somada à descoberta de seis dinamites não explodidas dentro do banco, revelam o extremo perigo a que os cidadãos foram expostos. A curiosidade e o oportunismo imediatos de funcionários da Unitá "tentando ver se achava dinheiro perdido" dentro do banco após a fuga dos assaltantes é um detalhe antropológico interessante, que mostra a complexidade das reações humanas diante do caos.

Finalmente, o impacto psicológico no agente de segurança é um ponto crucial da análise histórica. O policial com oito anos de serviço à época, confessa que foi o único dia em que temeu por sua vida, sentindo-se como uma "ovelha" diante de fuzis e metralhadoras apenas com uma pistola. Essa honestidade revela a pressão e o trauma impostos por esses eventos, que vão além do prejuízo material e da violência física, deixando marcas profundas naqueles que estão na linha de frente.

Em síntese, o assalto em Nova Cantu é um microcosmo que expõe as dinâmicas do "Novo Cangaço": a inteligência prévia, o uso de força avassaladora, a tática de domínio do território, a fragilidade da presença estatal em localidades menores, e o profundo impacto psicológico sobre os agentes de segurança. É uma narrativa que, embora focada em um único evento, ressoa com as lutas e desafios históricos do Estado brasileiro no enfrentamento de um crime organizado cada vez mais sofisticado e violento.

Modus Operandi do Domínio de Cidades: Caso de Araçatuba-SP (2020)

Contexto da entrevista: Em um dia de trabalho ao lado do meu colega Sardi, durante um patrulhamento realizado em escala extrajornada, nossas conversas foram se alternando entre temas corriqueiros e assuntos ligados à rotina policial. Em meio a esse percurso, começamos a falar sobre os recorrentes assaltos a bancos no Brasil, modalidade criminosa que passou a ser conhecida popularmente como "Novo Cangaço". Logo percebi que o soldado Sardi tinha muito a contribuir com a pesquisa que eu vinha desenvolvendo no mestrado em História Pública. Foi então que, ainda durante o patrulhamento, perguntei se ele gostaria de participar da dissertação. Prontamente, ele aceitou. Imediatamente parei a viatura, iniciei a gravação do nosso diálogo, e seguimos com a conversa enquanto continuávamos o patrulhamento preventivo que se estenderia até a madrugada. É importante destacar que, a qualquer momento, poderíamos ser acionados para uma ocorrência, o que tornava aquela troca de ideias ainda mais significativa: além de refletirmos sobre o próprio campo de atuação em que estávamos inseridos, permanecíamos atentos ao que acontecia nas ruas. Para a nossa sorte, naquela noite a cidade estava em silêncio.

A experiência do atual policial militar e ex-guarda municipal de Araçatuba, quando ocorreu o assalto nos bancos da cidade em 2020, não foi um evento isolado, mas sim a segunda ocorrência desse tipo na cidade, seguindo um assalto a uma empresa de carro forte quatro anos antes. Este padrão de reincidência, conforme a análise do comando policial, deveu-se à

percepção dos criminosos de falhas na resposta inicial, incentivando seu retorno. Isso sublinha uma constante histórica: a adaptação e a exploração de vulnerabilidades por parte de grupos criminosos.

O relato de Sardi delinea com precisão o *modus operandi* desses grupos. Primeiramente, o assalto ocorreu na madrugada (entre 23:30 e 01:40), um horário estratégico para minimizar a reação e maximizar o elemento surpresa. A inteligência prévia dos criminosos é notável: eles tinham informações de que metade da corporação do BAEP (Batalhão de Ações Especiais de Polícia), a força especializada local, estava fazendo curso em Presidente Prudente, deixando o policiamento reduzido. Este planejamento demonstra uma sofisticação na coleta de informações e na exploração de janelas de oportunidade.

A tática de "Domínio de Cidades" envolveu o cerco e a neutralização de postos-chave. O alvo inicial foi o próprio BAEP, atirando no batalhão com tiro de metralhadora, tiro de fuzil e tiro de pistola, enquanto outra equipe estava no centro da cidade. Essa dualidade de ação – supressão da resistência policial e terror urbano – é uma característica definidora. Para atrasar a chegada de reforços de outras cidades (São José do Rio Preto, Penápolis, Birigui e Bauru), os criminosos montaram bloqueios, incendiando um caminhão e um ônibus em pontos estratégicos, deixando apenas as estradas rurais como rotas de fuga. A utilização de reféns ("nos capôs", "nos tetos" dos veículos) é um elemento de desumanização e uma tática para inibir a reação policial, causando um visível trauma na população.

O poderio bélico e a intenção de causar terror são evidentes. Os criminosos estavam equipados com armas longas (fuzis e metralhadoras), armas caras de conseguir e munição abundantes. As rajadas de tiros para cima eram efetuadas por de fato, causar o terror na população, e as explosões nos bancos (Caixa Econômica e Banco do Brasil) foram projetadas para instigar o medo, não necessariamente para confrontos.

A sofisticação tecnológica também se fez presente, com o uso de um drone, antes da fuga para mapear rotas e evitar o policiamento. O drone, uma tecnologia ainda não tão utilizada em 2020 para tal fim, demonstra a capacidade de investimento e modernização desses grupos criminosos. Após a fuga, dispositivos explosivos (bombas com celular) foram deixados em vários pontos do centro, exigindo a intervenção do CHOQUE de São Paulo e resultando em acidentes com civis, prolongando o terror e dificultando a atuação policial.

Apesar do planejamento meticuloso dos criminosos, houve uma resposta policial. O BAEP, mesmo com efetivo reduzido, confrontou os assaltantes, resultando em um policial ferido na perna e um criminoso baleado e morto. A Polícia Federal assumiu a investigação,

prendendo alguns indivíduos e identificando que houve um poder aquisitivo muito grande para financiar essas ações.

A entrevista de Allan de Lima Sardi é mais do que um relato de um crime; é um documento histórico que revela a evolução da criminalidade organizada no Brasil. Ela demonstra a capacidade desses grupos de planejar, armar-se, usar a tecnologia e, acima de tudo, explorar as fragilidades do Estado e da sociedade para alcançar seus objetivos financeiros. O terror, a violência indiscriminada e o uso de reféns deixam um legado de trauma profundo nas comunidades e nas vítimas.

Entendemos com isso que a persistência dessas "Ações de Domínio de Cidades", a capacidade de financiamento e a inteligência empregada por esses grupos sublinham um desafio contínuo para as forças de segurança. A luta contra o "Domínio de Cidades e crimes violentos contra o patrimônio", é uma faceta da história contemporânea brasileira que exige constante análise, adaptação e, acima de tudo, um profundo entendimento das dinâmicas que moldam o crime organizado.

OPERAÇÕES INTEGRADAS: POSSIBILIDADES DE ENFRENTAMENTO

O avanço do crime organizado e de grupos criminosos que dominam cidades exige uma resposta coordenada e eficaz por parte das forças de segurança. Nesse contexto, as operações integradas entre diferentes órgãos policiais e militares se apresentam como uma das principais estratégias para conter e desarticular essas redes criminosas. A cooperação entre as esferas federal, estadual e municipal permite uma atuação mais eficiente, combinando inteligência, recursos e efetivo especializado, principalmente no que se refere a troca de informações e conteúdos pertinentes ao trabalho em conjunto.

O crime organizado tem atuado de forma sofisticada, ultrapassando fronteiras estaduais e até internacionais. Facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) não apenas controlam o tráfico de drogas e armas, mas também impõem domínio territorial sobre comunidades, a exemplo dos casos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, além disso, praticam extorsões e realizam ataques coordenados a instituições financeiras, como observado no fenômeno do Domínio de Cidades.

Diante desse cenário, a integração entre Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Militares e Civis dos estados, Forças Armadas e órgãos de inteligência se torna essencial para mapear, infiltrar e neutralizar as ações criminosas. Operações conjuntas permitem

um melhor compartilhamento de informações estratégicas, aumentando a eficácia das investigações e ações, tanto preventivas quanto repressivas.

Da ROTAM ao BPFロン: A trajetória de um Policial Militar na linha de frente

Contexto da entrevista: Uma tarde, duas xícaras de café, cinco horas de conversa e boas reflexões.

A entrevista com o policial Jefferson Peterson Garcia de Godoy desvela o "Domínio de Cidades" como uma modalidade criminosa intrinsecamente específico e brasileiro. Esta particularidade reside, sobretudo, na sua estrutura de "miscigenação de organizações criminosas para um mesmo intento". Diferentemente de máfias tradicionais, que treinam seus próprios quadros, os grupos de "Domínio de Cidades" recrutam "especialistas" – seja um explosivista, um atirador, ou um especialista em blindagem – independentemente de sua filiação a facções como o PCC ou o Comando Vermelho ou qualquer outro grupo. Essa abordagem modular e pragmática, focada na especialização para a "missão", é um traço distintivo que confere grande flexibilidade operacional aos criminosos, mas que, paradoxalmente, torna a investigação e a identificação mais difícil para a inteligência policial.

O poderio bélico e o potencial financeiro desses grupos são imensos, permitindo o uso de armas, com potencial financeiro para cometer um grande crime de fechar uma cidade inteira. O objetivo primordial não é o confronto prolongado, mas a instauração do terror para facilitar o roubo e intimidar as forças de segurança e a população. A profusão de armamentos e a capacidade de reabastecer carregadores em pleno assalto, como evidenciado por registros em vídeo, ilustram a sofisticação logística.

A entrevista sublinha a indissociável relação entre o "Domínio de Cidades" e as atividades criminosas de fronteira. A experiência do BPFロン (Batalhão de Polícia de Fronteira), onde Garcia atuou, é exemplar nesse sentido. O assalto à Prosegur em Ciudad Del Este, no Paraguai, é citado como um dos grandes assaltos da história dessa modalidade, no qual o BPFロン foi uma das primeiras equipes a intervir assim que os assaltantes cruzaram o lago.

Garcia destaca que desde o financiamento a esses assaltos – desde armas e bombas até o contrabando de cigarros e drogas – provém da região de fronteira, onde se dá a logística e a movimentação financeira. Combatê-los na fronteira, reforçando o patrulhamento e barrando o ilícito, é, portanto, uma estratégia essencial para barrar a organização criminosa e, consequentemente, reduzir a capacidade de financiamento desses grandes assaltos. A reversão de bens

apreendidos do crime para as próprias instituições de segurança é vista como um catalisador para o fortalecimento da repressão.

A perspectiva de Garcia também revela as profundas fragilidades do Estado brasileiro e o impacto psicológico desses crimes. A Polícia Militar, embora possua organização e planejamento, opera sob a lei, há restrições em efetivo, em proporção bélica e no âmbito jurídico, em contraste com a liberdade de ação do criminoso. O policial teme a morte, as consequências administrativas e jurídicas, e a perda da família, enquanto o criminoso, criado no crime, não teme as consequências. Essa assimetria de riscos e restrições é um fator crítico.

A deficiência jurídica é apontada também como um entrave significativo: mesmo com informações de inteligência sobre o planejamento de um crime, muitas vezes não há aparato jurídico para prender alguém pela antecipação, forçando a polícia a esperar, deixando um indivíduo cometer o crime para depois tentar punir, geralmente na fuga. Esta limitação impede uma abordagem verdadeiramente preventiva.

O impacto desses assaltos na população e nos próprios agentes de segurança é devastador. Garcia utiliza uma metáfora da violação de um espaço sagrado (a casa invadida) para descrever uma espécie de fragilidade coletiva, além da sensação de impunidade que o "Domínio de Cidades" impõe à sociedade. Para os policiais, há uma sensação de impunidade e de não conseguir dar uma resposta imediata à sociedade, ferindo o "espírito de patrulhamento tático". Ele compara essa sensação ao "estresse pós-traumático". Sua participação em eventos como o apoio em Guarapuava, onde veículos capotados com metralhadoras .50 foram encontrados, e o acompanhamento de assaltantes em Barbosa Ferraz-PR, que envolveram reféns e confrontos, reforça a periculosidade e o trauma desses cenários.

Para combater eficazmente o "Domínio de Cidades", Garcia propõe uma "luta de antecipação" e um "plano de defesa" que dependem fundamentalmente da "união de conhecimento" entre as diferentes polícias, rompendo barreiras institucionais. Ele argumenta que a Polícia Militar, por sua vasta capilaridade, é a maior coletora de dados e informações. A filtragem desses dados deve gerar inteligência que leve a prisões, espelhando modelos de sucesso como o americano. A visão idealizada de Garcia é a de um único sistema de segurança pública nacional integrado e uma legislação que permita punir "organizações criminosas só por pensar em fazer isso", monitorando indivíduos com base em indícios, como no combate a atiradores ativos em escolas.

Em suma, o depoimento de Jefferson Peterson Garcia de Godoy não é apenas o relato de um policial, mas um registro histórico da evolução da criminalidade organizada no Brasil. Ele mapeia um fenômeno complexo que desafia as estruturas de segurança e a legislação, ao

mesmo tempo em que propõe soluções que exigem uma profunda reestruturação e integração das forças estatais, sempre com foco na inteligência, na antecipação e no combate financeiro e logístico na fronteira.

Força, amizade e dever: O cerco ao Batalhão e a luta contra o Domínio de Cidades em Guarapuava (2022)

Contexto da entrevista: Final do ano de 2024 na sala do pelotão de CHOQUE do 16º BPM. Cabo Rezende estava de férias, mas foi acionado para uma missão.

O depoimento do policial militar Adriano Rezende lança luz sobre o ataque à empresa de valores Proforte e, de forma mais marcante, ao 16º Batalhão da Polícia Militar em Guarapuava-PR, em 17 de abril de 2022. Este evento é categorizado pelo próprio entrevistado como algo de uma amplitude e tamanho inesperados para a cidade, superando a concepção prévia do "Novo Cangaço" que se focava mais em assaltos a bancos. O assalto, perpetrado por cerca de 30 homens armados com fuzis e ponto cinquenta, representou um ataque direto à estrutura do Estado e à segurança urbana, com criminosos cercando o batalhão e atirando intensamente, inclusive contra o COPOM. A estratégia de dominar a cidade inteira e fechar acessos com veículos incendiados para impedir a chegada de apoio é claramente delineada.

A narrativa de Rezende destaca a crueldade e a organização dos criminosos, que não apenas tentaram roubar a tesouraria da Proforte – que possuía grande quantidade de dinheiro pela época – mas também se valeram de reféns. A timing do ataque ao batalhão foi particularmente fatal: a viatura do CHOQUE, com os policiais Ricieri, Bonato e Wendler, estava exatamente saindo para patrulhamento, quando começou a ser atingida no mesmo instante em que os assaltantes chegavam. Este confronto inicial resultou na morte do Sargento Ricieri e no ferimento grave do Soldado Bonato.

A entrevista revela uma profunda vulnerabilidade inicial da força policial. Apesar da organização e do treinamento, os policiais se viram em desvantagem no momento do ataque. O armamento dos policiais estava dentro do batalhão, o que dificultou uma resposta imediata à altura do poder de fogo dos criminosos. A dificuldade de acesso ao batalhão em meio à intensidade dos tiros é enfatizada. A resiliência, no entanto, é demonstrada pela equipe da RPA, que, sob intenso fogo, conseguiu socorrer o policial Bonato, retirando-o do local.

Um ponto crucial da análise é a percepção e o impacto do evento. A população, inicialmente, confundiu os tiros com foguetes, dada a data, mas logo percebeu o cenário de guerra,

através de grupos de mensagens e da intensidade dos ataques. Para a Polícia Militar, o ataque gerou um clima ruim e uma comoção generalizada, não só no pelotão de CHOQUE, mas em toda a instituição. A perda do Sargento Ricieri, que Rezende conhecia há 18 anos, foi um golpe profundo, marcado pela tentativa de Rezende de tê-lo em sua formatura do CCDC, mesmo sem saber se ele próprio se formaria. O soldado Bonato, ferido, precisou sair do Batalhão para o GAECO, evidenciando o trauma psicológico e a necessidade de adaptação individual após eventos dessa magnitude.

Em termos de legado e resposta institucional, a entrevista aponta para uma virada estratégica. Antes do ataque, não havia um "plano de contingência" específico para um "Domínio de Cidades" nessa escala. Após o evento de Guarapuava, no entanto, a situação mudou radicalmente. Hoje, o 16º BPM possui um plano de defesa detalhado, com simulados e treinamentos específicos realizados em várias cidades, como Londrina e Ponta Grossa, para melhorar o tempo de resposta e a coordenação entre as tropas especializadas e a RPA.

Além disso, a importância da inteligência é fortemente ressaltada, com a necessidade de informações completas e a cooperação entre as P2 (Serviço de Inteligência da Polícia Militar) de diferentes estados para antecipar e prevenir tais crimes. A detecção de informantes locais, que ajudaram os criminosos com rotas e locais de esconderijo, também se tornou uma preocupação estratégica.

A entrevista de Adriano Rezende não é apenas um relato pessoal de superação, mas um estudo de caso que reflete a evolução de táticas criminosas e a adaptação das forças de segurança. A homenagem póstuma ao Sargento Ricieri Chagas, cujo nome batizou tanto o 16º BPM quanto o curso CCDC de 2022 de Rezende, é um símbolo poderoso da memória institucional e do sacrifício imposto por esses novos desafios à ordem pública. O relato de Rezende é, portanto, um testemunho histórico da resiliência policial e da constante redefinição das estratégias de combate ao crime organizado no Brasil.

A ÚLTIMA MISSÃO: O ADEUS DE RICIERI

THAIS – *Você mora sozinha aqui?*

CARLA – *Agora eu moro com meu filho Rithi, mas eu quero sair daqui, não me vejo mais.*

THAIS – *Você pensa em se mudar para outra cidade ou outro lugar daqui?*

CARLA – *Acho que outro lugar, outras cidades, não sei. Nossa, já pensei nisso... Porque tem uns parentes que moram na praia, pensei em ir morar para Bombinhas-SC, e como hoje eu trabalho mais com vendas, não sei. Vou esperar o fim do ano, os dois filhos vão pegar folga e estaremos juntos, mas eles nunca imaginam sair daqui.*

THAIS – *É mesmo?*

CARLA – *É verdade. Eles gostam muito daqui. A minha filha, hoje ela mora em Curitiba-PR, mas é mais ou menos assim, sair daqui eu digo de casa, porque a vida do pai deles é aqui com a gente, as coisas dele ainda estão todas ali. Eu falei, gente, eu estou lembrando... vai continuar, mas a gente precisa se atualizar. A gente precisa fechar o ciclo e eles não aceitam isso. Aí esses dias eu até conversei com a minha filha, eu falei, “sabe o que é, no dia que eles colocaram esses cones, eles ligaram o giro, eu falei pra ela, sabe qual é a sensação de estar vivendo tudo de novo?”. A noite toda, do meu quarto para cá eu via o giro ligado, então eu me mudei para outro quarto, fui para o quarto da Kallyne, mas até esses dias eu via ele descendo a rampa, mas era normal, eu fazer a xícara de café para mim e para o meu filho, quando ele estava vindo, eu olhava, era a imagem dele descendo do quartel, com a mochila nas costas, são coisas que marcam e que ficam. Mas é preciso mudar. “Ah, mas ela tem que se acostumar”. Eu falei, tá, eu tenho, mas eu não me acostumo. Vai fazer três anos e eu não me acostumo. Então quem tem que mudar sou eu. Eu disse, não aguento mais.*

Cinco mil pessoas no velório... as pessoas vinham me abraçar e eu não lembrava... eu travei de dor da fibromialgia... os primeiros meses não era eu... eu agia assim meio desnorçada, eu lembro que na maior parte do tempo a gente dormia de dia e a noite o pessoal do CHOQUE vinha aqui fazer companhia, lá pelas 3 horas, 4 horas da manhã, a Kallyne fazia pão de queijo, a gente fazia pipoca, bolo, tomava chimarrão e o pessoal do Batalhão ficava aqui com a gente, nós tínhamos medo que eles voltassem, então nós optávamos por ficar acordados a noite, nós três, então por vários meses foi assim... tivemos um suporte do pessoal do CHOQUE, que era com quem o Ricieri trabalhava e com quem ele compartilhou uma vida.

THAIS – *Carla, como que foi o dia 17 e depois a madrugada do dia 18. Você lembra?*

CARLA – *Eu lembro. Dia de Páscoa, nós almoçamos juntos. Sabe o que parece, quando a pessoa pressente algo? Porque ele mandou uma mensagem de Feliz Páscoa naquele espaço de tempo para todo mundo e ele não fazia isso.*

THAIS – *Como foi?*

CARLA – *Nós chegamos para almoçar na minha mãe, o Ricieri falou assim: “eu não vou beber porque eu trabalho à noite”. Daí ele veio pra casa, era umas quatro da tarde, aí sempre dia de Páscoa, a gente faz uma sobremesa, aí ele falou assim, “leve que eu vou descer com o pessoal para comer depois”. Sempre, como era costume, se tem comida pra um, tem para toda a tropa, para equipe inteira. Aí eu trouxe, daí nós chegamos ele estava saindo pra trabalhar, daí eu e minha filha chegamos, tomamos banho, eu deitei, ela também deitou, e assim a gente apagou, apagou assim, a gente dormiu dez e pouco, num sono só. E daí, como durante a semana um caminhão bateu em um poste ali perto do batalhão, foi muito estranho, aquele caminhão assim, do nada, parece que se perdeu na rotatória e bateu em poste. Nossa, aí ficou a parte de trás do batalhão inteiro sem luz, e aqueles estouros eles pareciam assim de foguetes. Aí a Kallyne me acordou: “Mãe, você está ouvindo isso?” Eu falei, estou, mas eu achei que era foguete, ela falou, será que é o poste? E daí nisso a nossa cachorra já estava louca, latindo muito. Aí eu fui eu olhei pela janela, nisso eu vi um carro chegando na vizinha. Eu falei: “Kallyne é uma surpresa ali porque o carro veio de ré na garagem dela, um blazer preta”. Eu fiquei esperando abrir o porta-malas e sair aquela musiquinha de surpresa de aniversário, assim que fazem, daí chamam o carro de som, né? Quando eu fixei e olhei direito, eu me afastei da janela, falei, Kallyne, tem homem encapuzado e gente armada, é o “Novo Cangaço”. Ela falou, “como assim? Meu Deus do céu”. E nisso, minha filha levou a cachorra para o quarto, ela estava se jogando na porta desesperada e com medo porque era muito tiro. Daí nisso eu mandei mensagem para o Ricieri, “oi, tá no Batalhão? Como ele não me respondeu, eu peguei o telefone para ligar. Comecei a ligar, daí eu saí e fui no banheiro, a Kallyne falou: “mãe, dá um tempo aí porque eles vão ver a luz do celular”.*

THAIS – *Eles estavam ali em frente, cercando toda a quadra?*

CARLA – *Sim, e eles de fato enxergaram a nossa casa. Quando eu fui no banheiro ligar, foi o momento que a viatura do CHOQUE virou, se eu não tivesse ido no banheiro eu e a Kallyne iríamos acabar vendo a hora que eles atiraram na viatura e seria mais desesperador porque eu não sei o que seria capaz, porque ele estava de serviço no dia, não me respondia e*

nem atendia o celular. Foi por Deus que a gente não viu, foi Deus que tirou eu dali para pegar o celular para ligar no banheiro e foi Deus que tirou a Kallyne pra ver a cachorra. Dali a pouco os tiros cessam, aí aparece um caminhão, esse caminhão eu falei, “pô louco esse cara passou nos tiros, aí o cara vem, entra ali, embica o caminhão no portão do Batalhão aí ele desce e joga um galão de combustível, ateia o fogo e sai correndo e a gente assistindo tudo, tudo, tudo. Nisso a viatura saiu, a gente não viu, mas ele já estava baleado e nós não sabíamos. Daí depois que começa a notícia no grupo do WhatsApp que tinha um policial do choque baleado, daí chegou o pessoal do choque, eu perguntei pra um deles, ele falou, a princípio o Bonato tá com um tiro na perna, mas tá bem, ainda eu falei, ufa, ainda bem que é a perna, pior se fosse a cabeça.

THAIS – *Você falou?*

CARLA – *Sim... Sem saber que ele já estava com um tiro na cabeça. E daí as mulheres de outros policiais me mandando mensagem, e daí eu conversando bastante com uma que o esposo dela estava de serviço, ela falou que não conseguia conversar com o Rodrigo. Eu falei, viu não saía de casa, por nada. Aí abandonei o celular porque era muita mensagem, daí quando resolvi pegar o celular de novo, ela me ligando, eu atendi e só nos avisaram que precisávamos ir para o hospital. Eu já tinha passado por isso em 2001, quando ele teve um acidente de viatura. Então, daí, você já sabe, precisa que vá para o hospital.*

Dali eu liguei o automático... depois de uns meses, quando a dor veio, eu estava ali assim, sentindo a dor que dominava. Quando você está com o emocional abalado você chora e dorme. Daí eu acordei uma noite, entrei no banheiro e estava doendo aqui, estava assim... A perna esticava e o braço não ia, peguei o carro sozinha e fui buscar ajuda.

THAIS – *Você é uma guerreira!*

CARLA – *Teve um dia também, uma noite que meu filho passou muito mal, por volta das 4 horas da manhã, ele entrou no quarto muito mal, só deu um grito e falou que estava com muita dor no peito e colocou a mão no peito e se virou na cama suando... isso depois dessa situação. Eu coloquei ele no carro e fomos para o hospital.*

THAIS – *Você foi racional no momento que precisava. E o que ele tinha?*

CARLA – *Crise de ansiedade. Daí nesse dia ele não falou ainda. Não falou nada. Na outra semana deu de novo, só que ele começou a dar muita ânsia. Daí quando chegamos lá, ele*

falou para a gente conversar, e eu senti que ele estava... estava precisando falar porque estava tudo guardado e ele não aceitava o que tinha acontecido. Pensei comigo, eu vou ter que ser a ajuda pra ele, sempre que ele cair eu estou junto dele porque assim, querendo ou não, eu acho que indiretamente eu ainda sou um suporte.

THAIS – *Não tenho dúvidas que sim.*

CARLA – *Eu precisava que eles fossem fortes também, eu não poderia proteger eles de tudo. Mas era assim, o Ricieri era protetor. Outro dia tinha um almoço do batalhão, independente de discussões ou qualquer desentendimento entre a gente, a família ia, onde vai um, vai tudo. Ele dizia: “vamos todos sim, vai ter uma final do jogo do pai, o pai quer que vocês vão, vamos todo mundo”. E sempre foi assim, sempre.*

Não tem uma farmácia, mas só com receita e esses outros que eu compro agora, custam R\$92,00 por mês, é bem mais tranquilo comparado aos de antes e o efeito colateral desses outros aqui é bem mais tranquilo, porque na época do acontecido, eu perdi 18 quilos. Mas depois eu fui melhorando, mas como disse, a cabeça também ajuda, né?

THAIS – *Sim. E a sua filha Kallyne, ela ficou por aqui um tempo?*

CARLA – *Na época ela ainda morava com a gente.*

Falei para mim, foi ruim, só que eu não vou nem falar para a senhora que eu imagino a sua dor porque eu não imagino. Não tem nem como comparar dor de uma esposa com a dor de uma mãe que perdeu um filho. Não tem como comparar. Mas eu peço para a senhora pelo amor que a senhora tem por ele, vamos passar por isso juntas.

Na sexta-feira de manhã, a gente veio, pousamos no hospital, eles até conseguiram lá numa sala, que tem reuniões, conseguiram para gente pousar lá. Mas tivemos as melhores notícias, eu e a mãe dele entramos para ver ele. Nossa, ele tava bem assim... mas me veio uma sensação ruim, para mim, aquilo foi a pior coisa do mundo. Daí que eu fiquei mal. Sabe assim... Eu olhava assim nele e parecia que ele ia abrir o olho. Porque ele ficou entubado desde o fato...

THAIS – *Então na sexta ele saiu?*

CARLA – *Não, na sexta ele tava bem... Na UTI mesmo. Mas ele ficou entubado o tempo inteiro, ninguém conversou com ele mais desde o ataque. Só que eu olhava nele e tinha uma impressão que ele tava forçando pra abrir o olho. Aí eu ouvi que a Kallyne entrou também e falou assim, “meu Deus, mãe, o pai está tão bem”.*

THAIS – *Como foi depois disso?*

CARLA – *Então a médica falou para nós que às 20 horas gostaria de conversar comigo para passar sobre o quadro clínico dele, porque poderia ser que conforme a cirurgia que ele teve na quarta-feira, no sábado ele fosse para o quarto. Daí a gente veio pra casa tomar um banho eu capotei, deitei na minha cama e desmaiei. De repente quando eu acordei tinha um monte de mensagem, falei “mãe, estão ligando no hospital, que é pra nós entrar lá, a doutora vai estar lá”. Então nós fomos, chegamos lá, a doutora falou: “então foi aberto um novo protocolo, foi feito o primeiro exame e ele deu negativo, deu negativo para a vida. Mas como a gente fez na quarta-feira e foi fechado para fazer o segundo, então a gente crê nisso também”. Que é normal, ela explicou assim. Ela falou, vocês querem subir e ver antes de sair o segundo resultado? Com certeza que queremos.*

Eu vim te liberar se você for partir. Se for por nós, não fique. Com certeza você já conversou com o homem em cima, com Deus. Ele já falou como ele vai devolver você para nós. Então, se você não ficar por aqui, você está seguindo o teu caminho. Nós ficamos, mas se for por nós, não fique. Está doendo te ver nessa situação.

Tanto que eu falei com todas as palavras. Eu estou liberando você também da sua partida. Não fique por nós, você já fez tudo por nós. E depois disso, a Kallyne também começou a conversar com ele, e nisso nós olhamos na porta do doutor. A Kallyne falou assim, “doutor o que está acontecendo?” Daí ele falou, “paz... se 1% das famílias tivessem isso no leito de morte, os pacientes não sofreriam tanto” ... O segundo resultado também deu negativo para a vida.

Eu olhei bem no doutor fui e segurei na mão do Ricieri e falei assim, “não tenha pressa não bem, amanhã você dá a resposta porque precisa fazer mais dois exames, né? Pegue tua bolacha trakinas, tua coquinha e suba agora, converse bem com Deus de novo.” Peça pra ele fazer o melhor pra você, amanhã nós conversamos.

No sábado fui para o hospital, seis horas da manhã, todo mundo, meu Deus, qual será que vai ser o resultado de hoje? Daí o pessoal da saúde, que quando acontece isso vem o pessoal de Curitiba-PR, do psicólogo, eles estavam conosco desde o momento, desde a hora que eles souberam que ele estava internado, eles vieram, daí, eu falei assim viu, eu só não quero ninguém perto de mim até sair o resultado, a Kallyne e o Rithi também não. Eu vim no hospital e fiquei na lagoa das lágrimas. Eu fiquei lá no canto do hospital, lá fora, eu de um lado, o meu filho lá no banco e a minha filha lá no outro. Eu coloquei música. Canto de igreja, do padre Gilson que eu gosto muito, assim: “Eu seguirei... eu irei aonde fores senhor... tua graça me basta, teu amor me sustenta...”.

THAIS – *Ele vive nas memórias, nas coisas. Aquelas coisas são dele?*

CARLA – *São sim, as memórias vão sempre permanecer em cada um, e os objetos são o de menos, ele foi doador de órgãos, então todos os órgãos que puderam ser utilizados, foram.*

No dia do enterro dele, eu recebi a bandeira... de repente aquele helicóptero sobrevoando, na verdade o helicóptero foi sobrevoando todas as viaturas acompanhando o cortejo, ele ficou assim, bem mais próximo de nós, aí todo mundo começou a olhar para cima e do nada começam a cair pétalas de rosas de tudo que é jeito...

A gente tinha a nossa cachorra que era muito apegada a ele, na segunda-feira, nós levamos... Antes de ele ser enterrado, a cachorra foi para lá para se despedir dele. E a cachorra era assim, se ela viesse aqui, ela derrubava a mesa, ela derrubava tudo, era muito espantada. E quando nós chegamos lá, parece que ela entendeu. Ela foi perto do caixão, ela ficou de pé com as patinhas assim, cheirou a orelha dele, deu duas lambidas no rosto, não teve um polícia que estivesse ali que não se emocionou. Daí desceu, deitou um pouco e depois saiu como se tivesse entendido o recado.

THAIS – *Eu já vi isso em filme.*

CARLA – *A gente só vê isso em filme... e parece que vivi um filme. Mas daí o que que aconteceu? Ela entrou em depressão, ficava o tempo todo parece que procurando ele, até que em um sábado às 10h30 da manhã, que inclusive foi bem no horário que o cérebro do Ricieri faleceu, a cachorra saiu correndo para rua e um caminhão atropelou ela, nisso eu fui pegar ela esperando até o veterinário chegar, o pessoal do trânsito já tinha dado um apoio ali... aí*

do nada um senhor que eu nunca vi na vida passa na hora e diz “Foi o seu marido que veio buscar ela, olha os dois correndo lá em cima, ele estava muito sozinho”, o senhor parecia estar embriagado... Aí a Kallyne me liga e fala “Mãe, por favor, não se desespere, não se culpe, sabe o que eu estava pensando? Foi o pai que veio buscar ela, porque eles não se largavam.

REFLEXÕES FINAIS

“As palavras com que nomeamos o que somos, o que fazemos, o que pensamos, o que percebemos ou o que sentimos são mais do que simplesmente palavras.”

Jorge Larrosa

Uma entrevista é muito mais do que um simples conjunto de perguntas e respostas ou uma seleção conveniente de falas que favorecem o pesquisador. Ela é uma construção conjunta com o entrevistado, que compartilha, dentro de seus limites e escolhas, aquilo que pode ser exposto publicamente. Trata-se de uma oportunidade valiosa para contar histórias, humanizar trajetórias e revelar sujeitos — como os policiais militares — para além do uniforme. Eles não são apenas profissionais que arriscam suas vidas; são pessoas com vínculos sociais, que têm famílias, são pais, mães, filhos e filhas.

Para que o entrevistado não se reduza a uma fonte de dados, é fundamental dar atenção genuína ao que ele comunica, acolher suas experiências e pontos de vista com autenticidade. Ignorar as falas que vão além das perguntas previstas seria empobrecer o processo e torná-lo incompleto. Por isso, recomendamos a leitura integral das entrevistas, disponíveis nos anexos, pois elas carregam uma densidade que ultrapassa o que é apresentado no corpo do texto.

Acreditamos ter cumprido com o que nos propusemos. Ao final, o tema específico da pesquisa se tornou quase secundário diante da riqueza humana expressa nos relatos. Cada entrevistado contribuiu livre e espontaneamente, a partir de suas vivências práticas, oferecendo ensinamentos valiosos — inclusive para a própria pesquisadora — sobre os desafios e possibilidades da segurança pública no Brasil. O processo de escuta envolveu não apenas compreender o que foi dito, mas também captar as expressões, os silêncios, os sentimentos e as nuances por trás das palavras.

Ainda há muito a aprender, tanto com os que participaram quanto com aqueles com quem o diálogo não foi possível neste momento. Apesar de este ser um capítulo final, ele não

encerra o assunto. Muitas reflexões ainda poderão emergir a partir deste trabalho, e certamente diversos aspectos ficaram por abordar ou foram apenas brevemente mencionados. Esta pesquisa passou por transformações desde sua concepção inicial, moldada pelas mudanças do tempo e da própria História. Ela é, portanto, o resultado possível de um percurso construído coletivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno denominado “Novo Cangaço” pode ser compreendido a partir de três dimensões principais: discursiva, normativa e cotidiana. No plano discursivo, o termo é amplamente utilizado por mídias, autoridades e pesquisadores para descrever ações criminosas violentas e coordenadas contra bancos e instituições financeiras, especialmente em cidades do interior do país. Esse discurso mistura elementos históricos — comparando com o cangaço do final do século XIX e início do XX — com um sensacionalismo midiático que reforça a imagem de um país dominado pela violência.

Há, ainda, narrativas que relativizam o antigo cangaço como fruto da desigualdade social da época, ao passo que, no caso do “Novo Cangaço”, predominam discursos voltados à repressão estatal. É possível perceber esse movimento também na recepção pública, que atualiza o termo e o dissemina nas redes sociais e nos meios de comunicação, mesmo que sua aplicação não corresponda fielmente às dinâmicas do crime organizado contemporâneo.

No aspecto normativo, o “Novo Cangaço” desafia o sistema de segurança pública e as políticas de repressão ao crime organizado. Apesar da legislação brasileira prever punições para crimes como assalto a banco, porte ilegal de armas e associação criminosa, a atuação dessas quadrilhas revela as fragilidades estruturais das forças de segurança. Torna-se evidente a necessidade de marcos legais mais específicos e de estratégias operacionais mais eficazes, adequadas ao enfrentamento desse modelo sofisticado de criminalidade.

No cotidiano das populações atingidas, os impactos são profundos e duradouros. A experiência direta da violência — com uso de reféns como “escudos humanos”, explosões, tiroteios, fugas e mortes — intensifica o sentimento de medo, insegurança e desamparo. Os efeitos não se limitam ao episódio imediato: incluem fechamento de agências bancárias, retração econômica e desvalorização dos espaços urbanos, o que pode agravar a exclusão social e, paradoxalmente, alimentar novas formas de criminalidade se não houver políticas eficazes de prevenção e repressão. Assim, o “Novo Cangaço” não pode ser entendido apenas como uma

questão de polícia, mas como reflexo de dinâmicas sociais, históricas e econômicas mais amplas.

Este trabalho buscou contribuir para a compreensão desse fenômeno no Brasil, com foco nos ataques a instituições financeiras. Ao abordar o tema sob a perspectiva da História Pública, foi possível resgatar nuances históricas, sociais e contemporâneas que envolvem a violência organizada e suas implicações no espaço público. A análise destaca o papel da mídia, da legislação vigente e das narrativas de indivíduos diretamente afetados — vítimas, policiais e moradores das cidades sitiadas — revelando a complexidade desse tipo de crime e suas reverberações sociais.

O estudo também evidencia como o termo “Novo Cangaço”, embora inspirado no cangaço histórico nordestino, reflete práticas criminais que, na verdade, pouco têm em comum com aquele contexto. A violência de hoje está mais relacionada à sofisticação logística e ao poder bélico das quadrilhas do que a qualquer romantismo histórico. A utilização do termo, portanto, revela-se imprecisa. A comparação entre o cangaço tradicional e sua apropriação contemporânea pelo crime organizado permite perceber como essas ações transformam o espaço público em cenário de medo, como ocorre nas práticas conhecidas como Domínio de Cidades.

Além disso, a pesquisa aponta a urgência de se fortalecer as estratégias de segurança pública, tanto por meio da qualificação das ações policiais quanto pelo investimento em tecnologias de prevenção e resposta rápida. A efetividade do combate a esse tipo de crime também passa por políticas públicas bem estruturadas e por um aparato jurídico capaz de lidar com uma criminalidade que transcende fronteiras locais e exige respostas articuladas em múltiplos níveis.

Ao trazer a segurança pública para o centro do debate social, este trabalho contribui para ampliar o campo da História Pública, tornando-o mais acessível e significativo para diferentes públicos. O enfrentamento do crime organizado e do Domínio de Cidades exige esforço conjunto e coordenado. A integração entre as forças de segurança, somada ao uso inteligente de tecnologias e estratégias preventivas, pode aumentar a eficácia das ações e mitigar os impactos da violência no país.

Por fim, este trabalho não se pretende apenas como um registro acadêmico, mas como um convite ao diálogo e à construção coletiva de soluções. Que sociedade e agentes públicos caminhem lado a lado na formulação de respostas mais humanas, eficazes e comprometidas com a preservação da vida — para que a barbárie não se torne parte naturalizada do nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de. Apresentação. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- AQUINO, Jânia Perla Diogenes de. **Performance e perigo nos assaltos contra instituições financeiras**, 2008.
- BACCI, Claudia; OBERTI, Alejandra; SKURA, Susana. La vitalidad del testimonio. Acerca de la experiencia del Archivo Oral en Memoria Abierta. *Cambios & Permanencias*, v.1, n.20, p.102, 2012.
- BBC NEWS BRASIL. Ataque em Araçatuba: criminosos fazem cidade refém em ação do 'Novo Cangaço'. Londres, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58389173>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- BETINI, Eduardo Maia; TOMAZI, Fabiano. **COT: Charlie, Oscar, Tango**. Por dentro do grupo de operações especiais da Polícia Federal. São Paulo: Ícone, 2018.
- BETTINI, Eduardo Maia. **Mamba negra: O combate ao Novo Cangaço**. Cascavel/PR: Alfa-Con, 2020.
- BORGES, Caroline. Mega-assalto a banco em Criciúma completa 1 ano com investigações em sigilo, 10 presos e 2 foragidos. G1, Santa Catarina, 29 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/11/29/mega-assalto-a-banco-em-criciuma-completa-um-ano-com-investigacoes-em-sigilo-10-presos-e-2-foragidos.ghtml>. Acesso em: 13 fev. 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 10 jan. 2024.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares (orgs.). **História pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019.
- CAUVIN, Thomas. A ascensão da história pública: uma perspectiva internacional. *Revista Nupem*, Campo Mourão, v. 11, n. 23, p. 8-28, 2019.
- CHIAVENATO, Júlio José. **Cangaço: a milícia do coronelismo**. 2. ed. São Paulo: Noir Editora, 2021.
- CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. Terra ignota: Cangaço e representações dos sertões do Nordeste brasileiro na primeira metade do século XX. *Outros tempos*, v. 10, n. 15, [p.?], 2013. (Nota: Páginas não especificadas na fonte original).
- COSTA, Sérgio. Regimes de Coexistência Interétnica no Brasil e na Alemanha: Contribuições a um debate inexistente. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, [número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural], p. 235-259, 2012.

DA CRUZ, Lucas Benjamim Soares et al. **Novo cangaço**: o avanço do crime organizado e os impactos sociais da estruturação da criminalidade violenta. Belo Horizonte: Libertas Direito, 2022.

DA SILVA, Ludmila Catela. Conocer el silencio. Entrevistas y estrategias de conocimiento de situaciones límite. *Oficios Terrestres*, Facultad de Periodismo y Comunicación Social, [v.1], [n.10], [p.56], 2004.

DUTRA, Wesley Rodrigues. **Teses e valores constitutivos da imagem pública do cangaço e de Lampião entre 1876 e 1953**. 2022. Tese (Doutorado em Programa de Pós-graduação em Letras, Pau dos Ferros/RN, 2022).

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Tentativa frustrada de assalto em Confresa (MT) mostra a relevância das tecnologias de prevenção**. [S. l.]: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, [s.d.]. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/tentativa-frustrada-de-assalto-em-confresa-mt-mostra-a-relevancia-das-tecnologias-de-preven-cao/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FRANÇA, Lucélio Ferreira Martins Faria França (org.). **Alpha Bravo Brasil**: Crimes violentos contra o patrimônio. Curitiba: CRV, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

FRISCH, Michael. A história pública não é uma via de mão única, ou, de A shared authority à cozinha digital, e vice-versa. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História pública no Brasil**: sentido e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

GAZETA DO POVO. Novo cangaço: como a polícia do Paraná combate o crime que aterroriza o Brasil. *Gazeta do Povo*, [s.d.] 2025. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/novo-cangaco-como-a-policia-do-parana-combate-o-crime-que-terroriza-o-brasil/>. Acesso em: 13 jan. 2025.

GAZETA DO POVO. Terror em Guarapuava: PM esperava ação do "novo cangaço" e aplicou plano de contingência. *Gazeta do Povo*, [s.d.] 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/terror-em-guarapuava-pm-esperava-acao-do-novo-cangaco-e-aplicou-plano-de-contingencia/>. Acesso em: 13 jun. 2024.

GROSSMAN, Dave. **Matar**: um estudo sobre o ato de matar. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Denilson Luís Werle. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

JÚNIOR, Renato; FERRAÇO, Laurejan. **Guerra Federal**: Retratos do combate a crimes violentos no Brasil. 2. ed. Brasília: [s.n.], 2019.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre a experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LEIMGRUBER, Mônica Pinto (Org.). **Inteligência, Segurança Pública e Organização Criminosa**. Vol. 3. Brasília: Gráfica Movimento, 2023.

MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e história pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017). *Historia Crítica*, [v.1], n. 68, 2018.

MENESES, Djacir. **O outro Nordeste**: formação social do Nordeste. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1937.

NICOLAZZI, Fernando. **Aprender com a História?**: O Passado e o Futuro de uma Questão. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

NIETO, Patricia. Relatos autobiográficos de víctimas del conflicto armado: una propuesta teórico metodológica. *Revista de Estudios Sociales*, [v.?), [n.?), [p.?), 2010. (Nota: Volume, número e páginas não especificados na fonte original).

NUCCI, Guilherme de Souza. **Organização criminosa**. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

OLIVEIRA, Tarsis Barreto; SOUZA, João Victor Ribeiro de. O “Novo Cangaço”: enquadramento típico e desdobramento do fato criminoso à luz do ordenamento jurídico. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 9, n. 11, nov. 2023. (Nota: Páginas não especificadas na fonte original).

PEREIRA, Márcio José (org.). **História Pública**: entre conceitos, lugares e experiências. Maringá, PR: Edições Diálogos; Rio de Janeiro, RJ: ProfHistória, 2023.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Um novo olhar sobre o cangaço**. São Cristóvão/SE: Cadernos do Tempo Presente, 4. ed., jun. 2023.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Os cangaceiros**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

R7. Cidade sitiada: o ataque do novo cangaço em Araçatuba. São Paulo, 21 set. 2023. Disponível em: <https://estudio.r7.com/cidade-sitiada-o-ataque-do-novo-cangaco-em-aracatuba-21092023>. Acesso em: 20 fev. 2024.

RIBEIRO, Vinícius Ferreira. **A historiografia do cangaço revisitada**: três matrizes interpretativas. 2021. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – [Nome da Instituição], Morrinhos, 2021.

SAGREDO MAZUELA, Omar. De la memoria de las violaciones a los derechos humanos a la articulación de una plataforma para el estudio del pasado reciente: el Archivo Oral del Parque por la Paz Villa Grimaldi (2006-2018) y las políticas de memoria y patrimonialización. *Testimonios*, [v.1], [n.10], [p.110], 2019.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: SANTHIAGO, Ricardo; MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo (Org.). **História pública no Brasil**: Sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-36.

SANTHIAGO, Ricardo. **Que História Pública Queremos**: pode-se falar de uma História Pública Brasileira? São Paulo: Letras e Voz, 2018.

SANTOS, Leonardo Santana. **Novo Cangaco**: análise criminal. Salvador/BA: Ed. Do Autor, 2021.

SILVA, Raimundo Pires da; BÓ, Francinaldo Machado. **Manual de rastreamento de combate e enfrentamento a crimes ultraviolentos como domínio de cidades e novo cangaco**. Maringá: Viseu, 2024.

UCHOA, Romildson Farias. **Investigação Criminal contra Organizações Criminosas: Infiltração, Ação Controlada e Confisco Alargado**. São Paulo: Editora Jurídica OWL, 2024.

UOL NOTÍCIAS. Criminosos realizam ataques em Guarapuava (PR) em ação de "Novo Cangaco". [S. l.], 18 abr. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/04/18/criminosos-realizam-ataques-em-guarapuava-pr-em-acao-de-novo-cangaco.htm>. Acesso em: 15 jul. 2024.

UOL NOTÍCIAS. Varginha (MG): 26 mortos, mais letal novo cangaco. [S. l.], 5 nov. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/11/05/varginha-mg-26-mortosmais-letal-novo-cangaco.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 nov. 2024.

WENDLING, Humberto. **Sobrevivência policial**: morrer não faz parte do plano. São Paulo: Clube de Autores, 2021.

ANEXO



Ações do “Novo Cangaço”

ENTREVISTADORA – Thais Carraro, mestranda em História Pública, policial militar, 24 anos.

ENTREVISTADO – Subtenente José Aparecido Silva, Policial Militar do Estado do Paraná, Caveira e integrante do grupo ROTAM do 11ºBPM.

ROTEIRO/QUESTÕES NORTEADORAS

1. Iniciar a conversa com o entrevistado se apresentando, contando sobre si.
2. O que o senhor entende como “Novo Cangaço”? Sabe precisar quando esse termo começou a ser usado no meio policial?
3. O senhor já participou de algum confronto em sua carreira?
4. O senhor já participou direta ou indiretamente de alguma situação de assalto a banco ou transportadora de valores?
5. Como o senhor visualiza as ações desses criminosos? Quais os impactos para a população das cidades sitiadas?
6. Como o “Novo Cangaço” impacta a segurança pública?
7. Quais estratégias têm sido adotadas pelas forças de segurança para combater o “Novo Cangaço”?
8. Como os grupos criminosos tem se organizado para esses assaltos? Como atuam?
9. Como as forças de segurança poderá aperfeiçoar suas práticas para um combate eficaz a esses grupos criminosos?
10. Considerações finais a respeito do tema para encerrar.



Força, amizade e dever

ENTREVISTADORA – Thais Carraro, mestranda em História Pública, policial militar, 25 anos.

ENTREVISTADO – Cabo Rezende, PMPR, Choqueano.

ROTEIRO/QUESTÕES NORTEADORAS

1. Conte um pouco sobre si, sobre sua trajetória nas forças de segurança.
2. Como foi para você o dia 17 de abril de 2022 e a madrugada do dia 18? O senhor disse que estava uns dias fora da cidade em curso, é isso? Mais algum parceiro seu daqui também estava em curso?
3. Como ficou sabendo do ataque à cidade?
4. Aqui no Batalhão/pelotão de Choque os senhores trabalham mais aquartelados ou realizam o trabalho ostensivo com frequência?
5. Como se sentiu diante da situação em que os teus parceiros de trabalho enfrentaram e você não estava no dia?
6. Como foi o seu retorno do curso ao Batalhão de origem?
7. Casos de Novo Cangaço, assalto a banco e transportadora de valores, além das situações mais típicas de Domínio de Cidades que vem ocorrendo, já haviam sido discutidas alguma vez, antes da situação aqui?
8. Já houve alguma simulação de Novo Cangaço e Domínio de Cidades aqui em Guarapuava?
9. Houve algum tipo de mudança no que se refere a atuação dos senhores após essa situação? Porque pelo que tenho notado, foi algo inesperado no nosso meio, ninguém imaginava uma atuação desses grupos em uma cidade do porte de Guarapuava. E os senhores agiram com excelência na busca desses indivíduos, contribuindo com a recuperação dos veículos usados pelo grupo, apreensão de armamentos e etc.
10. Como o senhor acredita que deve ser um combate eficaz a esses grupos criminosos? O que deveria mudar ou ser acrescentado nas práticas policiais? É possível frear os avanços desse tipo de criminalidade?



Ações do “Novo Cangaço” em Araçatuba-SP (2020)

ENTREVISTADORA – Thais Carraro, mestranda em História Pública, policial militar, 24 anos.

ENTREVISTADO – Allan Sardi de Lima, ex-agente da Guarda Municipal de SP e atual Policial Militar do Estado do Paraná.

ROTEIRO/QUESTÕES NORTEADORAS

- 1.** Em que ano e cidade ocorreu a ação do "Novo Cangaço" que o senhor presenciou?
- 2.** Quais foram os principais alvos dos assaltantes nessa ação?
- 3.** Como os assaltantes agiram para dificultar a chegada de reforços policiais de outras cidades?
- 4.** Que tipo de tecnologia avançada os criminosos utilizaram para planejar a fuga?
- 5.** Qual era o principal objetivo dos assaltantes ao disparar constantemente e usar reféns nos veículos?
- 6.** Houve alguma fatalidade ou feridos entre civis ou policiais durante o confronto?
- 7.** Além dos tiroteios, que outros dispositivos perigosos foram deixados pelos criminosos na cidade?
- 8.** Qual era a sua função na Guarda Municipal de São Paulo na época e que ordens foram dadas à Guarda durante o ataque?
- 9.** O que a investigação da Polícia Federal revelou sobre o poder aquisitivo e o treinamento dos criminosos envolvidos?
- 10.** Antes dessa ação, Araçatuba já havia sido alvo de um ataque semelhante? Se sim, o que aconteceu?



Ações do “Novo Cangaço”

ENTREVISTADORA – Thais Carraro, mestranda em História Pública, policial militar, 24 anos.

ENTREVISTADO – Soldado Teixeira, Policial Militar do interior do Estado do Paraná.

ROTEIRO/QUESTÕES NORTEADORAS

- 1.** Iniciar a conversa com o entrevistado se apresentando, contando sobre si.
- 2.** O que o senhor entende como “Novo Cangaço”? Sabe precisar quando esse termo começou a ser usado no meio policial?
- 3.** O senhor já participou de algum confronto em sua carreira?
- 4.** O senhor já participou direta ou indiretamente de alguma situação de assalto a banco ou transportadora de valores?
- 5.** Como o senhor visualiza as ações desses criminosos? Quais os impactos para a população das cidades sitiadas?
- 6.** Como o “Novo Cangaço” impacta a segurança pública?
- 7.** Quais estratégias têm sido adotadas pelas forças de segurança para combater o “Novo Cangaço”?
- 8.** Como os grupos criminosos tem se organizado para esses assaltos? Como atuam?
- 9.** Como as forças de segurança poderá aperfeiçoar suas práticas para um combate eficaz a esses grupos criminosos?
- 10.** Considerações finais a respeito do tema para encerrar.



Entrevista com especialista em Direito Penal

ENTREVISTADORA – Thais Carraro, mestranda em História Pública, policial militar, 24 anos.

ENTREVISTADO – Fernando Oliveira de Paula, Advogado criminalista.

ROTEIRO/QUESTÕES NORTEADORAS

- 1.** Como a ausência de tipificação legal específica para o "Novo Cangaço" afeta a aplicação da justiça e a percepção pública?
- 2.** A legislação penal vigente (roubo qualificado, organização criminosa, etc.) é eficaz para combater o "Domínio de Cidades", ou apresenta lacunas?
- 3.** As alterações do Pacote Anticrime (maior pena para armamento restrito e homicídio de policiais) já reduziram a ocorrência do "Domínio de Cidades"?
- 4.** Que medidas específicas tornariam mais eficaz o confisco de bens criminosos, mesmo quando ocultos em nome de terceiros?
- 5.** Quais outros fatores, além das lacunas legais, contribuem para a ineficiência da persecução penal e a reincidência nesses crimes?
- 6.** O senhor propõe penas mais severas e menos benefícios. Qual o maior desafio para a aprovação e implementação prática dessas mudanças?
- 7.** Quais as maiores dificuldades do Ministério Público para comprovar envolvimento em esquemas de lavagem de dinheiro ou Domínio de Cidades?
- 8.** A distinção entre competência estadual (bancos privados) e federal (Caixa Econômica Federal) cria desafios na investigação e julgamento?
- 9.** Como a falta de uma tipificação específica para o "Novo Cangaço" afeta a segurança jurídica para o acusado e para a sociedade?
- 10.** Na sua opinião, qual seria a medida legislativa mais urgente e de maior impacto para desestimular e prevenir o Domínio de Cidades?



Da ROTAM ao BPFロン: A trajetória de um Policial Militar na linha de frente

ENTREVISTADORA – Thais Carraro, mestranda em História Pública, policial militar, 24 anos.

ENTREVISTADO – Cabo Garcia, Policial Militar do Estado do Paraná.

ROTEIRO/QUESTÕES NORTEADORAS

- 1.** Iniciar a conversa com o entrevistado se apresentando, contando sobre si.
- 2.** Seu nome completo? Idade? E quando ingressou na Polícia Militar do Paraná? Poderia contar um pouco da sua trajetória enquanto policial militar?
- 3.** Qual a diferença de trabalhar em um grupo tático do tipo ROTAM e agora em um batalhão de Fronteira, no BPFロン?
- 4.** Você sabe se o BPFロン já atuou em alguma situação de Novo Cangaço ou Domínio de Cidades?
- 5.** O senhor já participou direta ou indiretamente de alguma situação de assalto a banco ou transportadora de valores?
- 6.** Como o senhor visualiza as ações desses criminosos? Quais os impactos para a população das cidades sitiadas?
- 7.** Como as ações de grupos criminosos do estilo assaltantes de banco, impacta a segurança pública?
- 8.** O Domínio de Cidades, ele tem uma característica totalmente diferente. São organizações criminosas diferentes que buscam especialidades. Você tem noção de como é feito isso?
- 9.** Como os grupos criminosos tem se organizado para esses assaltos? Como atuam?
- 10.** Como as forças de segurança poderá aperfeiçoar suas práticas para um combate eficaz a esses grupos criminosos?



Entrevista com Carla, esposa do Policial Militar Ricieri

ENTREVISTADORA – Thais Carraro, mestranda em História Pública, policial militar, 24 anos.

ENTREVISTADO – Carla, esposa do Terceiro Sargento PM Ricieri.

ROTEIRO/QUESTÕES NORTEADORAS/QUESTÕES ABERTAS

- 1.** Iniciar a conversa com a entrevistada se apresentando, contando sobre si.
- 2.** Como foi a madrugada do dia 17 para você?
- 3.** E como foram os dias depois do ocorrido?
- 4.** A sua família teve algum amparo depois dessa situação?
- 5.** Quem foi o Sargento Ricieri?

Mudança na Legislação? Seria a Solução?

Entrevista com o advogado Fernando Oliveira de Paula, especialista em Direito Penal, Processo Penal e Direito Penal Militar

Contextualização: A presente entrevista foi conduzida com o advogado Fernando Oliveira de Paula, especialista nas referidas áreas, com o objetivo de discutir aspectos jurídicos relacionados a crimes contra o patrimônio, especificamente o fenômeno popularmente denominado "Novo Cangaço" e o Domínio de Cidades.

THAIS – *Como o senhor avalia o “Novo Cangaço” e o Domínio de Cidades à luz da legislação penal brasileira?*

FERNANDO – *Esses crimes envolvem a prática de atos violentos, incluindo assaltos a instituições financeiras, bancos e transportadoras de valores. Entretanto, não há uma tipificação específica para tais condutas no ordenamento jurídico brasileiro. O enquadramento legal ocorre com base em dispositivos já existentes, como o roubo qualificado (art. 157, § 2º, do Código Penal), formação de organização criminosa (Lei 12.850/2013), sequestro e cárcere privado (art. 148 do CP), dano ao patrimônio (art. 163 do CP), crimes contra a paz pública (art. 286 do CP), extorsão (art. 158 do CP), disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei 10.826/2003) e tentativa de homicídio (art. 121 c/c art. 14, II, do CP).*

A nomenclatura "Novo Cangaço" foi difundida por matérias jornalísticas, mas juridicamente não existe legislação específica que regule essa prática. A competência para julgamento varia conforme o alvo do crime: se a infração envolver um banco privado, como o Itaú, a jurisdição será estadual; caso envolva uma instituição financeira pública, como a Caixa Econômica Federal, a competência será federal (art. 109, IV, da Constituição Federal).

THAIS – *O senhor já atuou na defesa de algum indivíduo acusado de envolvimento direto ou indireto nesse tipo de crime?*

FERNANDO – *Sim. Atuei na defesa de um acusado em São Paulo, denunciado pelo Ministério Público, onde o termo "Novo Cangaço" foi utilizado, mas sem qualquer previsão legal específica. Nesse caso, a majorante aplicada decorreu do uso de armamento restrito, conforme previsto no Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019, que alterou o art. 16 da Lei 10.826/2003). Além disso, a nova legislação majorou o crime de porte e posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, aplicando em dobro a pena prevista no caput do artigo 157 do Código Penal, quando o delito for cometido com esse tipo de armamento.*

A Lei 13.964/2019 também prevê aumento de pena nos casos em que o crime for cometido contra agentes de segurança pública, como policiais civis e militares, conforme o artigo 121, § 2º, inciso VII, do Código Penal, estabelecendo penas mais duras para homicídios cometidos contra esses profissionais em razão de sua função.

O cliente em questão era motorista e possuía patrimônio de herança. No curso da investigação, o Ministério Público alegou que esses bens eram provenientes de lavagem de dinheiro (Lei 9.613/1998). No entanto, foi imputado a ele o crime de receptação (art. 180 do CP), uma vez que o veículo que conduzia era objeto de roubo, uma vez que as outras acusações não foram comprovadas pelas autoridades judiciais. Ele também foi acusado de posse ilegal de arma de fogo (art. 12 da Lei 10.826/2003). A tipificação penal foi realizada com base na legislação vigente, sem um enquadramento específico para o chamado "Novo Cangaço".

THAIS – *Como avalia a Legislação Penal nesse contexto?*

FERNANDO – *Defendo que a legislação deve ser aplicada de acordo com seus preceitos legais. Se um crime prevê pena de 5 a 10 anos, por exemplo, e o condenado recebe uma pena superior ao máximo legal, trata-se de uma injustiça. A segurança jurídica é essencial para evitar arbitrariedades.*

Entretanto, uma das falhas do sistema é a dificuldade em identificar e apreender bens oriundos de atividades criminosas. A lavagem de dinheiro e a ocultação patrimonial são estratégias comuns nessas organizações. Uma legislação mais eficaz deveria prever o confisco de bens adquiridos com recursos de origem criminosa, independentemente da titularidade formal.

A impunidade também é um fator que fomenta a reincidência. No caso dos assaltos em modalidade "Novo Cangaço", um criminoso pode obter vultosos montantes, que são posteriormente lavados e reinvestidos em novas atividades ilícitas. A ineficiência da persecução penal nesses casos incentiva a continuidade da prática criminosa.

Uma solução viável seria a previsão de penas mais severas e a redução de benefícios processuais para crimes violentos cometidos por organizações criminosas. Por exemplo, se houvesse um dispositivo que impusesse pena mínima de 15 anos para esses crimes, com cumprimento integral de pelo menos 50% da pena antes da progressão, além da apreensão e leilão imediato de bens, isso poderia atuar como um freio ao crime organizado.

A jornada de um policial militar paranaense no operacional

Conversa com o Subtenente da Polícia Militar do Paraná, José Aparecido Silva

Contexto: Sala da ROTAM do 11º BPM – Campo Mourão-PR, entre documentos antigos, histórias, memórias e reflexões.

THAIS – *Gostaria que o senhor falasse sobre sua trajetória até agora enquanto policial militar.*

J. SILVA – *A minha trajetória... Então, quando eu entrei na polícia, fiz o curso de formação, me formei e daí eu estagiei igual a todos. A gente sai do curso de formação e vai estagiar. Eu estagiei um pouquinho no trânsito e depois eu já fui para o grupo. Criou-se o GOE (GRUPO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS). Na época, não era como é hoje. Foi criado um outro grupo, que era para auxiliar as equipes de Rádio Patrulha. Era como se fosse a patrulha rural, que foi criado para prestar apoio. Porque antigamente, os crimes que ocorriam aqui na nossa área de atuação, eram em sua maioria na área rural. Era mais roubo de trator, defensivos agrícolas, roubo de gado. Daí criou um grupo para combater esse tipo de crime. E daí fomos trabalhar ali, mas em seguida já se criou o Grupo Especializado no Batalhão, com a vinda do então na época Tenente Goldoni, que era da área de Cascavel, e ele já tinha criado o GOE lá em Cascavel. Chegando no 11º BPM, a primeira coisa que ele fez, selecionou alguns policiais que ele achava que tinha um perfil e criou o GOE e daí eu tive a oportunidade de ir, de lá para cá eu não saí mais.*

THAIS – *Aqui desde então?*

J.SILVA – *Isso, desde então, aqui foi criado em 1996, daí permaneceu três anos com essa nomenclatura, então o Grupo Especializado da Capital passou a questionar a doutrina dos grupos do interior, o fardamento, o colete tático e padronização de viaturas. Havia uma resistência por parte dos grupos da Capital que o interior desenvolvesse “Operações Especiais” eles não aceitavam sequer que nós utilizássemos o colete tático. Aí chegou um coronel lá de Curitiba e disse: “Peraí, todos somos policiais iguais, se eu quiser, todo mundo vai usar camuflado ou todo mundo vai usar panamá”. E fez o quê? Mandou pintar as viaturas no interior de cinza e colocar RONE (RONDAS OSTENSIVAS DE NATUREZA ESPECIAL). Daí chamavam a gente de RONE genérica, porque eles não aceitavam. Imagina ter RONE no interior. O nome RONE sempre foi muito forte e respeitado. E ficamos atuando como RONE no interior em torno de uns 4 anos ou um pouquinho mais porque foi até 2004, que mudaram a nomenclatura para rotam (rondas ostensivas tático móvel), isso em nível de paraná, desde 2004 criou-se a rotam e permanece até hoje, 20 anos de ROTAM mas eu estou no grupo desde a época que era GOE . Incorporei na PMPR em 1995, eu tenho 32 anos e meio de serviço,*

mas porque eu contei minhas licenças especiais e o meu tempo de serviço militar, eu contei um ano e dois meses de exército e mais duas licenças e meia e daí já estou indo para os finalmente... mas assim, dentro desse período eu também tive a oportunidade de trabalhar na fronteira, em outros grupos que foram criados na PMPR (ÁGUIA, FEPE, FORÇA ALFA) e tive a oportunidade de fazer parte da FORÇA NACIONAL e conhecer grande parte do nosso país, inclusive oportunidade ímpar de trabalhar nas OLIMPÍADAS E PARAOLIMPÍADAS em 2016.

THAIS – *Como foi sua experiência?*

J. SILVA – *Fizemos parte do primeiro efetivo que deu origem ao BPFRON, na época chamou-se Força Alfa. Antes disso, eu trabalhei no Grupo Águia. O Grupo Águia foi um grupo que foi criado para combater os assaltos às rodovias, roubo de cargas, mas principalmente os assaltos à ônibus, que ocorriam muito na nossa região. No ano de 2005, eu estava já no Grupo Águia, aí eu fui fazer o curso de Inteligência Policial, foi um curso específico que só podiam fazer quem era da área de inteligência e o Águia pertencia à área de inteligência. Em 2006 eu passei no Curso de Operações Especiais (um dos cursos mais difíceis de se concluir no âmbito militar) com muita perseverança consegui concluir o curso e voltei para o meu grupo. Depois em 2012, passei no CDC (CURSO DE CONTROLE DE DISTÚRBIOS CIVIS). Então, já se foram 12 anos depois que passei no curso de operações de choque.*

THAIS – *O senhor fez o curso considerado mais difícil dentro da Polícia Militar que é o Curso de Operações Especiais (COESP).*

J. SILVA – *Sim, o COESP é considerado o curso mais difícil no meio militar tanto nas polícias ou nas forças armadas de todo o mundo. Na época fomos em 02 policiais do nosso batalhão, eu e o Sargento Iori. Nós já estávamos com 35 dias de curso se eu não me engano, quando em um exercício de subida na corda o Sargento Iori caiu de uma altura de 6 metros e fraturou três vértebras. Ele tem três vértebras de titânio na coluna, infelizmente não conseguiu concluir o curso. Depois deste curso, o CDC foi tranquilo em vista do COESP.*

THAIS – *Ficou a lembrança...*

J. SILVA – *Muitas lembranças, boas, ruins e até inusitada. Eu sempre trabalhei de pedreiro, mesmo antes de entrar para PMPR, para você ter uma ideia, eu e outro policial o Sd. Gonçalves reformamos a sala de aula para podermos começar o nosso CFSD na época. Onde é o COPOM hoje, haviam algumas celas, onde os policiais que praticavam transgressões cumpriam penas e eu era soldado e trabalhava de pedreiro no batalhão, aquelas portas de blindex que ali estão, foram colocadas por mim, então Sd. Aparecido. Uma Lembrança de uma situação inusitada aconteceu no comando de um Major que hoje é Ten. Cel aposentado, então*

como eu disse desde que eu era soldado, eu trabalho de pedreiro no batalhão, daí veio esse comandante pra cá, e daí viu que eu sabia trabalhar de pedreiro e mandou a gente reformar a casa dele. E nós fomos pra reformar. Só que daí surgiu o curso da Força Nacional, aí a gente pediu pra ele autorização para fazer o concurso, era uma novidade e não achávamos que iríamos fazer o curso e já ficar na Força Nacional. Fizemos o concurso, eu, o cabo Luz e o Sgt. De Paula. Passamos, os três. Terminamos o curso. O curso que era para ser aqui no Paraná, mudaram, foi lá para a Luziânia (GO), cidade satélite de Brasília, mas pertence a Goiás. Mas é bem na divisa com Brasília. De lá já distribuíram nós. Eu fui parar lá em Rondônia. Em Ariquemes. Operação Defesa da Vida. Eu e o Luz. Na época, Soldado Luz. E o De Paula também foi para Rondônia. Só que ele ficou na capital e foi trabalhar na construção da usina Salto segredo do Rio Madeira em Porto Velho.

THAIS – *Quanto tempo o senhor ficou na Força Nacional?*

J. SILVA – *Eu fiquei um ano e um mês. Aí retornando, voltei para o grupo novamente. Todas as vezes eu saí do grupo foi para ir trabalhar fora ou para fazer os cursos, não cheguei a desligar do grupo, a não ser quando eu fui para a Força Alfa, eu me desliguei do grupo, voltei, fiz um estágio novamente e voltei para a ROTAM. Quando eu fui para o Grupo Águia, o comandante do GOE na época que me levou, porque ele foi comandar o Grupo Águia, terminou o Grupo Águia, eu tinha oportunidade de ir trabalhar em outro local, inclusive todos que saíram do Grupo Águia, podiam escolher para onde queriam ir trabalhar. A maioria que trabalhavam comigo, foram trabalhar na Polícia Rodoviária Estadual, eu retornei para o meu grupo do qual sempre pertenci.*

Então, a minha trajetória toda na polícia, eu passei no grupo. Tive essas saídas momentâneas, esporádicas, porém, para trabalhar em grupos também, considerados especializados como era o grupo Águia. Depois fui lá para a fronteira que foi o Embrião que criou o BPFRON e daí eu retornei definitivo para OPM e resolvi que estava na hora de fixar raízes. Quanto aos lugares mais significantes que eu trabalhei, acredito que foi na Força Nacional. Na verdade, a Força Nacional foi criada para dar uma sensação de segurança para aqueles locais mais conflagrados, que estavam com mais dificuldade. Quando eu fui para Rondônia, trabalhei na Operação Defesa da Vida, mas o local que me senti mais realizado profissionalmente foi no Mato Grosso do Sul, na Operação TEKHOHA, foi o melhor lugar, trabalhávamos com comunidades indígenas.

THAIS – *Por quê?*

J. SILVA – *Então, primeiro sobre Rondônia. Quando nós chegamos lá em Ariquemes-RO, a média era de 35 homicídios por mês. Foi, nossa! Por isso que o nome da operação é a Defesa*

da Vida. Imagina Ariquemes-RO é uma cidade do tamanho de Campo Mourão-PR e uma característica bacana é que todos os municípios ficam 50 quilômetros um do outro. Mas voltando o assunto.... a Força Nacional chegou, começou a trabalhar e logo chegou o Resultado... Caiu lá embaixo o número de homicídios. Daí nós ganhamos três vezes seguidas como policiais destaques, por se destacar nas ocorrências e o nosso patrulhamento dar resultado. Tanto é que o coronel comandante do batalhão onde prestávamos serviço não queria que a gente saísse de lá. Mas a Força Nacional tem essa característica. A rotatividade. De Ariquemes fomos para Alto Paraíso, outra cidade de Rondônia, bem próximo ao Garimpo Bom Futuro, ali também trabalhamos bastante. Então chegou à determinação de troca do efetivo e eu fui alocado para o Mato Grosso do Sul. Fomos eu e o Luz, porém o Luz foi para outra missão ...eu fui trabalhar nas aldeias indígenas. No caso saímos de Rondônia e outra equipe foi pra lá. No caso a equipe do Sargento Esquerdo. Daí a gente saiu de lá e a equipe do Esquerdo foi.

THAIS – *Eu achei que vocês eram da mesma equipe.*

J. SILVA – *Não, eu fui uma turma antes e ele foi depois, só que ele permaneceu 12 anos. Daí eu vim trabalhar no Mato Grosso do Sul, o melhor lugar que eu já trabalhei. Eu vim trabalhar com os índios, eu nunca tinha tido a experiência de trabalhar com indígenas, é uma realidade bem diferente. Quando os povos indígenas gostam de você é muito bom, tanto que a Força Nacional entrava nas aldeias tranquilamente. Eu trabalhei na aldeia Te'yí kue, era a Operação TEKOHÁ. Eu trabalhei nas aldeias Te'yí kue, Jaguapiru e Bororó. As três aldeias que eu fazia patrulhamento. Aí eu fiz amizade com o cacique responsável. E, poxa, nossa, eu ia lá, eu comia com eles, eu já estava aprendendo a falar a língua deles.*

THAIS – *Que legal! É muito interessante essa troca de experiências, cultural mesmo.*

J.SILVA – *Sim. A gente tem uma ideia muito errada do índio, dos povos indígenas, que o índio é vagabundo, que o índio é preguiçoso, Não. Tudo isso foi incutido por nós. Lá em Dourados tinha uma outra etnia, que trabalhava na lavoura, os mais ricos que tem naquela região ali dentro da aldeia lá, você via colheitadeira de última geração, falando assim, isso aí parece uma coisa absurda, né? Porque o índio tem que viver lá no meio do mato, claro que não! Ele vive onde ele quiser.*

THAIS – *Bem diferente do que algumas pessoas imaginam, uma visão errada das coisas, normalmente porque não conhecem.*

J. SILVA – *Bem isso. Outra época minha fora do grupo foi nas Olimpíadas, que também foi uma experiência ímpar porque o que eu conhecia do Rio de Janeiro era apenas pela televisão, e daí eu fui para trabalhar... E nas Olimpíadas ainda. E daí quando a gente vê e ouve*

falar na televisão dos absurdos que acontecem lá, um dos absurdos que eu presenciei, quando nós chegamos lá foi o seguinte: o comandante da operação foi lá e negociou com o comando do tráfico da comunidade, chamada Gardênia Azul, para que nós pudéssemos entrar lá para fazer a refeição e comprar o básico, então assim, nós não podíamos andar armados. Uma das exigências deles, eles falaram o seguinte, a gente não quer os policiais armados, eles não podem mexer com as mulheres aqui da comunidade, não podem procurar encrenca com os membros da comunidade, tirando isso aí, a gente podia ir em qualquer lugar dentro da Comunidade Gardênia Azul. E daí a gente saía da nossa base lá, atravessava um riozinho, íamos desarmados. Na Força Nacional há policiais do Brasil inteiro, no primeiro dia nós estávamos numa comunidade lá, nós estávamos em 7 mil policiais no mesmo local. E daí, um policial lá de Roraima colocou no GPS, a rota da Arena onde ele trabalharia. Arena eram os locais que tirávamos serviço nos jogos, aí esse policial de Roraima colocou no GPS e este direcionou a viatura para o complexo da Maré, as viaturas da Força Nacional eram da mesma cor das viaturas do BOPE, quando ele adentrou na comunidade, os traficantes acharam que era o BOPE, atirou na viatura e matou o policial, tinha 22 anos. Nisso saíram os 7 mil policiais revoltados querendo fazer justiça com as próprias mãos, os comandantes não deixaram, conhecendo a realidade, mas os comandantes não conseguiam segurar a tropa. Como eu tinha um curso de operações especiais, eu fui para a companhia de pronta resposta, que reúne os policiais que têm um curso de operações especiais, e de operações de choque. Aí eu fui para a especializada e a gente foi lá para o complexo da Maré. Eu me lembro que a gente, eu até comentei isso na escola de vocês, a gente conseguiu progredir três quadras dentro do complexo da maré. E nisso um policial estava em cima de uma laje, um sniper da Polícia Federal, que tinha entrado antes, falou para nós, “Parceiros”, onde vocês estão indo, a gente levou um susto. O capitão Camilo, que estava conduzindo a nossa patrulha se assustou também. O Policial Federal estava lá em cima da laje e falou para nós. E nós lá embaixo, achando que estava fazendo uma conduta de patrulha perfeita. Ele falou assim, vocês vão todos morrer. Esse ponto que eu estou aqui é um ponto que a gente tomou mais cedo. Mas era para estar um sniper deles lá, do crime. E daí a gente retornou. Eu falei, poxa vida, eu vim para cá para trabalhar e agora quase perco a minha vida. Então assim... o Rio de Janeiro é um local diferente. A polícia de lá é diferenciada.

Aí voltei em 2016 voltei para o grupo de novo, ah esqueci de contar da outra parte, em 2013 quando nós fomos para lá e o comando aqui ficou muito bravo porque nós abandonamos a obra. Nós estávamos reformando a casa dele. Mas não foi culpa nossa. A gente foi fazer o curso e de lá já deram o destino para nós. Quando nós retornamos para o batalhão, ele veio

receber nós no meio do pátio e já veio chamando nós de traíra, eu, o Luz e o De Paula, que a gente abandonou ele, que eu não sei mais o quê. Eu falei, não senhor, nós também não sabíamos como seria na Força Nacional depois do curso.

THAIS – *E a obra?*

J. SILVA – *Então, quando eu cheguei já tinham terminado a obra.*

J. SILVA – *Já era o terceiro carro forte que eles faziam... Você vê, um milhão de reais no ano de 99. Era muito dinheiro.*

THAIS – *E foi em qual rodovia?*

J. SILVA – *Ali na ponte do Rio Ivaí. Entre o engenheiro Beltrão ali.*

THAIS – *Onde comumente acontecem muitos assaltos dos piratas do asfalto.*

J. SILVA – *Pois é. Eles atravessaram um caminhão na ponte e daí pararam a Dakota deles e ficou atravessada, parou o carro forte no tiro, inclusive tem na reportagem, um senhorzinho lá ele estava vindo do Seasa eu consegui achar e ele foi ferido com um estilhaço porque quando eles pararam a Dakota e esse caminhão, a Kombi já estava vindo, eles ultrapassaram o carro forte antes de entrar na ponte. Aí eles ficaram na frente do carro forte. Foram os primeiros a parar.*

THAIS – *Você vê como que tudo foi planejado.*

J. SILVA – *Pois é. Daí o senhor da kombi levou um tiro, o filho dele levou um tiro de raspão e os bandidos acabaram pegando o carro forte ali. Então passou um tempo do assalto e acabamos apreendendo um caminhão suspeito e levamos para o destacamento. Passou horas, o motorista do caminhão insistindo em falar que era inocente e estava no Paraná para comprar óleo queimado, até um dos integrantes da equipe olhou embaixo do caminhão e descobriu o fundo falso. Então foram presos e a gente trouxe esse povo aqui para o batalhão. Conversa daqui conversa dali. Ele pegou e falou assim, “a gente não vai ficar preso”.*

THAIS – *Foram dois, no caso.*

J. SILVA – *Não, todos que estavam dentro do caminhão. E mais os outros. Porque foi assim, no primeiro dia, foram esses aí do caminhão. Tanto é que tem uma foto, essa primeira foto aqui, foi lá, no meio do mato ainda, está em cima da viatura. Essa aqui é a ponto 30, que é uma quase semelhante a essa daqui. E essas daqui, cadê a munição dela? Aqui, olha. Isso aqui era a munição dela. Era aquelas de cita. E daí, olha para você ver, olha. É bastante ar-*

ma. Mas, assim, o importante dessa ocorrência. O cara falou que eles não iam ficar presos. Tanto é que teve, na época, a mulher de um deles era professora da USP, para você ter uma ideia. E um desses eram professores. Ela era professora no curso de Direito ainda. Aí tá, passou-se um tempo, nós tínhamos dois policiais nossos aqui, que eram o Sd. Vilas Boas e o Cabo Barco, se envolveram em uma situação e foram afastados das funções, ganharam na justiça e retornaram para as funções, porém em Curitiba e estavam tirando serviço lá em Curitiba, o último dia de serviço do Sd. Vilas Boas. Naquela época a gente não tínhamos colete, não tínhamos arma individual cautelada. Eles estavam passando serviço quando ele tirou o colete e a arma para passar o serviço, lá em Piraquara, os caras tomaram de assalto o caminhão de lixo que entrava dentro do presídio, deixaram os caras amarrados, pegaram os uniformes, entraram lá em Piraquara, bem na hora da passagem do serviço.

THAIS – *Eles já tinham tudo planejado.*

J. SILVA – *Tinha planejado. A quadrilha desse povo que a gente prendeu aqui. Entrou lá, atirou no Sd. Vilas Boas, um tiro de 6,35 acertou e ele morreu com um tiro de 6,35 no último serviço dele, desse povo foi uma ocorrência que marcou a nossa área teve uma repercussão muito grande.*

THAIS – *O senhor falou em um momento que tinha um fundo falso no caminhão, era isso?*

J. SILVA – *Isso. Eles construíram uma casa dentro do caminhão-tanque, com sistema de ventilação e tudo.*

THAIS – *E quanto mais ou menos o dinheiro?*

J. SILVA – *Era um milhão de reais, um milhão de reais que eles estavam trazendo. Então, assim, por isso que eu falo, tudo isso começou antes, os crimes violentos que nós tínhamos eram esses. E assalto à rodovia. Depois, mais carro forte. Depois eles vieram para a cidade, mas aí tem outra modalidade.*

THAIS – *O que eles faziam?*

J.SILVA – *Eles pegavam, descobriam quem era o gerente do banco, geralmente tinha o gerente e o subgerente, eles sequestravam alguém da família dos caras e obrigavam os caras a abrir o banco mas daí já era um roubo mais ameno, não tinha tanta violência, até que a gente chamava de crime de “sapatinho” que era o cara mais tranquilo, daí evoluiu passou-se a pegar e de repente eles invadiam a cidade já de dia mesmo ou vinham à noite e maçaricava os cofres e daí já não precisava do gerente, era por conta. Daí depois, evoluiu para o domí-*

nio de cidades em si. Esse termo “Novo Cangaço”, que eu também não concordo, quem deu esse nome aí, esse termo, que até então é um termo que até valoriza eles, foi a própria polícia que deu esse termo de Novo Cangaço. Devido lá à situação do Lampião, que na verdade o Lampião, por muitos, é tido como herói, mas o cara sempre foi bandido. Eles o chamam de um Robin Hood, mas não tinha nada a ver. Porque o Lampião tocava horror nas cidades onde ele passava. E daí que deram esse termo aí de Novo Cangaço. Mas o termo correto mesmo é Domínio de Cidades e crimes violentos contra o patrimônio.

THAIS – *Vi que a nossa POP está mudando para crimes contra o patrimônio.*

J. SILVA – *Sim, mas você pode ver que na primeira POP ainda tem Novo Cangaço, que é um termo ali que muitos estão batendo em cima, que mude mesmo porque isso daí só valoriza mais os caras. Eles se sentem os novos cangaceiros.*

THAIS – *Sim, é isso que pretendemos discutir no trabalho, é meio que fazer esse contraponto, trazer bem essa discussão mesmo. É isso que eu quis dizer.*

J. SILVA – *Padrão. Assim, de ocorrência nossa, aí depois nós tivemos vários, teve um momento conturbado aqui na nossa região, não era meio que domínio de cidade, mas de explosão mesmo, de caixa eletrônico.*

THAIS – *Ah, teve nas cidades pequenas? Eu conversei com Teixeira e ele me relatou uma situação que aconteceu lá em Nova Cantu.*

J. SILVA – *Sim, eu estava de serviço no dia. Minha equipe foi lá. Ele estava apavorado, ele estava em choque.*

THAIS – *Como que não? Você trabalha sozinho, pensa, uma cidade muito tranquila, daí acontecer um negócio desse, não é algo que a gente espera.*

J. SILVA – *Essas situações só ocorrem se tiver apoio de dentro da cidade.*

THAIS – *Para entender como é o funcionamento.*

J. SILVA – *Muitas dessas situações, nós tínhamos agentes do estado envolvidos. A gente não conseguiu provar. Mas ali em Araruna, por exemplo, nós tivemos umas quatro ou cinco ações ali e informações de que agentes do estado estavam envolvidos. Ali em Janiópolis, nós pegamos também uma ocorrência, eles foram pra fazer um assalto. Eu até passei pra vocês, durante a escola, de uma foto de um cara que ele não sabia manusear Calibre 12, levou um tiro,*

falou assim, quando a gente pegou o cara: “você levaram sorte que a minha arma incidentou”.

THAIS – *Conhecimento é poder (risos).*

J. SILVA – *Bem isso. Ele estava com uma espingarda calibre 12, com câmara de 2, 3/4 de polegadas e usando a munição de 3 polegadas. No final chegou informação de agentes do Estado envolvido. A maioria dessas situações tem. Então teve várias aqui, a gente teve em Farol-PR.*

THAIS – *Farol já teve então?*

J. SILVA – *Já teve sim, a muito tempo e havia parente e agente do estado envolvido. Inclusive, o infrator ficou preso dentro do banco. E nós chegamos lá e pegamos ele. Entrou e não conseguiu sair.*

THAIS – *Como que não conseguiu sair?*

J. SILVA – *Ele tinha um apoio de um agente do estado. O indivíduo entrou e outro ficou do lado de fora cuidando, só que o banco acionou o alarme. Quando a gente foi pra lá, o comparsa abandonou o amigo.*

THAIS – *Ele estava em quantos lá?*

J. SILVA – *Estava em três, contando com o apoio do agente do estado. Naquela época nossa comunicação era muito frágil, não era digital como é hoje, qualquer um copiava nossa frequência, e copiaram pelo rádio que estávamos deslocando para a ocorrência e dois fugiram, ficando somente o indivíduo que não conseguiu sair de dentro do banco.*

THAIS – *Todos na mesma época assim? Em que período?*

J. SILVA – *Eram constantes. Na década de 90, para o final da década de 90, início de 2000, foi o auge. Tivemos uma outra ocorrência grave também. Então, voltando ao que eu estava falando, essas pessoas vão migrando. Então nós tivemos ali na região de Cianorte, Os irmãos Oliveira, não sei se vocês comentaram no simpósio dos irmãos Oliveira, é o mesmo que sequestrou o irmão do Zezé de Camargo e Luciano, lembra? Faz muito tempo, ocorreu um sequestro, que eles até cortaram a orelha do cara e mandou para a família, eram esses irmãos Oliveira, eles eram terror aqui nessa região nossa do Paraná, eles sequestraram o dono da Doriana, que era uma fábrica enorme de doce que tinha em Cianorte. E estavam envolvidos também naquele assalto ao banco, ali na região de Goioerê, onde teve uma falsa freira. Eles*

também estavam. Daí, depois, eles migraram dessa situação aí para carro forte e depois para empresas de valores, são os mesmos caras. Na nossa região aqui tinham três famílias, que eram os irmãos Schorges, Chumis e os Inglez, mas só que a tática deles, o nicho de mercado deles era assaltar ônibus. Tinha uma época aqui que chegava a passar 1.200 ônibus por noite aqui em Campo Mourão, no entroncamento. Eles pegavam de comboio de ônibus. E o pessoal, naquela época, não tinha essa situação de cartão, eles levavam dinheiro vivo para comprar lá no Paraguai, e eles eram extremamente violentos mesmo porque eu já peguei ocorrência com eles, nós chegamos lá no local, eles pegaram uma adolescente de 15 anos, foi lá no carro, tirou gasolina e falou, se não aparecer o dinheiro, a gente vai tocar fogo nela. Para a pessoa responsável dar o dinheiro.

THAIS – *As pessoas que iam para o Paraguai, não as que já estavam voltando?*

J. SILVA – *Então, era outra modalidade. Hoje é os piratas que atuam. Por quê? Com o advento do cartão e tal, eles não levam mais dinheiro. Não levam. Daí eles trazem a mercadoria de valor. Por isso que mudou o modus operante.*

THAIS – *Se bem que lá no Paraguai, não é só no dinheiro?*

J. SILVA – *Não. Eles aceitam. E a maioria vai e saca lá dentro também. Quem é que prefere? Porque lá tem taxa também. E isso é uma taxa grande no cartão. Mas aí os caras sacam lá dentro, quando chegam lá. Então a chance de ser roubada é bem menor. Então tem isso aí. Esses Schorges, eles migraram também. Eles ficaram muito tempo no assalto a ônibus. Teve alguns confrontos, dois irmãos acabaram perdendo a vida. Aí eles foram para Santa Catarina e foram para o roubo a carro forte. Então, no início foi para roubo a carro forte, depois foi para os arrombamentos bancários e depois que foi para o Domínio de Cidade. Mas são as mesmas pessoas, lógico, não todas, mas assim, sempre tinha alguns oriundos dessa esquadrilha, que já atuavam nesses outros tipos de crime.*

THAIS – *Eles já tinham alguma experiência e só deram continuidade.*

J. SILVA – *Contavam com a experiência adquirida em outras modalidades de roubos, além de darem continuidade também ao legado deixado por alguns membros das quadrilhas.*

THAIS – *E aqui em Campo Mourão-PR?*

J. SILVA – *Então a nossa região, a cidade de Campo Mourão, a gente é privilegiado por isso. Por quê? A geografia aqui não permite muitas vezes essas quadrilhas façam roubos nessas modalidades que mencionamos. Por exemplo, se vir fazer aqui uma explosão, a um caixa*

eletrônico, tivemos uma ocorrência, que foi lá naquele banquinho que tinha na prefeitura. E foram os amadores. Inclusive, nem conseguiram levar nada. Colocaram bastante explosivo, e o explosivo detonou demais. Parece que um também saiu ferido, é igual lá de Barbosa Ferraz, que um também saiu ferido que depois do confronto, na sequência ele até tentou fazer um preenchimento com feixe de espoleta.

THAIS – *Quem? O assaltante? Ele mesmo tentou fazer o preenchimento dele?*

J. SILVA – *Ele fez até o preenchimento, catou um tanto de espoleta Explosivo, você tem ideia?*

THAIS – *Você vê que coisa, né? Na hora...*

J. SILVA – *O cara para não morrer... Então, a nossa geografia, você vê, não permite... Você não tem muita... Não é que você não tem rota de fuga, você até tem, mas tem que conhecer muito bem a região e mesmo assim para você sair daqui da região, você vai ter que passar, por exemplo, se eu for fugir, sentido Curitiba, vai ter que cruzar, Luiziana, Iretama, então tem muitas forças de segurança perto uma da outra... Aqui, Ah, não, vou por Mamborê, pela área rural ou pela cidade também, se o cara não conhecer muito bem, se perde.*

THAIS – *Tem muita estrada, né? E nossos policiais conhecem bem.*

J. SILVA – *Sim. Lá em Guarapuava eles optaram de ir fugir da cidade pela estrada rural, se perderam, deram de frente com a porteira de uma fazenda que estava fechada. Para você ter uma ideia, nós fomos a primeira viatura do interior a chegar lá no apoio em Guarapuava.*

THAIS – *Eu fiquei sabendo, como que foi esse dia? Eu lembro que nós fizemos aquele simulado durante o período do CFP... Eu estava até relembrando esses dias que a gente fez aquele simulado que foi muito interessante, estava um dia frio, um dia muito frio. Assim, pra ter uma noção do que era aquilo.*

J. SILVA – *Eu vou te falar, o nosso simulado foi o melhor do Paraná. Tanto é que eu estava ali, lembra? Que eu fiquei, eu fui com a equipe e depois eu voltei para pegar vocês. Vocês estavam lá para fazer o feedback lá na Associação dos agrônomos.*

THAIS – *Isso, a gente foi lá para discutir como foi o simulado, os pontos que tínhamos que melhorar e os pontos que estavam suficientes. Eu lembro que nós auxiliamos bastante o pessoal, fechando as vias e orientando a população que se tratava apenas de uma simulação,*

muita gente que não tinha conhecimento ficou com um pouco de medo. Estávamos bem preparados.

J. SILVA – *Então, quando eu voltei lá nos Agrônomo, o comandante ali do CRPM estava saindo. Daí ele pegou e falou para o Cel. Pascoal, que o Coronel Pascoal iria assumir, ele não era ainda o comandante do CRPM, ele falou assim: “Pascoal, não quero saber, o de vocês tem que ser do mínimo igual como foi aqui em Campo Mourão”, e depois o Ratinho usou o nosso simulado na propaganda política dele, saiu ali a nossa foto, o nosso simulado, ele falando assim: “bandidos pensem duas vezes pra vir para o Paraná, porque aqui a PM está preparada”.*

THAIS – *Realmente, fomos referência.*

J. SILVA – *Então, aqui em Campo Morão, é difícil deles fazerem, porque eles não têm muita facilidade em sair. Os destacamentos são muito próximos e nós nos comunicamos o tempo todo. Então, assim, o risco de eles trombarem com alguma equipe é grande. E não é que, ah, não, eles vão ter poder de fogo maior. Mas as viaturas, a gente não vai ir para o embate. A gente só quer informação. Passou por aqui. Se eu sei que eles estão indo aqui por Araruna, por ex, eu vou acionar Tuneiras-PR, eu vou acionar Cruzeiro-PR, eu vou se comunicando e por aí vai indo. É isso que a gente quer.*

THAIS – *E acontece normalmente depois, né? A polícia não quer o confronto, mas vai preparada.*

J. SILVA – *Por isso que é importante você saber chegar no local e colher as informações. Muitas vezes compensa mais você perder ali um tempinho e colher informações que vão levar a eles. O cara sempre deixa o rastro. Isso aí não adianta, ele sempre deixa. Então, é mais viável você pegar uma informação do que de repente ir em cima. Porque esses caras, eles estão anos luz na nossa frente. Em estratégia, em armamento. Olha aí, ó. Estou falando em 99. Desde essa época. Olha as armas dos caras.*

THAIS – *Já estava assim, hoje estão se aperfeiçoando.*

J. SILVA – *Se você for ver hoje teve uma situação lá em Três Barras inclusive a gente estava discutindo no Simpósio que eu fui desse lá em Curitiba. O COE recebeu a informação que eles iam fazer no banco lá em Três Barras, e foram para lá, ficaram três dias esperando, você tem uma ideia, acharam uma torre e ficaram esperando. Espera, espera. No terceiro dia eles chegaram.*

THAIS – *Já tudo esperando.*

J. SILVA – *Sim, olha tem um vídeo interessante, um atirou, depois derrubou dois, o terceiro, eles acertaram e aí dali a pouco o cara levantou.*

THAIS – *Eu acho que eu vi o vídeo, ele entra no banco, daí volta.*

J. SILVA – *Acerta de novo três vezes, mas aí foram ver, ele estava com um colete balístico que você compra no Aliexpress, na Shopee, por 600 reais. E segura 7,62.*

THAIS – *Sub, a gente estava falando lá de Guarapuava, o senhor se recorda como foi aquele dia lá?*

J. SILVA – *Então, nós chegamos lá, nós somos os primeiros do interior chegar no local onde os carros foram abandonados, vimos os carros tombados, achamos as barreiras. Encontramos alguns os carros. Não conhecíamos a região, E a gente no desespero, querendo saber... Foi assim, nós chegamos, aí nós passamos por uma barreira, ali em Pitanga, o nosso Coronel conseguiu pegar um HT digital de um policial, porque nós não conseguíamos entrar na frequência de Guarapuava porque é outro Batalhão. Os policiais de lá já estavam no digital e nós ainda estávamos no analógico. Ai ele pegou o HT do policial, e falou “eu te devolvo depois”, daí já deu as orientações para o policial, “para uma carreta aqui, atravessa aqui e revista tudo quanto é carro”, porque nós tínhamos copiado que eles já tinham saído de lá e estavam vindo, mas eles estavam vindo para o lado de Pitanga ali, só que depois eles descobriam que eles vieram para o lado de Pitanga, mas chegou em Santa Maria do Oeste se não me engano, eles entraram. E daí, eles desapareceram. Então, nós fomos os primeiros a chegar lá e ficamos um tempão ali procurando e auxiliando no que fosse necessário.*

O assalto a agência do Sicredi em Nova Cantu-PR (2019)

Depoimento do policial militar do Estado do Paraná, Paulo Sergio Teixeira

Contexto da entrevista: Em uma manhã de 2024, por volta das 08:00 horas, deslocava com meu parceiro de trabalho daquele dia para Janiópolis-PR, quando durante o percurso, me lembrei de que ele havia topado em participar da dissertação com seu depoimento em uma situação em que ele estava trabalhando em Nova Cantu-PR no ano de 2019, quando houve um assalto a uma agência bancária da cidade. Diante disso, combinamos de que mais tarde falaríamos sobre esse dia.

THAIS – *Podemos iniciar lembrando como foi aquele dia, desde o momento que você assumiu o plantão.*

TEIXEIRA – *Naquele dia eu assumi serviço às 08:00 horas, nosso plantão era 24 horas, então das 08:00 horas às 08:00 horas. Eu assumi às 08:00 horas sozinho, trabalhei o dia inteiro, aí durante o dia teve uma situação com um motociclista lá que teve sua moto apreendida, eu prendi a moto dele aí ele me ameaçou por eu estar sozinho, que ele ia ver se eu era o “bichão” mesmo quando ele parasse do meu lado armado, aí diante dessa situação, foi solicitado a equipe de Roncador-PR para dar um apoio, aí eles desceram lá, aí a gente foi no local para resolver a situação, encaminhamos o indivíduo e o pai dele que também havia participado da ameaça para fazer um TCIP. Por conta disso, ficou meio acumulado a situação da apreensão da moto e tal, aí depois que o pessoal foi embora, os policiais do apoio foram embora, eu continuei o serviço, fazendo a apreensão e o recolhimento da moto. Quando foi uma 02:00 horas e pouco da manhã, eu peguei essa moto, o destacamento lá é de esquina né, aí tem o portão em uma rua e um portão na outra onde é guardado os veículos apreendidos. Eu tirei a moto do portão de cima, era umas 02:20 da manhã mais ou menos, atravessei com a moto para o outro portão, guardei a moto lá, aí nessa hora, o pessoal que foi para fazer o roubo ao banco já estavam cuidando já, aí eu guardei a moto lá, entrei para dentro do destacamento.*

THAIS – *Você não conseguiu perceber nada de diferente nesse momento?*

TEIXEIRA – *Não percebi nada. Na verdade, já tinha algum olheiro ali cuidando, só estava esperando eu baixar a viatura e antes disso eu tinha feito o patrulhamento, estava rodando com a viatura um pouco antes disso.*

THAIS – *A equipe de Roncador já tinha ido?*

TEIXEIRA – *Já tinha ido. O patrulhamento eu estava fazendo sozinho, o patrulhamento noturno. Aí depois que eu entrei no destacamento que fui finalizar o processo de recolhimento da moto, multas que foram aplicadas e tal, aí guardei a moto ali por volta das 02:20 horas já tinha alguém cuidando, eu entre para dentro do destacamento, tomei um banho e deitei para dar uma descansada, como eu estava sozinho, não tinha como ficar rodando a madrugada inteira sozinho. Aí quando foi 02:40 horas eu lembro que foi a hora que eu deitei... ah eu tinha uma namorada na época lá, que eu tinha combinado com ela de levar em Cascavel de manhã, aí eu lembro que eu olhei a hora e mandei uma foto do horário que eu estava indo descansar e por conta do horário que a gente ia ter que sair, então eu lembro que era 02:40 da manhã, aí quando foi 03:00 horas em ponto assim, questão de olhar do relógio e olhar*

assim certinho marcado, eu escutei um barulho na porta, a hora que eu escutei um barulho na porta, que lá no destacamento a porta dele é uma porta de lata, tem o vidro e tal mas não é blindex, é vidro mesmo, eu escutei um barulho na porta assim e na hora eu já despertei, eu nem tinha dormido ainda, eu tinha acabado de cochilar, aí eu peguei e levantei, sentei na cama e pensei “será que tem alguém na porta?” aí eu lembrei do piazão que tinha feito a ameaça, inclusive eu achei que fosse ele, ache que fosse ele na porta do destacamento, aí eu sentei na cama e ouvi uma conversa, eles estavam conversando na frente mas eu não conseguia entender o que eles falavam. Nesse momento, bateu, mexeram de novo no trinco da porta e deram uma bicuda na porta que dava para ouvir nitidamente assim, deram uma bicuda na porta e a porta do destacamento era bem frágil, aquela porta lá se desse uma bicuda nela ela abria fácil. Nessa hora, eu já me preocupei porque daí, tipo, estava ventando muito aquela noite, então era uma noite que estava ventando bastante e nisso entrou uma, tipo de um vento no destacamento e uma porta mexeu, sabe quando faz aquele barulho de porta se abrindo.

THAIS – *Sim, sei.*

TEIXEIRA – *Nessa hora, eu pensei “alguém entrou no destacamento”, só que daí eu fiquei quieto, bem nessa hora o plantão tocou, era ao guarda que cuidava do comércio local lá, aí o guarda me ligou e falou: “Teixeira, vão roubar o banco”, “Falei, cê tá brincando”, “Vão roubar o banco”, aí eu falei “Por que você está falando isso?”, “Tá cheio de homem com capuz na cabeça na cidade, com as armas”, aí eu perguntei para ele onde ele estava, aí ele falou assim “Tô atrás da loja do Jordão”, e a loja do Jordão ficava atrás do destacamento, aí eu falei “Zé, olha para mim se tem alguém na porta do destacamento porque eu acho que alguém entrou aqui dentro”, aí ele falou “não, eu não vou olhar porque eu estou com medo”, aí eu falei “Zé, olha para mim porque se não, não tem como eu sair daqui de dentro do destacamento”, aí ele saiu escondido, entrou debaixo de uma carreta que estava parada em frente à loja que era a carreta do dono lá e olhou na frente do destacamento e falou “tem dois caras na frente do destacamento com umas armas grandes na mão”, a hora que ele acabou de falar isso, eles deram a primeira rajada de metralhadora na frente do destacamento.*

THAIS – *Para cima?*

TEIXEIRA – *É, para cima. Aí na hora que eles deram essa primeira rajada, foi tipo um aviso porque o banco era na quadra de cima, na hora que eles deram a primeira rajada de metralhadora ali, aí começou a explosão, não deu 30 segundos começou a explosão, a explosão chegava a tremer o destacamento, aí nessa hora, aí o tiro comeu solto, era tiro para tudo quanto é lado, aí dava para ver que era tiro em cada ponto da cidade tinha alguém armado*

porque era muito tiro, era... dava para se ouvir tiro de metralhadora, tiro de fuzil, tiro de pistola, os caras estavam bem maquinado, aí, eu fiquei acuado ali, liguei para a Companhia, a companhia já repassou para o batalhão, o batalhão já entrou em contato comigo pedindo para se abrigar, que era para eu ficar de colete e abrigado, que era para eu tomar muito cuidado que se eles quisessem eles iam entrar no destacamento, para eu ficar com a pistola e os carregadores na mão, para eu me proteger, mas não tinha muito o que fazer ali.

THAIS – *Naquela época lá vocês não usavam arma longa? Não tinham a habilitação?*

TEIXEIRA – *Não, não tinha arma longa em Nova Cantu, não tinha cofre lá né, então não tinha arma longa. Aí eu fiquei... foi mais ou menos uma meia hora de tiro e o povo da cidade tudo ligando, ligando. Eu só falava para o pessoal “não acende a luz e não sai para a rua”, aí pouco tempo depois que o tiro estava comendo solto, um policial civil, estava na casa da esposa dele lá, e a esposa dele trabalhava em um outro banco e ele trabalhava para fora, nesse dia ele estava com ela, aí ele pegou e falou para mim, “eu vou descer ali”, aí eu falei “não desce, cara, não desce que os caras vão te pegar no meio do caminho”, aí ele falou “mas você está bem?”, eu falei “tô, tô abrigado”, aí ele pegou e esperou mais um pouco, aí nisso o COPOM ligou para mim, falou para eu ficar abrigado, aí eu fiquei no destacamento.*

THAIS – *Você foi orientado a ficar no destacamento então?*

TEIXEIRA – *Isso, fui orientado a ficar lá. O cara da Civil me ligou e eu falei para ele não ir no destacamento porque senão os caras iam render ele no meio do caminho e ia dar ruim, aí depois de uma meia hora mais ou menos, foi uma meia hora literalmente os caras dando tiro e fazendo todo aquele transtorno na cidade. Aí quando os tiros deram uma cessada...*

THAIS – *O celular do destacamento também não devia parar de tocar.*

TEIXEIRA – *Sim, todo mundo ligando, toda hora, o pessoal, imagina, cidade pequena, nunca ninguém se deparou com isso, aí alguns ligaram preocupados comigo, eu tinha muito conhecido naquela cidade, o pessoal ligava perguntando se eu estava bem, se eu estava abrigado, aí eu falava “tô bem, tô abrigado”, aí quando deu mais ou menos umas 3:20 ele ligou de novo, o policial Civil, falou: “Tô descendo”, eu falei “Cara, toma cuidado”, aí ele falou “não, eu vou a pé, eu vou me escondendo”, aí ele desceu e chegou na porta do destacamento, quando ele chegou no destacamento ele me ligou, falou “tô aqui na frente”, como eu vou saber que é você, aí ele falou “não, pode confiar, tem mais moradores aqui na frente”, aí eu saí lá, aí nós entramos na viatura, saímos do destacamento pela rua debaixo, fomos pelas ruas debaixo até chegarmos na avenida, aí a hora que chegamos na avenida, na frente do banco, o banco estava infestado de gente dentro do banco, bando de curioso, o pessoal que trabalha na Unitá.*

THAIS – *A científica deve ter amado.*

TEIXEIRA – *Sim, o pessoal, os funcionários que trabalhavam na Unitá, estava um monte gente dentro do banco, já tentando ver se achava dinheiro perdido. A hora que nós chegamos lá, já pedimos para todo mundo sair de dentro do banco, aí a gente isolou o local e ficamos aguardando as outras equipes chegarem.*

THAIS – *Nisso os assaltantes já tinham vazado?*

TEIXEIRA – *Sim, já tinham sumido tudo, e ali tem muitas estradas onde dá acesso para outros distritos. Na verdade Nova Cantu dá para você ir para Altamira do Paraná por dentro, para Roncador, para o Guarani que sai para Mamborê, então tem muita estrada que dá desvio ali. Aí foi feito o isolamento, acionadas as equipes táticas, durante o dia ali encontraram uma Tucson que foi abandonada pelos assaltantes, cheia de vestígios de munição e essas coisas.*

THAIS – *Armamento?*

TEIXEIRA – *Armamento não.*

THAIS – *Em quantos eles estavam?*

TEIXEIRA – *Não sabemos levantar, mas o serviço de investigação conseguiu deduzir que eles estavam em mais ou menos uns 13 ou 14 homens, é de se supor que estavam em uns 4 veículos.*

THAIS – *Eles chegaram a fazer pessoas reféns?*

TEIXEIRA – *Não. Mas eles atiravam em todos os cantos, para cima quando viam veículos, algum carro, eles atiravam para a pessoa recuar. Um ônibus da Unitá que estava levando o pessoal para o trabalho, eles abordaram e fez o ônibus recuar, o que estava na avenida principal do ocorrido. Eles abordaram, anunciaram o roubo e mandou o ônibus recuar, aí foi isso aí, depois o pessoal das equipes táticas chegaram, foi acionado o esquadrão antibombas, foi encontrado dentro do banco, depois mais seis dinamites sem explodir, olha o perigo que o pessoal da Unitá correu. Olha, foi uma noite de terror, literalmente uma noite de terror, uma noite tensa, que por trabalhar sozinho na época, acho que foi o único dia do meu serviço, até hoje, de oito anos de polícia, foi o único dia que eu temi pela minha vida mesmo, que eu achei que eu ia morrer, foi nesse dia. Por conta do susto né, porque assim, geralmente eles não vão no destacamento quando eles querem roubar banco, eles dão tiro, mas nunca chegam na porta, nesse dia eles chegaram na porta.*

THAIS – *E anunciaram que eles estavam ali ainda.*

TEIXEIRA – *Eles anunciaram que estavam ali, eles bateram na porta, e se eles entram ali dentro? Era uma porta de vidro, e se eles conseguem derrubar a porta e entrasse? Então foi*

o único dia que eu literalmente tive medo, pela minha vida eu tive medo, porque assim, você se sente como se fosse uma ovelha, se morrer acaba, você vai fazer o quê? Os caras entrariam com fuzil e metralhadora, você vai fazer o que com uma pistola? Nada, trabalhando sozinho ainda, nada! Mas graças a Deus estou vivo.

THAIS – *Amém.*

Ações do “Novo Cangaço” em Araçatuba-SP (2020)

Depoimento do ex-agente da Guarda Municipal de São Paulo e atual Policial Militar do Estado do Paraná, Allan de Lima Sardi

Contexto da entrevista: Em um dia em que eu trabalhei com meu colega de trabalho Sardi, tropeçamos de uma conversa e outra durante nosso patrulhamento em escala extrajornada, até que de um assunto pertinente ao trabalho policial começamos a falar sobre os casos de assaltos a bancos no nosso país, o que ficou popularmente conhecido como “Novo Cangaço”. De início percebi que o soldado Sardi poderia contribuir muito para um trabalho que desenvolvemos no mestrado em História Pública, assim, naquele momento perguntei ao meu colega de trabalho se ele gostaria de fazer parte da dissertação que eu estava desenvolvendo, ele topou na hora e assim eu parei a viatura, comecei a gravação do nosso diálogo e demos continuidade ao patrulhamento preventivo que realizamos até a madrugada. Cabe ressaltar que a qualquer momento poderíamos ser acionados para alguma ocorrência, que para além do diálogo e reflexão do nosso próprio campo de trabalho, também estávamos atentos ao que acontecia nas ruas. Para a nossa sorte, naquele dia a cidade estava muito calma.

SARDI – *Eles (assaltantes) tinham estourado o BAEP (Batalhão de Ações Especiais de Polícia) e os assaltantes estavam lá no centro da cidade e estavam roubando o banco, estavam pegando reféns e todos estavam com armas longas, só a polícia militar poderia participar da situação.*

THAIS – *E o treinamento que vocês tinham?*

SARDI – *A gente que era da guarda municipal só andava com o revólver, não tínhamos o treinamento, um preparo, igual a polícia militar de lá (PMSP – Polícia Militar de São Paulo), mas a guarda municipal ali do interior, não tem um treinamento, principalmente para conter esse distúrbio grande. E a ordem que foi dada para a guarda municipal, todos que*

estavam em patrulhamento era para encontrar um local para se resguardar, que não era nem para ir para a sede da guarda municipal.

THAIS – *Até porque poderia ser um ponto em que os assaltantes estariam.*

SARDI – *Sim, eles fecharam todas as áreas, então a gente ficou no bombeiro, estávamos próximos do corpo de bombeiros, a gente entrou ali e ficamos, os bombeiros apagaram as luzes, eles chegaram até passar na rua, estavam de camionete, estavam com reféns já em cima da camionete, reféns nos capôs.*

THAIS – *Então você chegou a presenciar tudo isso?*

SARDI – *Sim, nós presenciamos pelos vídeos que o pessoal estava mandando, aonde a gente ficou no corpo de bombeiros, três ruas era o centro, então deu para ouvir muito, muito... muita coisa deu para ouvir...*

THAIS – *Você lembra que ano foi?*

SARDI – *Foi no final de 2020, e foi a segunda situação desse tipo de crime que teve lá. Foi bem feio, aí eles estouraram, primeiro eles foram no foco que era a especializada que é o BAEP né, como se fosse a ROTAM aqui, aí eles cercaram o BAEP, começou a mandar tiro lá e eles tinham um bizu, deve ser informação vazada que, que metade da corporação do BAEP, estavam fazendo curso em Presidente Prudente.*

THAIS – *Ou seja o policiamento estava menor.*

SARDI – *Estava menor, tanto que os que estavam de folga não estavam lá, porque quando estão de folga, são acionados e aí tem que ir, então metade, tanto de folga quanto de serviço, foi quando eles foram fazer, acho que esse foi um ponto forte, o BAEP lá eles são muito bem equipados.*

THAIS – *Qual cidade foi mesmo?*

SARDI – *Araçatuba. E Araçatuba ali, olha como os caras são ligeiros, para demorar o atraso... para ter um atraso de reforço de outras cidades, eles fecharam todos os pontos, antes de invadirem o BAEP eles jogaram, assaltaram um caminhão, colocaram fogo no caminhão, no outro ponto para fechar a pista colocou fogo em um ônibus que eles pegaram também, então da onde poderia vim polícia de São José do Rio Preto eles fecharam, ali da parte de Penápolis, Birigui e Bauru eles fecharam também, então eles foram fechando e só deixaram aberto as estradas rurais, que foi por onde eles foram embora.*

THAIS – *Para dar fuga né.*

SARDI – *E antes de eles irem embora, dez minutos antes eles levantaram um drone para ver aonde estava o policiamento. Foi levantado um drone extremamente equipado para ver que pela inteligência lá, que depois foi possível identificar que eles montaram várias rotas de*

fuga, só que eles sabiam que muitas rotas de fuga não dariam para ir porque teria o policiamento, então eles arquivaram, levantaram o drone para ver onde poderiam ir embora.

THAIS – *Tudo esquematizado.*

SARDI – *Sim isso foi feito, quando falaram no rádio “vamos embora”, levantou o drone, deu uma espalhada lá e vazaram. E a todo momento, tipo, eles não foram lá para matar, para tirar, eles queriam só fazer barulho, espantar, o medo.*

THAIS – *Eles conseguiram pegar o que queriam?*

SARDI – *Conseguiram.*

THAIS – *Foi só um banco?*

SARDI – *A Caixa Econômica e o Banco do Brasil que eles conseguiram estourar, e eles a todo momento queriam meter o terror, era o fogo deles, eles estavam disparando, vários vídeos que a gente viu no momento da situação, não era que eles estavam trocando tiros com a polícia, teve troca de tiros com a polícia, contra o BAEP, que foi no centro, quando eles foram confrontar o BAEP no Batalhão, eles confrontaram e foram embora. Outra equipe deles já estavam metendo o terror no centro, aí depois o BAEP foi trocar tiro com eles, tanto é que um foi baleado e depois foi morto.*

THAIS – *E teve algum policial ferido ou não?*

SARDI – *Teve um policial ferido na situação na perna, mas não morreu. Teve um cara que quis bancar de jornalista, que gravou lá e tomou um tiro.*

THAIS – *Eu vi esse caso.*

SARDI – *O cara ficou gravando atrás do carro e tomou um tiro e morreu. Então os vídeos que a gente via a maioria era deles atirando para cima, para causar o terror e vários pontos do centro onde ficava os bancos eles colocaram bombas com celular, tanto é que no outro dia teve que vim o CHOQUE lá de São Paulo especializada para tirar e foram vários detonadores que o CHOQUE desativou. Um homem no outro dia, era umas seis da manhã, até a guarda municipal ajudou nesse dia para neutralizar as ruas para população não invadir o centro porque tinha vários dispositivos desses, um homem viu um celular na rua e foi lá e perdeu a mão, explodiu na mão dele, então assim, vários lugares eles colocaram dispositivos para a polícia, então o BAEP teve bastante dificuldade porque eles tiveram que fazer o adentramento, além da dificuldade para ver esses dispositivos por isso que muitos conseguiram correr, a polícia ali não tinha que tomar cuidado só com eles atirando, eles tinham que tomar cuidado com os dispositivos que poderiam estar nas ruas, então foi bem tenso a coisa. Aí depois a Polícia Federal realizou a investigação e pegou bastante gente, viu que muitos deles tinham poder aquisitivo muito grande para financiar.*

THAIS – *O poder aquisitivo era grande, provavelmente teriam envolvimento com tráfico de drogas e armas também, além de outros crimes.*

SARDI – *Os caras estavam de fuzil, por mais que são armas clandestinas, mas são armas caras de conseguir né.*

THAIS – *Sim e até mesmo essa empreitada, imagina a logística toda para assaltar um banco.*

SARDI – *Teve um drone! Isso em 2020 era raro, hoje é mais fácil você ter um drone, mas acesso a um drone para isso.*

THAIS – *E em tempo real tudo o que está acontecendo.*

SARDI – *Em tempo real, e eram pessoas que sabiam atirar, que sabiam o que estavam fazendo, os caras tinham treinamento para isso, sabiam o que estavam fazendo, não chegaram na cidade como um comboio, eles fizeram a coisa bem planejada que cada um foi chegando em um ponto certo da cidade, se comunicando e já foram pegando os reféns para polícia não atirar.*

THAIS – *Isso foi a noite ou foi de dia?*

SARDI – *Foi a noite, começou 23:40 horas, o BAEP foi estourado 23:30 horas e demorou mais ou menos uma hora, uma hora e meia para eles irem embora, eles tinham muita munição, muita... porque eles não paravam de atirar, não foi só uns tiros e pronto.*

THAIS – *Para causar terror mesmo.*

SARDI – *Eles foram para causar o terror, então acho que no entendimento nosso lá, deu a entender que eles queriam causar o terror para não ter tanta troca de tiro. Essa situação foi em um domingo e teve fim por volta das 01:40 da manhã quando foram embora. E todos os veículos que eles utilizaram tinha reféns nos capôs.*

THAIS – *Os veículos eram blindados?*

SARDI – *Não, acho que um ou outro, não todos. Mas todos tinham reféns no teto ou capôs.*

THAIS – *Imagina o trauma que isso pode causar nessas pessoas.*

SARDI – *Muito grande. Eles abandonaram os reféns em áreas rurais, uns acabaram caindo dos veículos, as vítimas, algumas tiveram que ser hospitalizadas. Foi bem tenso assim. E foi a segunda vez que teve, a primeira vez foi uma empresa de carro forte que eles explodiram.*

THAIS – *Eles conseguiram explodir ou foi só uma tentativa?*

SARDI – *Eles conseguiram... até um policial civil morreu na situação. Mas eu não me lembro se eles conseguiram levar muito dinheiro, tanto é que a empresa até mudou de local, foram para um local mais seguro.*

THAIS – *Você se lembra em que ano foi?*

SARDI – Quatro ano antes desse último ataque. O comando de lá concedeu uma entrevista dizendo que o fato desse grupo ter voltado lá, foi porque a primeira vez deu certo, imaginaram que voltariam outras vezes porque eles acharam falhas né, mas na época da primeira vez não tinha o BAEP em Araçatuba, só tinha a força tática. Os policiais de folga da RPA (radiopatrulha) de lá foram acionados, uns foram no bombeiro para pegar alguns equipamentos, arma longa, colete, eles foram combater também, outros conseguiram ir para o batalhão, mas lá o grupo conseguiu estourar o registro de força que fica próximo.

THAIS – O que seria o registro de força?

SARDI – O registro de força é o de energia, o batalhão ficou todo escuro, assim como foi feito da primeira vez. Na primeira vez não tinha BAEP, então eles chegaram primeiro no batalhão mesmo e estouraram a força de energia também, renderam com armas longas, avisou o comando que se a força tática saísse, eles iam matar todo mundo, tanto é que da primeira vez a força tática demorou para sair. O que foi o diferencial quando o BAEP foi implantado foi que eles não deixaram o BAEP no batalhão central, eles fizeram um batalhão próprio do BAEP, tipo o batalhão do CHOQUE daqui.

THAIS – Então o BAEP trabalha em situações de vulto?

SARDI – Toda situação de vulto eles que atendem, eles patrulham muito a noite, nas vielas lá, nas vilas onde o tráfico é comum. Eu lembro que todos os dias tinha umas três equipes com quatro componentes rodando e outros ficam sobreaviso.

THAIS – Devem participar de muitas operações.

SARDI – Sim, eles também não fazem só Araçatuba, mas toda a região, Birigui, Penápolis...O foco deles é Araçatuba, mas atendem toda a região. Se tem uma viatura em Araçatuba, outra estará em Birigui e assim por diante, são cidades de 100 mil habitantes, 130 mil.

THAIS – Você trabalhou lá como Guarda Municipal, certo? Qual a sua percepção da Polícia Militar de São Paulo para a nossa Polícia Militar do Paraná?

SARDI – Da Guarda Municipal eu consigo falar com um pouco mais de propriedade, fiquei dois anos e meio, pelo menos lá em São Paulo, aqui no Paraná eu vejo que os caras são mais padrão, pelo que eu vejo nos treinamentos. A maioria da Guarda Municipal de São Paulo não tem treinamento para lidar com o que a Polícia Militar de São Paulo e do Paraná lidam. E eu concordo porque muitas vezes a Guarda quer fazer o serviço da PM, a gente ficava bravo que o secretário cortava a gente, mas hoje como policial militar eu vejo, entendo um pouco melhor, que de fato a gente não tinha preparo nenhum para trocar tiro, para abordar, para resolver situação.

THAIS – Imagina se deparar com uma situação dessa né.

SARDI – *Exatamente. Não tem treinamento, e a maioria das guardas municipais de lá são assim, o pessoal quer trabalhar, mas eles não investem muito em treinamento, tanto é que o meu curso de formação da Guarda Municipal eu não aprendi metade do que eu aprendi aqui na Polícia Militar do Paraná.*

THAIS – *Quanto tempo de curso na Guarda Municipal?*

SARDI – *São quatro meses de curso. Então é muito diferente mesmo. Agora com relação a Polícia Militar, vou falar a partir do contato que tenho com policiais de lá. Eu não vejo tanta diferença, mas os equipamentos deles são melhores, não só a especializada, mas a RPA de lá, só que a forma de trabalhar nossa é diferente. Eu vejo que isso acontece devido a cobrança que nós temos aqui, a gente é mais cobrado. Não sei se é porque eu não estava lá dentro, mas estou falando como alguém de fora. Igual aqui, a gente vai em uma ocorrência de som alto, aqui temos que ir, lá às vezes eles mandavam a Guarda ir. Aqui a gente precisar fazer um trabalho mais redondo, então essa seria a diferença, só que lá eu vejo que eles são bem desvalorizados também.*

THAIS – *E no dia da Ação do Novo Cangaço a Guarda Municipal estava nas ruas?*

SARDI – *Sim, a Guarda e a RPA, não tinha nenhuma especializada. E quem diria em um domingo normal, onze e meia da noite ia acontecer o “foda-se”.*

THAIS – *Tipo hoje! (risos) domingo, nesse momento poderíamos ser acionados.*

Da ROTAM ao BPFロン: A trajetória de um Policial Militar na linha de frente

Contexto da entrevista: Uma tarde, duas xícaras de café, cinco horas de conversa e boas reflexões

THAIS – *Seu nome completo? Idade? E quando ingressou na Polícia Militar do Paraná? Poderia contar um pouco da sua trajetória enquanto policial militar?*

GARCIA – *Meu nome completo é Jefferson Peterson Garcia de Godoy. Eu tenho 34 anos. Já é um tempo de vida, já é um tempo de percurso. Quando eu entrei na Polícia Militar eu tinha 21 anos. Desde então, logo que eu entrei na polícia, fiz o curso em Maringá-PR e depois tive a oportunidade de escolher vir trabalhar em Campo Mourão-PR. Em meados de 2013 eu comecei meu estágio na ROTAM e lá fiquei por 11 anos até que eu saí para ir trabalhar no batalhão de fronteira agora. Então o meu cerne dentro da Polícia Militar foi de grupo tático. E assim eu desenvolvi todo o meu trabalho, tudo o que eu aprendi foi de grupo tático, podendo atuar no Paraná inteiro, eu viajei muito, fiz muita operação em todo canto do Paraná por*

conta do grupo tático. Estar num grupo tático me deu uma amplitude muito grande do que é a Polícia Militar. Eu mensuro a minha trajetória dentro da polícia com base na trajetória do meu pai, que também é policial, agora na reserva, mas que é um exemplo que eu tenho próximo a mim.

THAIS – *Qual a diferença de trabalhar em um grupo tático do tipo ROTAM e agora em um batalhão de Fronteira, no BPFロン?*

GARCIA - *A diferença ela está justamente na finalidade de cada um. Em grupo tático do tipo ROTAM, ele tem a finalidade de patrulhamento tático urbano, atende ocorrências de atos criminosos na essência do que é urbano, tipo: tráfico, homicídio, disparo de arma de fogo... dentre outros crimes relacionados mais às características urbanas. Agora o BPFロン, você nota que ele tem características de um grupo tático, anda com mais operadores, quatro operadores, anda com arma longa, só que a finalidade é diferente do patrulhamento tático. Seria como um patrulhamento rural, diferente inclusive da patrulha rural, que já temos a patrulha rural comunitária, mas seria um patrulhamento rural a fim de localizar contrabando, descaminho isso especificamente na segunda CIA, isso se você pegar Guaíra-PR por exemplo, mas se você pegar a quarta CIA, que é o Umuarama-PR, você vai perceber um patrulhamento rodoviário, em que busca fazer blitzs, busca fazer bloqueios a fim de localizar veículos com contrabando, descaminho, crimes de fronteira que acontecem nas rodovias.*

THAIS – *Você sabe se o BPFロン já atuou em alguma situação de Novo Cangaço ou Domínio de Cidades?*

GARCIA – *Essa pergunta é uma pergunta bastante peculiar, levando em consideração o assalto à Prosegur que aconteceu em Ciudad Del Este. Foi no Paraguai, na divisa com Foz Iguaçu. Foi um assalto nas características do domínio cidades. Foi um dos grandes assaltos que estão na história geral sobre essa modalidade de crime. E uma das primeiras equipes que atuou nisso, que atuou na intervenção dos assaltantes assim que eles atravessaram o lago foi especificamente o BPFロン, aconteceu na área de atribuição deles. Não vou saber se precisar agora em que momento foi o embate, mas o embate foi com os policiais do BPFロン. Então veja quanto tem relação você cuidar da fronteira que vem tudo, desde as armas que arman esse pessoal, as bombas, toda a logística é financeira, desde o contrabando cigarro, contrabando de drogas, as armas e munições que estão armando esse pessoal, até o dinheiro que está pagando pelas operações passa por aquela região, seja em materiais comprados lá e vendidos aqui, ou seja, até as próprias movimentações financeiras que acontecem de lá com o exterior estão muito interligadas.*

THAIS – *O Domínio de Cidades, ele tem uma característica totalmente diferente. São organizações criminosas diferentes que buscam especialidades. Você tem noção de como é feito isso?*

GARCIA – *Sim, por exemplo, se eu quero um explosivista, então eu vou pegar um explosivista, vou contratar um explosivista, seja ele quem for. Se trabalha pro PCC, se trabalha para o Comando Vermelho, enfim, eu vou pegar aquele cara por causa da especialidade dele, mesma coisa, vou pegar atirador, vou contratar armas, seja essa arma que foi usada pra qualquer coisa, mas eu vou contratar as armas, vou pegar as armas, vou pegar carro, vou com um cara específico que faz blindagem, esse cara pode fazer pro PCC, pode fazer pro comando vermelho, tanto faz. E o que ele precisa?*

THAIS – *Fazer o serviço ali, cumprir a missão que foi dada.*

GARCIA – *Isso mesmo! Explodiu lá? Beleza! Então você já sai fora, já tem outra pessoa que vai fazer o adentramento e assim por diante, são especialidades. E é nesse misto de especialidade que a gente conseguiu que o Brasil conseguiu criar uma modalidade de crime extremamente específico e brasileiro.*

THAIS – *Nunca ouvi falar de Domínio de Cidades em outros países, a não ser no Paraguai que foi um grupo criminoso brasileiro que financiou.*

GARCIA – *Exatamente. Você não vê os tchecos fazendo a mesma coisa, você não vê... A máfia russa, a máfia italiana, a máfia japonesa, é que organização criminosa é uma coisa e máfia já é uma coisa acima. Mas você não vê esse tipo de organização fazendo a mesma coisa, o que eles fazem? Eles cometem esses mesmos crimes, só que eles treinam especificamente da parte da organização deles para cometer esses crimes, eles vão pegar a máfia italiana eles vão criar um grupo só de explosivistas, mas é só deles.*

THAIS – *E o que nos torna únicos nessa modalidade?*

GARCIA – *O que tornou a gente muito único foi essa miscigenação de organizações criminosas para um mesmo intento. O que dificulta depois nas investigações, para buscar o grupo inteiro, o que torna quase que impossível. Essa questão de ramificar, por base nas especialidades de cada um, dificulta o nosso serviço de inteligência, por isso já estamos evoluindo muito, tornando a gente, inclusive, referência em questão de busca de informações, mas também deixa a gente muito aquém do que era para ser, para poder barrar esse tipo de organização, porque os criminosos também se especializam.*

THAIS – *Digamos que hoje eles já estão num momento difícil?*

GARCIA – *Eles estão, mas eles estão se articulando novamente e daqui a pouco eles fazem outra grande e assim vai, é um ciclo, eles demoram porque é caro para financiar, é caro para*

achar especialistas, mas eles logo acham e logo executam, tanto que a gente pega ali, por exemplo, aquela da Prosegur em Ciudad del Este. Aquele crime ali foi um crime peculiar pra caramba.

THAIS – *Qual a sua visão sobre esse crime?*

GARCIA – *Eles tentaram fazer como as organizações criminosas de outros países, eles pegaram várias cabeças do PCC e colocaram os caras na Argentina, numa fazenda lá, e começaram a treinar os caras. É um dos nossos grandes avanços, que já está acontecendo lá fora há muito tempo, é o rastro do dinheiro, para pegar os caras com base no gasto de dinheiro. Da onde vai, é o máximo, se você for ver esse contexto, é muito maior do que a gente imagina. Que é onde deu a situação de Guarapuava, foi muito no rastro do financiamento. Eles não conseguiram pegar dinheiro, mas como que eles contrataram isso, contrataram aquilo, contrataram aquilo outro, e foi desenrolando uma investigação espetacular com base nisso, nas pessoas que atuaram indiretamente e diretamente. Eu tive a oportunidade de fazer um seminário com um delegado da Polícia Federal, ele é responsável por bastante investigação ali de Cascavel, principalmente em organização criminosa. E ele bateu bem em cima dessa questão do mapa criminal, de como que ele se articula. Outro cara dez que falou sobre isso também é o capitão Kummer.*

THAIS – *Sim, ele foi o meu professor no curso de formação da polícia. Inclusive ele traz bem essa questão no livro Alpha Bravo Brasil, onde traça uma linha cronológica, um mapa das atuações desses grupos e quem são esses indivíduos.*

THAIS – *Já existiu alguma situação em que você atuou nesse tipo de crime ou semelhante de assalto banco ou algo nesse sentido?*

GARCIA – *Em específico no domínio de cidades eu pude atuar no Domínio de Cidades de Guarapuava, como uma das primeiras equipes de apoio que chegou naquele embate que teve próximo a Palmeirinha, distrito de Guarapuava, onde os veículos capotados com as .50 foram encontrados. Quando a nossa equipe chegou, inclusive, ainda tinha poeira do capotamento dos caras, eles tinham acabado de cair para o mato. Foi acionado as equipes especializadas pra buscar os caras no mato, e assim a nossa equipe daí acabou atuando ali na preservação do local do crime. Então, de Domínio de Cidades em específico que eu posso dizer que a gente atuou como ROTAM, foi nessa situação de apoio.*

THAIS – *E sobre situação de assalto a banco aqui na nossa região, já teve alguma participação?*

GARCIA – *Teve a situação de Barbosa Ferraz-PR que a gente atuou no acompanhamento dos caras com base na inteligência de Santa Catarina que já tinha informação que ia aconte-*

cer, a gente foi no apoio da própria inteligência, então a gente atuou junto com eles na captura, pegando os caras, teve confronto e um óbito. Nós também conseguimos recuperar um fuzil nesse dia, uma submetralhadora, uma pistola que eles foram deixando no meio do caminho.

THAIS – *Os criminosos estavam em quantos?*

GARCIA – *Acredito que foram mais quatro que fugiu até quase chegar em Campo Morão, daí quando chegou ali perto de Peabiru, eles mantiveram uma família de refém ali no pesqueiro do lírio. E a gente foi indo atrás deles nesse tempo todo. Foi acompanhando todo o rastro deles e recuperando as armas, até que eles chegaram nessa família lá no pesqueiro, fizeram refém jantaram, tomaram banho, desequiparam, tanto que a gente pegou os equipamentos, os carregadores lá na casa da família, depois que conseguiram fugir, foram encontrados e posteriormente capturados em Curitiba pela PM2, que pegou eles no final desse empreendimento.*

THAIS – *E com relação ao domínio de cidades, como que você enxerga esse tipo crime?*

GARCIA – *Ele é muito mais amplo do que a gente pode imaginar, é um crime extremamente complexo tendo em vista todo o aparato que ele dispõe. Imagina você pegando vários especialistas de organizações criminosas diferentes com armas, com potencial financeiro para cometer um grande crime de fechar uma cidade inteira. Então, eles têm financiamento, eles têm armamento e eles têm qualificação técnica para isso, seja de explosivista, seja de combate corpo a corpo, no caso com arma de fogo ou afins, tem aparato balístico seja de colete balístico individual ou até mesmo carros com proteção balística. Então, e o que dificulta isso, como eu disse no começo são organizações criminosas diferentes que mandam seus melhores bandidos para cometer um grande assalto, para ter mais financiamento para outro tipo de crime. Porque, em tese, o crime de assalto ou no caso furto qualificado que é o que eles estão cometendo, que é um absurdo juridicamente, mas enfim, é que eles estão tentando mudar, colocando como um ato terrorista e assim por diante. Então, é um grande assalto, um grande financiamento, e é caro para as organizações criminosas fazerem isso aí. Precisam dos especialistas da arma e tudo mais. Então, eles precisam levantar um capital gigantesco.*

THAIS – *E o que eles vão fazer com esse capital?*

GARCIA – *Vão movimentar ainda mais o crime.*

THAIS – *Que ele vai desbocar aonde?*

GARCIA – *Aí que entra a fronteira de novo. Vão comprar mais droga para vender, mais armas para subsidiar outros crimes, vão fazer lavagem de dinheiro, vão injetar em empresas com o objetivo de lavar o dinheiro e assim fomentar ainda mais o crime, mas no final das*

contas isso aí muitas vezes vai interferir diretamente no tráfico nacional e internacional de drogas de cigarro e equipamentos, então é um crime gigantesco para fomentar outros crimes. Eu enxergo que é um crime pouco explorado juridicamente na questão da repressão, em como reprimir esse crime, em como segurar. Isso aí é pouco explorado juridicamente, em como punir e também na investigação em como chegar aos autores, em como chegar a mapear de forma geral esse crime. Entenda, você está escutando de uma pessoa que está na base da luta contra esse tipo de crime. E mesmo assim, esse cara que está na base, enxergando da base, ele vê muitos problemas na luta contra esse tipo de crime.

THAIS – *Como seria na sua visão essa luta?*

GARCIA – *Principalmente de antecipação, que é o plano de defesa, mobilizando seus policiais, colocando eles em pontos estratégicos para que, em uma situação pós-domínio, a gente consiga se mobilizar ao ponto de conseguir desestruturar aquela organização, coletando o máximo de informações possíveis para uma investigação. Mas o repressivo teria que ser mais forte. Isso não deveria acontecer... A inteligência deveria antecipar todos os comportamentos, antecipar todas as ações para pegar e prender, e aí eu falo a deficiência jurídica para isso porque muitas vezes aquele cara está se planejando fazer, mas eu não tenho aparato jurídico para ir lá e já prender esse cara pela antecipação, não tem como. Juridicamente, é fazer com que isso aconteça, pois, muitas vezes, a inteligência até pega uma interceptação telefônica onde existe um aparato do crime sendo montado, mas não tem muito o que as forças policiais fazerem a não ser esperar e deixar ele cometer o crime para depois tentar punir.*

THAIS – *Na fuga?*

GARCIA – *Sim, na fuga. Por que não no embate? No embate não existe. A força deles, o número e em proporção bélica é maior do que as forças policiais, vamos para o embate para morrer? Não! Porém, na Polícia Militar temos uma organização e um planejamento que é só nosso, eles vão ganhar da gente em tudo porque eles têm maior efetivo e maior proporção bélica, sem restrição de uso, nós temos o impedimento da lei em tudo que a gente está fazendo, a gente tem impedimento na quantidade de homens que tem na rua, a gente tem impedimento bélico, no jurídico. É óbvio que isso está mudando, mas até então existem inúmeras restrições, o bandido não tem. O marginal sai com oito, dez carregadores todos carregados, e outras sem restrição de uso, pode usar quantos quiser. Inclusive nós temos um Domínio de Cidades registrado já por câmeras e testemunhas, onde um carro passa só repondo os carregadores daqueles que acabaram. Então assim, esse é um crime extremamente complexo, se eles se estruturarem mais, aí eu volto para as deficiências e eu falei para você que a única coisa que ainda deixa a Polícia Militar na frente é a organização.*

THAIS – *Temos que continuar fortes o suficiente para esse tipo de grupo nem pensar na possibilidade de agir em determinado local, porque sabe que lá existe policiamento, existe uma polícia treinada e uma polícia capaz de punir também. Na verdade, o que você está falando tem relação justamente com os planos de defesa e um trabalho de inteligência atuando juntamente na prevenção jurídica.*

GARCIA – *Sim, e se esse cara vir com uma proteção balística e com uma arma mais potente com mais treinamento, ele treinou mais para acertar, ele treinou mais e ele vai vir com sangue nos olhos porque esse cara aqui não tem impedimento jurídico nenhum, o criminoso ele não tem medo da justiça como esse policial tem. Esse policial tem medo de morrer, esse policial tem medo de responder administrativamente, esse policial tem medo de responder juridicamente, esse policial tem medo de perder a família, esse policial tem medo de não voltar pra casa, esse policial tem medo, medo, medo, medo, medo, medo, medo, medo e eu posso enumerar vários. O policial tem medo, esse cara não tem medo. Ele foi criado no crime, ele viveu o crime, e o crime é tudo que a justiça não prevê, ou diz que não pode fazer isso, mas ele faz, isso já dá uma certa segurança para ele porque se ele não tá preso, quer dizer que ele tá livre, cometeu o crime e tá livre, então é um impune solto. Nessa percepção ele não tem medo das consequências. Então uma alternativa seria a de punir essas organizações criminosas só por pensar em fazer isso. Só por imaginar na ideia de fazer isso.*

THAIS – *Mesma coisa se a gente pensar nos crimes que ocorreram escolas, no caso de atirador ativo, quando é possível acompanhar os adolescentes e crianças em redes sociais e quando percebido qualquer atitude suspeita, automaticamente a pessoa ali recebe uma equipe que o acompanhará como um potencial atirador ativo.*

GARCIA – *Exatamente. Você monitora ali as pessoas e se elas sequer derem algum indício de start, ela é punida. É assim que resolve, olha que legal você pegou um estudo sobre atentados à escola, atentados com atirador ativo e jogou pra realidade que a gente tá conversando e é assim que resolve, não adianta, quando eu colocar um X nas suas costas e falar você é um potencial terrorista de domínio de cidades eu marco você com um X nas costas, bem grandão e começo a monitorar você e qualquer indício que você der, você volta pra cadeia, é assim que eu resolvo, é desse jeito que eu começo a tornar isso viável. Lembra que eu falei do repressivo antes? Antes de acontecer? Se eu combato o dinheiro, é uma forma. Se eu coloco um X nas suas costas e falo você é um terrorista de domínio de cidade, monitoro você, é uma forma. Então, se eu tiro o dinheiro, tiro as armas, se o BPFRON lá na fronteira reforçar o patrulhamento de fronteira, não deixar entrar arma de espécie alguma, se eu combato os crimes relacionados à fronteira, não entra droga, não entra cigarro não entra nada. Se eu*

reforço a fronteira e deixo o que é de ilícito para lá, eu barro muito dinheiro para organização criminosa. Porque se eles não estão vendendo drogas, não estão vendendo cigarro, não estão vendendo armas, se não estão vendendo nada que vem do estrangeiro, quer dizer que esses caras estão sem dinheiro aqui na ponta. Quer dizer que não tem Domínio de Cidade. É uma rede complexa, mas tudo envolve o dinheiro. Imagina se em um dia eu revento R\$775 mil apreendido de armas naquele dia para o próprio BPFRON, em mais viatura, armamento e efetivo. O que eu ia ter de reflexo? Menos coisa entrando. E cada vez mais que o dinheiro do crime é revertido para alguma instituição, melhor fica aquela instituição porque tudo é dinheiro. Tudo é dinheiro. Então quanto mais dinheiro eu injeto em alguma coisa, melhor ela fica.

THAIS – *O Domínio de Cidades nada mais é do que o fortalecimento do crime organizado. Como que você visualiza o impacto do Domínio de Cidades nas cidades dominadas e para a população?*

GARCIA – *Para eu conseguir mostrar o meu ponto de vista sobre isso, eu vou começar falando sobre outro crime.*

THAIS – *Prossiga!*

GARCIA – *É um crime bastante parecido com o que a gente está tratando de Domínio de Cidades. Obviamente que o Domínio de Cidades tem uma leira de crimes muito maiores relacionados. Mas o crime que eu vou falar para você é público. E eu vou colocar você dentro de um cenário: Imagine a sua casa toda fechada e você vai dormir e daí alguém estoura aquela janela que a gente está olhando ali, entra na sua casa à noite, pega o seu notebook e leva embora. Você acorda, precisa do seu notebook para estudar e ele não está mais lá, como que você vai se sentir?*

THAIS – *Violada.*

GARCIA – *Frágil, machucada, alguém machucou você, mas ninguém tocou em você. Ninguém relou em você. Por que você tá se sentindo dolorida, machucada? Porque alguém violou algo sagrado pra você. Alguém violou o seu espaço. E aqui entra o contexto do espaço. Eu tenho o meu espaço e não quero que ninguém viole. A partir do momento em que uma organização criminosa, muito bem armada, muito bem estruturada, muito bem planejada entra naquilo que é meu, a minha cidade, o meu espaço, coloca todo mundo como refém, todo mundo é subjugado e leva aquilo que é meu, em tese é o dinheiro do banco lá, mas isso deixa todo mundo fragilizado, violado, eu acho que é a grande palavra. Eu fui violado. Eu me sinto assim quando alguém invade a minha casa e leva um bem meu, é a mesma coisa. É isso, é uma fragilidade coletiva, é uma sensação de impunidade, é uma sensação de fragilidade, uma*

sensação que, de fato, tiraram um pedaço de mim. E eu me sinto assim por bastante tempo e a gente vê isso muito em pessoas que sofrem de estresse pós-traumático, essa sensação de ser violado mesmo, de perder algo. E é isso mesmo que eu vejo, um reflexo na cidade como um todo. Ela vai funcionar de forma normal? Vai. No outro dia, tudo vai ser normal? Vai. Só que o espírito, o ser humano que sofreu aquilo ali, ele vai ter aquela sensação. Porque o relógio ele não para. O tempo ele não para. Então, o relógio ele vai correr os ponteiros normalmente.

THAIS – *É a polícia militar se sentindo fragilizada por não dar uma resposta para a sociedade. E o Estado sendo atacado porque nós somos a base do Estado.*

GARCIA – *É aquele cara que tem o espírito de patrulhamento tático, que queria ir lá e entrar no embate com aquele criminoso e segurar aquele criminoso.*

THAIS – *Justamente isso. Você tinha falado sobre um trabalho preventivo. Como podemos visualizar essa alternativa de combate eficaz?*

GARCIA – *A gente teria que romper barreiras entre as polícias e fazer uma, de fato, uma união de conhecimento. A partir do momento em que eu entendo que a Polícia Militar tem um efetivo muito grande, a coleta de informações da Polícia Militar é a maior que tem, não tem coleta maior que dela, seja na conversa com o cidadão ou na confecção de um boletim de ocorrência, tudo é coleta de dados. E a maior coleta de dados que nós temos é a da Polícia Militar. A partir do momento em que eu começar a entender que a produção de conhecimento da Polícia Militar é gigantesca e que a filtragem ou o filtrar desse conhecimento gera informação, informação gera inteligência, e a inteligência gera repressão ao crime, consigo derubar as barreiras e ser mais inteligente com a coleta de dados que a Polícia Militar faz, eu preciso ter uma grande e complexa rede de informações e filtragem de informações para que aquilo ali gere informação e que a informação gere prisão.*

THAIS – *Isso acontece cotidianamente no atendimento de ocorrências.*

GARCIA – *Sim, é aquela ocorrência de violência doméstica que aqueles dados geraram informações, que geraram a prisão de um esquema complexo de organização criminosa, sim isso existe. Os americanos são muito bons nisso em coleta de informações, em coleta de dados então hoje todos os dados lá geram informações, que geram prisões. É fantástico você entender o que é o avanço da polícia, e eles melhoraram muito, tendo em vista que lá é o ciclo completo, aqui nós temos de forma separada a Polícia Militar e a Polícia Civil, lá eles têm uma só polícia.*

THAIS – *E como seria esse ciclo completo?*

GARCIA – *De forma simplificada. Eu trago todas as polícias para um único sistema de segurança pública nacional, em que eu pego aquele sistema público de segurança, analiso as informações de todos e consigo mapear o crime de maneira prática. Derrubei as barreiras, coletei informações, dados viraram informações, mais informações que viraram uma teia, agora sim eu vou lá e vou conversar com um judiciário, que daí é outra barreira. Eu vou melhorar minhas leis referente a esse tipo de criminalidade, eu vou melhorar a forma que o judiciário vê as informações, porque a Polícia Militar, a partir do momento em que ela qualifica um indivíduo em uma abordagem, ela vê melhor o esquema de dados ou de prisão daquelas pessoas, o que elas cometeram o que elas estão passíveis de cometer ou podem cometer no futuro. Então, o indivíduo não vai nem sequer pensar em cometer um Domínio de Cidades, porque, se ele pensar, alguém vai estar lá na conta para pegar ele, entendeu? É assim, do meu ponto de vista, é assim que você conseguiria frear.*

Força, amizade e dever

Conversa com Rezende, Policial Militar do PR e integrante do Pelotão de CHOQUE

Contexto da entrevista: Final do ano de 2024 na sala do pelotão de CHOQUE do 16° BPM. Cabo Rezende estava de férias, mas foi acionado para uma missão.

THAIS – *Podemos iniciar nossa conversa com o senhor contando um pouco sobre sua trajetória. Como é o seu nome, quantos anos tem e quanto tempo faz que trabalha na Polícia Militar do Paraná?*

REZENDE – *Meu nome é Adriano Rezende Silva, estou com 46 anos, na polícia entrei em 2006. Na verdade, a polícia para mim sempre foi um sonho, eu sempre olhava o pessoal fardado, era meu sonho. Antes de entrar na polícia eu trabalhava num laboratório fotográfico, mas aí passado um tempo eu pedi a conta lá porque eu queria fazer outra coisa, eu estava no último mês de seguro desemprego aí um amigo me falou: “vai ter concurso da polícia, vamos tentar?” falei, vamos lá, vamos fazer isso aí, mas até então nem sabia como era, como fazia, porque eu nunca tinha corrido atrás pra ver como é que funcionava o concurso entrei na internet ali fiz a inscrição e tal e graças a Deus deu certo de passar, fui fazer a prova, passei em todas as etapas ali e pra mim isso aí foi uma conquista, então estou por aqui desde 2006. No pelotão de CHOQUE estou há oito anos. Aqui também foi um sonho, eu olhava o pessoal ali com a farda diferente e falava, se tudo der certo um dia quero estar lá. E foi assim. Fui*

voluntário, fiz o estágio ali e deu certo, fui aceito por todos, aí passei pelo estágio e assim estou aqui até hoje.

THAIS – *Para fazer parte do Pelotão de Choque, é necessário o CCDC (Curso de Controle de Distúrbios Cíveis) ou o senhor entrou antes, fez o estágio próprio daqui?*

REZENDE – *Não é obrigatório o curso. Eu entrei no Pelotão do Choque ali e já tinha tentado umas quatro vezes o TAF do curso e não conseguia um índice de aprovação, mas o meu objetivo sempre foi o de fazer o CCDC, desde que eu entrei Pelotão do Choque. Depois de tentar várias vezes, em 2022 eu tentei e consegui passar, fui pra fazer o curso lá em Curitiba-PR, mas para fazer parte do pelotão de CHOQUE o curso não é obrigatório. Quando você entra no pelotão, você tem que fazer o estágio ali, mas o CCDC é uma opção tua. Nesse caso eu busquei porque era o que eu queria e graças a Deus eu entrei em 2022.*

THAIS – *Aqui no 16º BPM também é fornecido esse curso ou é só em Curitiba-PR?*

REZENDE – *Em 2021 teve um curso aqui, as vezes eles fazem em outras cidades, teve um aqui em Guarapuava-PR, eu fui fazer em Curitiba, na verdade nesse ano que eu fui pra Curitiba, daqui do Pelotão só foi eu.*

THAIS – *Tinha mais alguém fora, nesse período, que o senhor lembra que estava fazendo outros cursos para fora da cidade?*

REZENDE – *Daqui Pelotão não, nessa data não tinha ninguém, em 2022 só eu que estava para fora fazendo o curso.*

THAIS – *E como que foi a sua ida para Curitiba-PR? Sabemos que durante a sua formação ocorreu a tentativa de assalto à empresa de valores daqui de Guarapuava-PR. Como foi isso?*

REZENDE – *Isso, na verdade no dia 17 de abril de 2022 já fazia duas semanas que eu estava no curso. Estávamos no campo lá, na semana de adaptação, aí eles liberaram na sexta-feira de manhã, liberaram para gente ir para casa e dar uma descansada ali que, na verdade, no domingo a gente já tinha que retornar de volta. Daí na segunda-feira seis horas da manhã, a gente já teria que estar em forma. Então nesse período de liberação eu estava retornando para Curitiba ali junto com mais um colega meu que estava fazendo curso. A gente estava já quase chegando em Curitiba, aí ele acessou a internet ali e me falou sobre o que estava acontecendo em Guarapuava-PR. Eu falei, cara eu estou sem internet, os caras estão dominando a cidade lá, estão atirando no batalhão. Nisso eu pedi pra ele parar num posto lá,*

pedi a internet e meu celular estava cheio de mensagem, tinha gente falando que tinha policial ferido e pedindo apoio, e aí eu falei pra ele, cara, eu vou voltar daqui eu vou voltar, ele falou “cara não tem como você voltar, a cidade lá tá dominada não tem como você entrar lá agora”. Ele falou não cara pega uma carona aqui, eu vou voltar, ele falou, não, cara, estamos perto de Curitiba vamos chegar em Curitiba lá e vamos decidir o que fazemos. Nós chegamos em Curitiba, daí o Pelotão do Choque já estava acionado. Um pelotão de ronda, se não me engano já estava vindo para cá. Daí eles falaram para mim se eu estava acompanhando. Eu falei que sim, que estava acompanhando ali com o celular e até eu falei para eles, olha, vou voltar com vocês lá. Eles falaram que não, que era para eu ficar, que tínhamos que esperar aqui para ver o que ia acontecer.

THAIS – *O senhor queria vir para Guarapuava-PR junto com a equipe do CHOQUE de Curitiba-PR?*

REZENDE – *Sim, eu queria retornar. Na verdade, assim, se eu perdesse o curso, pra mim, o que mais importava era voltar aqui com os meus companheiros. O curso depois eu tentava, ainda mais que eu acompanhava ali pelo celular e falava que tinha policial ferido só que ninguém falava quem, como foi e tal. E eles falaram para mim “vai um pelotão daqui nosso do Choque, mas você fica aqui, você continua no curso aí”. Pensei... como é que eu vou continuar no curso? Fiquei pensando lá, né? Toda hora e nisso eles já pegaram o meu celular, de todo mundo do curso? Chegavam lá eles já tomavam o celular. Acho que até um pouco pra mim não acompanhar muito... Daí eu só queria toda hora ficar perguntando como é que tá lá? Que horas vocês vão ir pra lá? Ele falou “já tá deslocando o nosso pelotão e o pelotão de RONE já foi, mas o apoio já tá indo, você tem que acalmar, você tem que esperar”, e eu naquela, né? Diziam que eu não podia voltar, que eu precisava ficar calmo e pensar no curso, que eles iam me informando e tal, e isso já amanheceu o dia ali, amanheceu o dia, a gente já entrou em forma de novo pra começar o curso, e ali a primeira coisa que eu perguntei como é que está a situação em Guarapuava-PR, como está o policial que se feriu. Daí eles falaram, “tá tranquilo, tá tranquilo”, mas eles não me falavam muito, assim, sabe? Não falavam mais assim para eu ficar mais focado no curso lá porque se eu ficasse pensando aqui eu não ia desenvolvendo o curso lá e assim foi passando, os dias foram passando... e todo dia lá eu perguntando como é que estava, daí eu soube que era o Ricieri que tinha levado o tiro e o Bonato, então a partir do segundo dia que já tinha acontecido que eu ficava perguntando deles, depois eu mesmo fui colocando a cabeça no curso, não queria desistir em momento nenhum, na minha cabeça eu tinha que terminar o curso para depois voltar para ver como é*

estava aqui, porque não tinha como, ou eu ficava no curso lá, ou eu pedia para sair para voltar para cá. E assim foi passando o dia e eu... Todo dia, toda hora, perguntando como é estava o pessoal aqui, né?

THAIS – *E que horas o senhor tinha acesso ao celular no curso para acompanhar as coisas que estavam acontecendo em Guarapuava-PR?*

REZENDE – *Assim, às vezes, de madrugada, assim, eles davam o telefone para você, quem queria o telefone. Eu pegava e via que era muita mensagem, eu não conseguia acompanhar tudo, né? Tinha várias, eu ficava o dia inteiro sem celular, só pegava de madrugada. E chegava muita mensagem, eu não conseguia ler todas para saber ao certo o que estava acontecendo. Então, eu dava uma olhada por cima, chegava na última lá para ver como é estava o pessoal ali. Daí essa é a informação que eu tinha, mas eu não tinha exatamente de como estava aqui, sabe? Não tinha noção de como é que estava o pessoal aqui, o que eles estavam fazendo exatamente, eu não tinha essa noção, sabe? Era o que eles me contavam lá, sabe? Diziam, “não, o pessoal está assim lá, estão procurando em tal lugar, fazendo cerco, estão fazendo isso, o Ricieri está bem”, mas eu imaginava... ele tinha levado um tiro na cabeça, mas será que está bem mesmo? Eu não tinha noção como é que estava a situação aqui, o Bonato também não sabia como é que ele estava exatamente, só aquela noção que eles me falavam, e o dia passando e todo dia eu perguntando da situação aqui.*

THAIS – *E quando que o senhor teve informações precisas assim, do que realmente foi aqui, da dimensão?*

REZENDE – *Só depois que eu saí do curso.*

THAIS – *Depois que saiu do curso?*

REZENDE – *Só depois que eu saí do curso.*

THAIS – *E isso demorou quanto tempo?*

REZENDE – *Eu fiquei 56 dias lá. Depois do que aconteceu aqui, eu não retornei pra cá. Bastante tempo depois que aconteceu aqui pra eu retornar porque o tempo inteiro que eu fiquei lá, não vinha pra cá. Tinha a liberação assim, tipo, de noite, então não tinha como, já tinha que voltar no outro dia às vezes. Não dava tempo, então só voltei depois que acabou o curso mesmo.*

THAIS – *E depois que acabou o curso, retornou ao trabalho normal aqui?*

REZENDE – *Me deram oito dias de folga e depois eu já retornei ao trabalho normal de novo.*

THAIS – *E como que estava a situação?*

REZENDE – *Ah, era um clima ruim, né? Bem ruim... A gente perdeu um companheiro, o outro que levou o tiro ali, estava com a perna bem machucada, né? Tanto que ele pediu para sair depois.*

THAIS – *O Bonato pediu para sair da polícia?*

REZENDE – *Ele foi para o GAECO, ele foi para outro setor, ele pediu para sair aqui do Batalhão, porque imagina o que ele passou, a família não ia suportar ele estando aqui de volta, né? E eu acho que tem que ser assim mesmo, a gente tem que procurar o melhor para ele, para a família dele, né? E esse melhor foi sair, então a gente entende muito bem, tanto é que, como você perguntou, o clima aqui, cara, depois que eu voltei ali, o povo falava do Ricieri, nossa, imagina 18 anos que eu conheci o Ricieri, então, pra mim, sim, foi bem difícil, até porque no curso, quando eu comecei eu falei para ele “óh, você vai ter que estar lá na minha formatura”, mas eu nem sabia se eu ia me formar, tanto é que na formatura eu convidei a família dele pra ir.*

THAIS – *Então o senhor tem contato com a família do Ricieri? Tenho, a esposa dele mora aqui na frente, nesse sobradinho que tem na frente no BPM. Como eu falei, imagine, dezoito anos que eu os conheço. Na formação da escola aqui, eles tinham ali o comércio e a gente ia ali comer, almoçar, a gente ia ali e era uma família, na verdade era outro tipo de família, mas a gente vivia ali, conversando.*

THAIS – *E acredito que os senhores conseguiram dar um suporte também fundamental pra eles, né?*

REZENDE – *Ah não, a gente fala que o que precisarem, a gente tá aí, a gente vai ali sempre dar um abraço né, uma conversa. É uma coisa que a gente nunca vai esquecer né, a situação de perder um companheiro, assim, eu nunca imaginei passar por isso. A gente sempre se cuida, sabemos as técnicas ali, tudo, a gente perdeu companheiro, né? Mas perder do jeito que foi ali... O pelotão inteiro se abalou. Não só o pelotão, né? Todo mundo se abalou.*

THAIS – *Com certeza, todos sentimos. O senhor sabe mais ou menos como que se deu essa situação aqui? Como eles chegaram aqui na cidade?*

REZENDE – *Então, pelo que me contaram assim, o pessoal do Pelotão contando... Chegou um caminhão ali na frente, já subiu naquela rampinha ali, os caras já desembarcaram e já tinham os carros do lado ali, os caras já desembarcaram começaram a atirar.*

THAIS – *Foi nessa frente aqui do COPOM?*

REZENDE – *Foi nessa aqui mesmo do COPOM. Aquela entrada do fundo estava fechada, essa aqui geralmente ficava aberta, mas mesmo que estivesse fechada também não faria diferença, pela quantidade de tiro que deram ali, como eles cercaram o batalhão eles deram um tiro da frente inteira contaram que tinha gente na esquina aqui, tinha gente na esquina lá, com fuzil, com ponto cinquenta. Então, foi bem organizado e os caras chegaram ali para não deixar ninguém sair mesmo. Infelizmente a viatura, no momento exato estava saindo para patrulhamento.*

THAIS – *A da RPA?*

REZENDE – *Não, a do CHOQUE. Na imagem pelas câmeras, a VTR já estava descendo e já começaram a levar os tiros... Foi na hora. Foi na hora. Infelizmente, na hora que estavam descendo, os assaltantes estavam chegando. E essa era a viatura que o Ricieri estava. Estavam o Ricieri, o Bonato e o Wendler. Na verdade, o Ricieri, o Wendler e o Bonato eram da equipe do Canil. E nesse dia colocaram... Eles estavam compondo junto... então foi algo assim... Mas a gente nunca sabe de nada, infelizmente isso aconteceu.*

THAIS – *Por exemplo, se o senhor estivesse aqui, de repente, se tivesse, era o senhor que estaria de serviço.*

REZENDE – *Exatamente. Mas foi assim, como eles chegaram, foi algo assim, de repente chegaram, já fecharam, já começaram a dar tiro para evitar que o pessoal saísse né, ou que alguém chegasse, porque o que sei foi pelo WhatsApp, o pessoal pedindo apoio, já acionaram as equipes, só que com dificuldade de chegar porque a cidade inteira estava tomada lá de ponto, então, para você chegar, teria que ter muita cautela né, foi o que os policiais fizeram, mas até chegar aqui, pegar o armamento, para sair, para dar uma resposta, não foi fácil.*

THAIS – *Há outros portões aqui que dão acesso a parte interna do BPM? Eles teriam que ir lá pelo fundo, porque na frente estava fechado, né?*

REZENDE – *Estava fechado, as laterais também, no fundo eles teriam que tomar muito cuidado com isso, porque você dá uma resposta, quem está com fuzil, está com fuzil e os policiais não estavam, o armamento estava aqui, então você dar uma resposta no nível foi demora-*

do. Tinha que ter muita cautela até porque já tinha um policial ferido então você não podia perder mais, né? Pelo que me contam aqui foi muito complicado, para chegar aqui foi bem difícil.

THAIS – *Sim, e eu vi, não cheguei a conversar com ninguém a respeito disso também, mas teve um policial que socorreu o outro, né?*

REZENDE – *Teve e foi da RPA. O Bonato que estava pedindo apoio para o pessoal da RPA que conseguiu chegar até ele ali, colocar ele na viatura para tirar ele do local.*

THAIS – *Também chegaram a atirar no COPOM?*

REZENDE – *Sim, o COPOM ficou cheio de marcas na parede.*

THAIS – *Como que foi o socorro? Porque como estava fechado ali, como que as equipes conseguiram entrar?*

REZENDE – *Então, daí o que que acontece? Ele ficou pro lado de fora ali, né? Ele caiu para o lado de fora, eles tinham saído, estavam descendo ali, começaram a atirar, aí eles dobraram a esquina, o Bonato disse que sentiu quando eles estavam atirando na viatura, ele achou que eles iam atrás e atiravam, ele pulou da viatura ali e ele escondeu em um matinho. Só que os caras não foram atrás, os caras atiraram, enquanto eles estavam indo. Então essa foi a sorte deles, porque se eles vão atrás, eu acho que teria acontecido coisa pior.*

THAIS – *Então ele ficou no mato escondido, de alguma forma mais protegido porque os criminosos atiravam o tempo todo na viatura né.*

REZENDE – *Sim, os bandidos ficaram atirando aqui até um certo tempo, depois eles saíram para ir lá na Proforte ou para ir embora, foi só nessa hora que a RPA conseguiu chegar aqui. Não tinha como a RPA chegar porque era muito tiro. Não tinha como chegar no batalhão. Pela quantidade de gente que tinha e pela quantidade de tiro que eles estavam dando no batalhão.*

THAIS – *Eles estavam em quantos homens?*

REZENDE – *Ah eu não me recordo, mas uns 30 porque daí eles se dividiram, ficaram um pouco aqui, um pouco lá para fechar as entradas e também lá no Proforte.*

THAIS – *Também teve duas vias que foram fechadas, também incendiaram veículos para impedir o acesso na cidade, né?*

REZENDE – *Exatamente, para chegar o apoio ou que alguém tentasse sair daqui. Então eu acho que ninguém imaginava que poderia fazer aqui no Batalhão.*

THAIS – *Os senhores já tiveram aqui um plano de contingência, alguma coisa nesse sentido de treinamento, igual aconteceu esse tempo atrás, mas foi depois que aconteceu a situação aqui, lá em Campo Morão-PR, nós fizemos um simulado de Domínio De Cidades, aí teve todo um treinamento também pra gente ter uma noção assim, das rotas de fuga e tal, já tinha tido alguma vez aqui ou não?*

REZENDE – *Isso começou depois do que aconteceu aqui, depois daqui... Porque eu acho, assim, no meu ponto de vista, que ninguém imaginava um negócio dessa amplitude, né? Aqui, né?*

THAIS – *Quantos habitantes existem aqui?*

REZENDE – *Agora é pouco mais de 180 mil, quase 200 mil. Então, eu acho que ninguém imaginava algo desse tamanho. Chegar a dominar um Batalhão, né? Do tamanho que é esse batalhão aqui, dominar esse batalhão. Dominar uma cidade do tamanho que é Guarapuava, do jeito que foi. Então eu acho que ninguém imaginava, um plano desse tipo até então não tinha. Depois que aconteceu aqui que começou. Hoje nós temos um plano de defesa. Tanto é que a gente já foi em apoio à Londrina para fazer esse simulado de Domínio de Cidades. Nós já fomos para várias cidades dar esse apoio e treinamento. Ponta Grossa foi depois que aconteceu aqui, a gente já tá fazendo esse simulado para verificar o tempo de resposta.*

THAIS – *E qual seria a cidade ou batalhão mais próximo aqui que poderia dar apoio em Guarapuava-PR?*

REZENDE – *Temos vários lugares, Ponta Grossa-PR que é o batalhão mais certo, tem União da Vitória-PR e Curitiba-PR com as equipes táticas.*

THAIS – *O grupo criminoso, eles usaram vias rurais, áreas rurais?*

REZENDE – *Sim e deu até um confronto com o pelotão de CHOQUE nosso, em uma estrada rural de Palmeirinha. Eu não sei se era a rota deles de fuga mesmo, ou de repente erraram, porque durante o cerco, os policiais conseguiram se organizar e já foram entrando, pois eles já conheciam as estradas, foram fazendo esse cerco. De repente eles erraram o caminho, não sei. O pelotão foi excelente, eles conseguiram confrontar porque conseguiram jogar eles para outro canto, em uma rota não planejada pelos criminosos, para eles não ficarem na cidade, para eles saírem. Eles já conseguiram dar uma resposta para tirar eles da cidade ali.*

THAIS – Entendi. Depois dessa situação, as equipes conseguiram fazer um plano ou ainda não?

REZENDE – Agora a gente tem. A gente já tem um plano de como a gente vai agir, em como o pelotão vai agir, como a gente vai chegar até aqui, por onde a gente vai chegar, quem que vai chegar, já nos organizamos sim.

THAIS – Já, já tivemos simulado inclusive. E aqui, entre o grupo, vocês já tinham discutido alguma vez sobre esse tipo de ação criminosa?

REZENDE – Sim, porque já teve essas situações, elas já ocorreram em outros lugares, né?

THAIS – Sim, de modo geral, eles atuam em vários lugares e são pessoas, assim, de vários estados que se juntam pra fazer, pra cometer esse tipo de assalto, né?

REZENDE – Então, o nosso... Digamos assim, foco aqui, que a gente achava que poderia acontecer é um banco, uma caixa eletrônica. A gente nunca imaginou chegar num batalhão e dominar uma cidade. O que a gente achava? Que eles poderiam fazer bancos do tipo “Novo Cangaço” né? Que daí já seria... Até tem bastante notícia e tal dizendo que daí foi “Novo Cangaço” né? Mas pela dimensão já é uma coisa muito mais ampla né? É algo bem diferente no meu ponto de vista, do “Novo Cangaço”. Então, o que a gente achava é que eles poderiam fazer banco. Porque aqui tem Caixa Econômica, tem o Banco do Brasil e são pertos um do outro. Tem também o Bradesco, o Santander. Na verdade, tem quatro bancos que estão pertinho um do outro, uma quadra um do outro. Então, o que a gente imaginava era isso aí.

THAIS – Sim, até porque os bancos estando perto facilitam a associação desses grupos, né? Dá para dominar de duas, três quadras e pegar os quatro bancos.

REZENDE – Então, a gente imaginava isso aí. De fazer banco em cidades próximas assim, como já teve em Pitanga-PR por exemplo. Então, a gente imaginava, talvez, o mesmo conceito aqui. Algo desse tipo, não o que aconteceu nessa magnitude que foi de dominar uma cidade inteira e vir no batalhão.

THAIS – E a questão de transportadora de valores, o senhor tem conhecimento se existe mais de uma aqui?

REZENDE – Aqui em Guarapuava-PR só tem a Proforte, mas é uma das maiores. Acho que é até por isso que eles vieram ali, porque é uma que tem uma grande quantidade de dinheiro, é a tesouraria. E foi aquilo que eles tentaram fazer ali, até pela quantidade e pela época que

foi. Então concentrou todo o dinheiro ali, eles estudaram e já tinham mais ou menos a base que provavelmente teria lá para poder fazer.

THAIS – *Teve algum envolvido daqui da cidade?*

REZENDE – *Temos informações que sim, até que teve um que morreu em um confronto daqui da cidade. Tem informação que tem mais. Até imagino que com um troço desse tamanho tem que ter bastante gente passando muita informação, até mesmo pelas rotas que eles fizeram. Foi mostrar pra eles como é que funciona ali, pra onde vai e os acessos para os lugares, certamente teve, porque se não tiver alguém daqui informando, acho que não aconteceria.*

THAIS – *Até porque, antes de acontecer, eles não chegaram tudo de uma vez, teve um lugar que eles ficaram mocados né?*

REZENDE – *Sim, que vieram aos poucos, conheceram a cidade.*

THAIS – *Alugaram algum imóvel, alguma coisa assim?*

REZENDE – *Na verdade, eles ficaram em um lugar desses que estavam ajudando, sabe? Desses informantes que estavam passando informação pra eles. Tem informação que eles ficaram lá, foram pra outro lugar, ficaram em casa de outro. É o que a gente tem informalmente falando.*

THAIS – *Eu tinha feito aqui uma questão se houve alguma mudança no que se refere à atuação daqui, do Batalhão de modo geral... Depois dessa situação porque igual você falou, teve uma comoção muito grande, mudou totalmente o clima, tudo parece que mais tenso.*

REZENDE – *O cuidado principalmente, assim, quando tem algo desse tipo, igual agora que temos uma informação da inteligência que os grupos que dominam as cidades estão para atuar em alguma região, agora no final de 2024, então já muda totalmente, muda totalmente, agora você já sabe o que pode acontecer, você muda o seu modo de agir no Batalhão, a questão do pessoal que fica mais ligado, na questão do patrulhamento também ali, a polícia por si já é ligada, mas quando tem uma informação assim você redobra a atenção. Nós aqui do Pelotão também, quando tem essa informação, até que como eu falei, foi cassado alguns dias das minhas férias agora, então mudou sim, mudou bastante essa questão, depois do que aconteceu. Agora a gente já sabe como agir, como chegar aqui. Claro que tudo muda, dependendo do cenário de como vai estar, né? Onde eles vão estar, vai mudar tudo, mas a gente já tem uma noção de como chegar.*

THAIS – *O que fazer, para dar uma resposta, né? Isso é muito bom.*

Na manhã do dia seguinte, né, na manhã do dia 18, que daí vocês conseguiram encontrar os veículos, encontrar os armamentos porque foi deixado né, tem uma foto bem emblemática, assim, de um armamento deixado em uma árvore, não sei em qual rua que foi exatamente.

REZENDE – *Então, esse armamento era do pessoal da Proforte, era um calibre 12, que é automática que eles conseguiram pegar, porque eles dominaram lá e pegaram os armamentos dos guardas.*

THAIS – *Então eles fizeram os seguranças da Proforte como reféns?*

REZENDE – *Sim, eles entraram lá, deixaram os seguranças deitados no chão, chutando os vigilantes, deixaram eles dominados no chão, daí eles entraram lá para tentar ter acesso ao cofre que tinha. E os carros abandonados que aparecem nas notícias foi do confronto que teve com o pelotão de CHOQUE, os carros bateram, tombaram, o pessoal me falou que foram bastante tiros, mas os carros acabaram batendo, tombando e abandonando esse material.*

THAIS – *Como que você percebe essa reação da população? Medo, sem saber o que estava acontecendo na cidade, uns dizem que parecia um cenário de guerra.*

REZENDE – *Com alguns que eu conversei, falaram assim também, eles escutaram aquele barulho acharam que era foguete até pela data, acharam que era foguete, daí uns já falaram que acharam que era muito, começaram a achar diferente o barulho, daí eles começaram a acompanhar pelo grupo das famílias deles ali, falaram que uns estavam perto, estavam vendo que estavam dando tiro, foi aí que a população começou a ter noção do que estava acontecendo aqui, tendo notícias que realmente estavam dominando a cidade, estavam atirando no batalhão e alguns achavam que era nos bancos.*

THAIS – *Como o senhor entende que a polícia pode fazer um combate eficaz a esse tipo de situação?*

REZENDE – *Um combate eficaz seria pelo treinamento específico para esse tipo de situação, melhorar a questão de armamento, porque se você vai enfrentar esse tipo de situação, você tem que estar no mínimo com o armamento adequado para isso aí. O treinamento já estamos tendo, fazendo um plano específico para isso, ter uma noção de como a tropa especializada vai agir, como a RPA vai agir numa situação dessa, seria um tipo de treinamento*

para focar nesse tipo de situação. Além de ser algo mais voltado à prevenção mesmo, para caso acontecer, ou para que os grupos nem pensem em fazer algo desse sentido.

THAIS – *E isso é uma demonstração de força.*

REZENDE – *A gente fala assim que é fechar a tropa, mostrar para a população. É o meu ponto de vista é esse. A não ser que você tenha uma informação assim, ó o pessoal tá em tal lugar e vai acontecer, aí você tem que dar um jeito de fazer um plano pra você evitar de começar isso ali. Então eu acho que além do treinamento, a questão da inteligência tem que estar bem forte. Até porque, assim, essas situações que acontecem a gente tendo informações antes de acontecer é fundamental para a gente se antecipar.*

THAIS – *Isso ajuda muito. Um exemplo foi o que aconteceu em Três-Barras-PR.*

REZENDE – *Bem isso, temos que ter um serviço inteligência bom, é importante. O nosso é excelente. Só que as informações chegam, mas às vezes, não chegam tão completas. É aquele assim, o que pode acontecer, mas não sabe, não consegue especificar o lugar. Então, isso acaba atrapalhando ali. Mas você tem que, de qualquer modo, quando você tem informação que pode acontecer, já é deixar a tropa ciente.*

THAIS – *Os senhores possuem contatos com policiais de outros estados, em grupos de outros lugares que passam informações também, ou a P2 daqui?*

Sim, temos um contato sim, temos uma troca de informação, mas geralmente é a P2 aqui e a PM2 de Curitiba, quem consegue informações mais precisas, passa por canal de comando, vai passando até chegar aqui.

THAIS – *Ótimo, eu me dou por satisfeita, a nossa conversa foi rápida, mas foi muito produtiva.*

REZENDE – *Eu espero que tenha sido boa, como eu não estava aqui, espero que tenha ajudado de alguma forma, esse foi o meu ponto de vista. Depois que eu voltei, eu conversava com meus companheiros aqui para eles me contarem, até porque eu queria saber como que foi isso, como é que foi aquilo, eles foram me contando depois. Então, é isso, que nem eu digo, assim, eu não pude estar aqui, infelizmente, não sei se faria diferença para a tropa, mas para mim faria, estando junto com os companheiros, porque você sempre quer estar junto com eles ali no momento bom e momento ruim, e esse, para nós, foi um momento muito ruim. Então não pude de alguma forma estar ali. A gente perdeu um companheiro que nunca mais*

a gente vai esquecer. A gente fala numa operação de choque na parte da oração, “nessa e em outra vida”. Como ele era choqueano, está em outra vida agora.

THAIS – *O senhor e o Sargento Ricieri se conheceram desde quando o senhor começou aqui?*

REZENDE – *Sim. Eu fiz a escola aqui, a esposa dele, a Carla já morava ali, morava ali na frente com a família, então eu já o conhecia. Na época ele vinha aqui de vez em quando porque ele estava na fronteira (BPFRON). Quando a gente começou a conversar, pelo jeitão dele, a gente já viu que ele ficou como o brincalhão de tudo ali, então a gente já se deu bem. Acho que não tinha uma pessoa que não gostava dele, sabe? Ele era aquele cara assim, carismático, a gente falava assim, cara você é chato, mas é aquela questão de brincar sabe? Então, o Ricieri foi e é uma grande pessoa pra nós, sabe? Vai ser pra eternidade.*

THAIS – *Sem dúvidas, ele continua sendo um exemplo. Agora o nome do 16º BPM é 3º Sargento PM Ricieri Chagas.*

REZENDE – *Agora o nome do batalhão aqui e no meu curso também.*

THAIS – *Do curso também? Na verdade, assim, foi algo que perpassou tudo, toda a tua formação ali, né?*

REZENDE – *No curso foi assim, quando acabou o curso, aí você tem os convidados, eu convidei a minha família e falei lá pro coordenador que eu gostaria de convidar a família do Ricieri daí ele falou, “você vai convidar mesmo?”, eu falei, vou, se o senhor autorizar eu vou convidar, tanto é que, daí eles falaram pra mim “confirme se a família do Ricieri vem para gente achar um lugar especial pra eles”, aí beleza, eles foram e eu só fiquei sabendo do nome do curso no dia, porque daí começou a cerimônia, a gente fez a formatura, eles falaram, então, nessa data, em homenagem ao Ricieri, o nome do curso CCDC 2022 vai se chamar Ricieri Chagas, então, para mim também foi uma surpresa, foi emocionante.*